



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Tecnologias e Arquitectura

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Mestrado Integrado em Arquitectura

Dídia Paulina Tiny Rita

Trabalho teórico submetido como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Vertente Teórica

**NOVAS URBANIDADES DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - OS PLANOS
PROPOSTOS PELO ENG. SANTOS PAIVA NA DÉCADA DE 50**

Orientador:

Ana Vaz Milheiro – Professora Auxiliar C/Agregação

Lisboa, Outubro 2017

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, por ser o maior e melhor exemplo de determinação que tenho, por ser a grande fonte de inspiração, por ser o mais optimista e principalmente por ter sempre acreditado em mim. A minha mãe, pela serenidade, tranquilidade e confiança que me transmitiu ao longo destes últimos anos. Aos dois (pai e mãe) por terem apostado sempre na minha educação, sem nunca deixarem faltar nada. A minha irmã por ter sido a minha base, a luz no fundo do túnel e umas das maiores motivadoras que tive neste árduo percurso. Ao meu amor por ter partilhado os últimos e os melhores anos da minha vida académica, e por nunca ter-me deixado ir abaixo quando as coisas não corressem bem. Ao meu Tio Carlos, que muito admiro, um grande exemplo de pessoa, que nos ensinou na mais tenra idade a não deixarmos passar o comboio das oportunidades. A minha Tia Didi e Guitola, pelo amor incondicional e por terem sido as minhas mães desde que aqui cheguei. As minhas primas-irmãs Naisy, Fumy, Djamila e Zaína por serem um exemplo de mulher ideal. A minha prima do coração Mariam, pelo apoio e dedicação nesta investigação. As minhas primas-irmãs caçulas, Gina, Cláudia, Isaura, Yanira e Tatiana, pelos bons momentos que partilhamos neste percurso académico. As minhas grandes amigas do ISCTE, Jessica, que entrou e sai comigo desta grande caminhada (isto não teria sido a mesma coisa sem ti), a Bárbara, com quem partilhei grandes e inesquecíveis momentos, a Daniela, a super amiga com quem sempre pude contar, a Andreia, pela bela amizade que construímos, pelas tardes alegres a fazer os trabalhos de grupo e por me ter apresentado o Mémé. Aos professores que marcaram a esta caminhada, Ana Vaz Milheiro e Paulo Tormenta Pinto. Um muito obrigada, esta vitória também é vossa.

RESUMO

Palavras-chave: Colonização, São Tomé e Príncipe, Estado Novo, GUU, Engenheiro Santos Paiva, Urbanismo.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe, situado sobre a linha do equador no Golfo da Guiné, composto pelas ilhas de São Tomé e a do Príncipe, e por um conjunto de ilhéus, foram descobertas por exploradores portugueses a 21 de Dezembro de 1470 e a 17 de Janeiro de 1471, respetivamente.

Este território viveu até a atualidade da atividade rural, variando ao longo do tempo o tipo de cultura dominante. As suas características rurais resultaram na urbanização pelo aproveitamento de estruturas preexistentes como as vias de atravessamento (ou redes viárias) para a introdução de equipamentos-tipo de maior relevância como escolas, centros de saúde, postos de polícia, mercados e igrejas.

Na década de 50, o Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU) encomendou uma série de estudos e propostas urbanas para as vilas nas ilhas de São Tomé e Príncipe, a cargo do engenheiro Santos Paiva, com a intenção de modernizar os territórios coloniais africanos pelo Estado Novo e a necessidade de valorizar os aglomerados populacionais que estavam inteiramente associados às roças agrícolas.

A presente dissertação procura analisar o processo de crescimento urbano de São Tomé e Príncipe, para lá do perímetro onde se assenta a cidade preexistente, tendo em conta os primeiros processos de urbanização que ocorreram durante o período colonial, com especial foco no processo de urbanização que se deu na década de 50.

ABSTRACT

Keywords: Colonisation, Sao Tome and Principe, *Estado Novo*, GUU, Engineer Santos Paiva, Urban Planning.

The archipelago of Sao Tome and Principe, located over the equator line in the Gulf of Guinea, composed of the islands of Sao Tome and Principe, and by a number of islets, were discovered by Portuguese explorers on 21 December 1470 and 17 January 1471, respectively.

This territory lived from rural activity to the present date, varying over time the type of main crop. Its rural characteristics resulted in urban planning by developing the pre-existing structures such as crossing roads for the introduction of equipment type of particular relevance such as schools, healthcare centres, police stations, markets and churches.

In the 50s, the Overseas Urban Development Office (GUU) commissioned a number of studies and urban planning proposals for the villages in the islands of Sao Tome and Principe, under the responsibility of Engineer Santos Paiva, with a view to modernise the african territories colonies by the *Estado Novo* and the need for valuing the settlements which were entirely associated with agricultural plantations.

This dissertation aims at analysing the development process of urban planning of Sao Tome and Principe beyond the boundaries on which the pre-existing city is settled, considering the earlier processes of urban planning that occurred during the colonial period, particularly focused on the process of urban planning which occurred in the 50s.

ÍNDICE

RESUMO	5
ABSTRACT	7
ÍNDICE	9
ÍNDICE DE IMAGENS	19

INTRODUÇÃO

Enquadramento Histórico das ilhas São Tomé e Príncipe	13
Objetivos	18
Metodologia e organização	18
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÉPOCA	20
1.1 A urbanização nos inícios da colonização	22
1.2 Do Estado Novo à Independência	28
2. O ENGENHEIRO SANTOS PAIVA	34
2.1 Gabinete de Urbanização do Ultramar - GUU- (1944-1974)	36
2.2 Biografia do Engenheiro	38
3. CASOS DE ESTUDO (O PLANO DAS 5 VILAS DE SÃO TOMÉ)	40
Do plano à Actualidade	42
3.1 Vila da Trindade	48
3.2 Vila das Neves	58
3.3 Vila dos Angolares	68

3.4 Vila de Guadalupe	76
3.5 Vila da Madalena	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
BIBLIOGRAFIA	96
ANEXOS	98
Anexo 1 Breve comparação entre os Arquivos visitados	99
Anexo 2 Entrevista 1 - Arquitecto Neco Bragança	100
Anexo 3 Entrevista 2 – Engenheiro Eduardo Santos Paiva	103

ÍNDICE DE IMAGENS

- Figura 1.** Padrão que assinala a chegada dos Portugueses à ilha, Ponta do Figo, © Dídia Rita, 2016, Pág. 21
- Figura 2.** Plano de Urbanização da Cidade de São Tomé, Arquitecto Mário de Oliveira, Fonte: MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópico, p.236. Pág. 33
- Figura 3.** Engenheiro Henrique Costa dos Santos Paiva, foto cedida pelo filho do Eng. Santos Paiva, Eng. Eduardo Paiva, Pág. 35
- Figura 4.** São Tomé e Príncipe – Localização dos Planos Urbanos das 5 vilas do Engenheiro Santos Paiva, Pág. 41
- Figura 5.** Igreja de Nossa de Nazaré, Trindade, © Dídia Rita, 2016, Pág. 48
- Figura 6.** Hospital Associação de Socorro Mútuo, © Dídia Rita, 2016, Pág. 50
- Figura 7.** Escola Primária Professor Trindade Sousa Pontes, Trindade, eng. Santos Paiva,déc.1960. © Dídia Rita, 2016, Pág. 53
- Figura 8.** Ribeira Funda, Neves © Dídia Rita, 2016, Pág. 58
- Figura 9.** Mercado, Neves, eng. Santos Paiva,déc.1960. © Dídia Rita, 2016, Pág. 61
- Figura 10.** Escola Básica de Neves, Neves, eng. Santos Paiva,déc.1960. © Dídia Rita, 2016, Pág. 63
- Figura 11.** Roça Ribeira Peixe, Distrito de Caué © Dídia Rita, 2016, Pág. 68
- Figura 12.** Escola Primária de São João dos Angolares, eng. Santos Paiva,déc.1960. © Dídia Rita, 2016, Pág. 70
- Figura 13.** Escola Primária de São João dos Angolares, eng. Santos Paiva,déc.1960. © Dídia Rita, 2016, Pág. 71
- Figura 14.** Hospital Agostinho Neto, Guadalupe © Dídia Rita, 2016, Pág. 76
- Figura 15.** Escola Básica Venâncio Pires, Guadalupe, eng. Santos Paiva,déc.1960. © Dídia Rita, 2016, Pág. 78
- Figura 16.** Escola Básica Venâncio Pires, Guadalupe, eng. Santos Paiva,déc.1960. © Dídia Rita, 2016, Pág. 79
- Figura 17.** Mercado, Guadalupe, eng. Santos Paiva,déc.1960. © Dídia Rita, 2016, Pág. 80

Figura 18. Mercado, Guadalupe, eng. Santos Paiva,déc.1960. © Dídía Rita, 2016, **Pág. 81**

Figura 19. Igreja, Madalena © Dídía Rita, 2016, **Pág. 86**

Figura 20. Antigo edifício dos CTT, actual loja da Unitel © Dídía Rita, 2016, **Pág. 87**

Figura 21. Escola Primária Albertina Matos, Madalena ©Dídía Rita, 2016, **Pág. 89**

INTRODUÇÃO

Enquadramento Histórico das ilhas de São Tomé e Príncipe

O primeiro registo de assentamento que temos de São Tomé e Príncipe surge no século XV, mais precisamente no ano de 1486 na região de Ponta Figo, a cargo do donatário João Paiva, o responsável pelo primeiro povoamento da ilha. Por tal feito, foi erguida uma capela em madeira em homenagem a Nossa Senhora do Cabo, onde nos dias de hoje se encontra a Igreja de Nossa Senhora das Neves¹.

Esta povoação foi, contudo, mal sucedida dando-se uma nova tentativa em 1490 sob a direção de João Pereira mas apenas por um curto período de tempo, uma vez que por carta régia foram doados os poderes a 29 de Julho ao capitão donatário Álvaro de Caminha, responsável pelo desenvolvimento da futura cidade² e igualmente, responsável pela introdução e exploração da cultura do açúcar proveniente da Madeira. A ilha do Príncipe, seguiu o mesmo processo de colonização que São Tomé, mas é inicialmente doada a António Carneiro e recebe foral em 1500³.

O arquipélago seguiu um processo de colonização semelhante aos territórios insulares atlânticos⁴ como nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, destacando-se pelo fenómeno de assentamento rural – roças⁵, que representou o grande motor para a prosperidade financeira vivida até os finais do século XX.

¹ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.18.

² MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.18.

³ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.20.

⁴ PAPE, Duarte, DE ANDRADE, Rodrigo Rebelo, (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Tinta-da-china, p.16.

⁵ PAPE, Duarte, DE ANDRADE, Rodrigo Rebelo, (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Tinta-da-china, p.16.

São Tomé e Príncipe, ficou marcado igualmente por três ciclos de culturas fundamentais para a sua economia a partir do século XV, a cultura do açúcar introduzida em 1520, a do café em 1787 e por último, em 1822, a cultura do cacau.

O território apresentou-se desde muito cedo como uma colónia portuguesa de grande relevância pela sua localização estratégica e características morfológicas semelhantes às de cidades marítimas como Ponta Delgada nos Açores; Ribeira Grande, em Cabo Verde; ou o Rio de Janeiro no Brasil⁶.

Esta premissa pode também explicar o facto de São Tomé e Príncipe, entre as diversas ilhas que as circundam, terem sido escolhidas pelos portugueses para serem colonizadas “*devido à sua proximidade com costa africana, São Tomé tornou-se também num entreposto de produtos e de escravos, que seguiam depois para Europa e para a América*”⁷, tornando-se em certo período num dos principais entrepostos de escravos no oceano atlântico.

Na segunda metade do século XX (Segunda República Portuguesa), estava instaurado em Portugal um regime político ditatorial liderado por António de Oliveira Salazar, autoproclamado Estado Novo. Surge com este regime uma intenção de modernizar e homogeneizar a paisagem das colónias africanas. Para tal efeito, o Estado Novo serviu-se do Gabinete de Urbanização Colonial, criado no final do ano 1944, com o fim de “*centralizar os estudos de arquitetura e urbanismo a uma equipa técnica, assim como os problemas de habitação e equipamentos, nas regiões tropicais*”⁸ e como veículo de implantação dos ideais do regime⁹. Assim, o âmbito desta análise terá por foco o período colonial entre a década de 50 até a revolução de 25 de Abril de 1975.

Na década de 50, as províncias portuguesas seguiam com o plano de urbanização e modernização levado a cabo pelo G.U.C (Gabinete de Urbanização Colonial) posteriormente

⁶ PAPE, Duarte, DE ANDRADE, Rodrigo Rebelo, (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Tinta-da-china, p.16.

⁷ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.21.

⁸ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.58.

⁹ MILHEIRO, Ana Vaz, (2012). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, p.88.

denominado “*Gabinete de Urbanização do Ultramar* e mais tarde *Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações* ou *Direção dos Serviços de Urbanização e Habitação*”¹⁰. Contudo, a cultura arquitectónica que as acompanhava diferenciava-se segundo a localização geográfica, dimensões, capacidade económica e “*maior capacidade de atração de imigrantes europeus*”¹¹. Em províncias localizadas no continente, como em Angola e Moçambique, foram realizados maiores investimentos por parte do Estado Novo. Já nas províncias de São Tomé e Príncipe, Guiné e Cabo Verde seguiam com um nível mais moderado e contido, acabando por originar um cenário oposto ao que era inicialmente aspirado pelo Estado Novo.

Consequentemente, a intenção de desenvolver uma paisagem arquitectónica homogénea foi absorvida pelas características próprias de cada região tendo em conta aspectos como a riqueza em termos de recursos naturais para impulsionar investimentos por parte do Estado Novo e a preferência no processo de modernização destas colónias.

Como se pode observar, “*uma leitura sistemática dos quatro Planos de Fomento no campo das Obras Públicas (...) também esclarece as opções desse investimento, focalizadas em programas de infraestruturização territorial ligados à maximização da exploração de recursos naturais e da colonização assistida, potencialmente europeia, em Angola e Moçambique.*”¹² As características diversas do antigo território colonial português resultou numa linguagem arquitectónica resultante das suas adversidades e capacidades económicas. Esta “premissa” potenciou dois estilos arquitectónicos distintos, um estilo baseado nos princípios do Movimento Moderno praticado nas províncias de maior expressão como Angola e Moçambique e um segundo estilo baseado numa fiel reprodução do que se

¹⁰ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.58.

¹¹ MILHEIRO, Ana Vaz, (2017). *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa, RELÓGIO D’ÁGUA EDITORES, p.15.

¹² MILHEIRO, Ana Vaz, (2017). *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa, RELÓGIO D’ÁGUA EDITORES, p.15.

passava na Metrópole será praticado nas “*colónias periféricas*”¹³, como é o caso de São Tomé e Príncipe, Guiné e Cabo Verde.

Neste período, São Tomé e Príncipe encontrava-se em grande processo de urbanização e consolidação das estruturas urbanas preexistentes. Na cidade de São Tomé, o processo de expansão inicia-se na Baía de Ana Chaves onde encontrava-se implantado o centro histórico consolidado na Primeira República (1910-1926), sob a direção da repartição de Obras Públicas e Comunicações de São Tomé e Príncipe. Os arquitetos deste gabinete enfrentaram um cenário arquitectónico fragilizado pela estrutura monumental das roças que contrasta com a ausência de infraestruturas públicas¹⁴. Contudo, o GUC avançou com um processo de urbanização e reestruturação dos edifícios existentes, com a elaboração de diversos planos urbanos, destacando-se o plano de Urbanização de São Tomé da autoria de João António Aguiar¹⁵.

O processo de urbanização não se limitou apenas a capital do País, houve uma necessidade de se expandir a paisagem colonial almejada pelo Estado Novo recorrendo a criação de diversos planos urbanos para as localidades daquela província e que “*cuja a existência no papel se sobre põe a concretização*”¹⁶. Serão então encomendados diversos “*projetos-tipo*” para Santo António do Príncipe, Pantufo, Neves, Trindade, Madalena, Guadalupe, Santo Amaro, Santana, Pantufo, Santa Filomena (Bombom) e Angolares. Estes planos não só serviram como meio de apoio a criação da cidade idealizada pelo Estado Novo, mas também como indicador da organização das redes viárias, dos lotes e dos equipamentos, estes últimos que serão “*replicados*” de vila para vila respondendo sempre a uma malha ortogonal presente nos diversos planos propostos.

¹³ MILHEIRO, Ana Vaz, (2017). *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa, RELÓGIO D’ÁGUA EDITORES, p.19.

¹⁴ MILHEIRO, Ana Vaz, (2017). *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa, RELÓGIO D’ÁGUA EDITORES, p.57.

¹⁵ MILHEIRO, Ana Vaz, (2012). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, p.88.

¹⁶ MILHEIRO, Ana Vaz, (2017). *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa, RELÓGIO D’ÁGUA EDITORES, p.35.

Neste cenário de crescimento exponencial encontramos um personagem chave responsável pela elaboração destes planos de urbanização com a colaboração do Gabinete de Urbanização do Ultramar, o Engenheiro Henrique Costa dos Santos Paiva, responsável pelo estudo e execução dos projetos para os agregados populacionais de São Tomé e Príncipe com base nas “*verbas*” disponibilizadas pelo Plano de Fomento, como consta no contrato efectuado no dia 1 de maio de 1956 no “*Diário do Governo*” desta província¹⁷.

Contudo, o que se pode constatar nos dias de hoje é que muito pouco do que foi idealizado chegou a ser de facto construído. O processo de urbanização destas vilas seguiu uma lógica de implantação diferente do traçado que priorizava a ordem territorial. Foram apenas projetados os equipamentos-tipo de maior relevância como, escolas, mercados, postos sanitários, centros cívicos e postos de eletricidade próximos das estruturas viárias preexistentes, possivelmente respondendo as intenções prioritárias da primeira fase do plano de fomento ou pela quebra repentina com o sistema português (25 de Abril) quando se dá a independência e nasce um novo poder político e consequentemente uma nova gestão com diferentes prioridades.

É neste contexto que o trabalho do Engenheiro Santos Paiva, juntamente com o Gabinete de Urbanização Ultramar assume importância relevante no posterior desenvolvimento urbano do arquipélago. Isto porque na necessidade de desconectar e dar nome a estes aglomerados populacionais que se encontravam inteiramente dependentes das roças, irão nascer as diversas vilas nas ilhas de São Tomé e Príncipe que hoje conhecemos como elementos/órgãos independentes e funcionais apesar da constante degradação a que se encontram submetidos actualmente.

¹⁷ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

Objectivo

O presente trabalho sobre as ilhas de São Tomé e Príncipe tem como objetivo apresentar e compreender a génese de um território rural, atualmente com poucas condições económicas, recorrendo ao método de sobreposição cartográfica dos Planos de Urbanização das vilas a mapas atuais.

Deste modo, no contexto da vertente teórica, o estudo deste tema se afigura como forma de conhecer melhor o processo de crescimento urbano de São Tomé e Príncipe, os problemas inerentes ao seu crescimento e analisar, de igual modo, os planos urbanos propostos e os equipamentos que de facto chegaram a ser construídos e as condições em que se encontram hoje em dia. A conclusão do estudo propõe como é que futuramente estes planos poderão ajudar no desenvolvimento do país, bem como uma possível integração urbanística das antigas roças, verdadeiras bases económicas deste conjunto de ilhas nos últimos anos, e que hoje em dia se apresentam como uma espécie de vilas secundárias de carácter habitacional onde se encontram instalados os antigos trabalhadores das roças.

Metodologia e organização

Como metodologia de trabalho, pretendo analisar os planos propostos na 1ª Fase do processo de urbanização que compreende apenas a urbanização de 5 vilas, nomeadamente a Vila de Trindade, Vila das Neves, Vila de Madalena, Vila de Guadalupe, e Vila dos Angolares, propostos pelo engenheiro Santos Paiva. Neste contexto, pretendo dar a conhecer este engenheiro traçando a sua biografia.

O presente trabalho organiza-se em 3 capítulos: o primeiro, debruça-se sobre a história de São Tomé e Príncipe, da sua descoberta à atualidade; o segundo, descreve a biografia do Engenheiro

Henrique Costa dos Santos Paiva, como personagem de grande relevância pela autoria dos diversos planos urbanísticos para as vilas de São Tomé e Príncipe, referindo de igual modo o serviço ao qual pertencia, o Gabinete do Urbanismo Colonial, posteriormente Gabinete de Urbanização do Ultramar; o terceiro e último capítulo, é dedicado aos casos de estudo, onde faço uma análise dos Planos Urbanos para as 5 vilas sobrepondo-os as situações da atualidade, tendo sempre em conta o importante papel que a roças desempenharam na implantação destes novos aglomerados populacionais que irão dar origem ao desenho que temos hoje de São Tomé e Príncipe.

Para finalizar, é feita uma menção meramente informativa sobre os arquivos que tive a oportunidade de visitar, e uma análise sobre o estado em que se encontram os documentos consultados para esta investigação, com especial destaque para os arquivos que visitei para a consulta dos planos, nomeadamente o Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe e o Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa.

1.0

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÉPOCA



1. Padrão que assinala a chegada dos Portugueses à ilha, Ponta do Figo, © Dídía Rita

1.1. A urbanização nos inícios da colonização

As ilhas de São Tomé e Príncipe foram descobertas presumivelmente no ano de 1470 a 21 de Dezembro e no ano de 1471 a 17 de Janeiro, respectivamente, por navegadores portugueses comandados por João de Santarém e Pedro Escobar, ao serviço do mercador Fernão Gomes “no contexto da exploração marítima portuguesa”¹⁸. Este último foi responsável por um plano de descobrimentos traçado num contrato datado de 1469 com o então rei de Portugal, D. Afonso V, em que tinha como obrigação descobrir em cinco anos cem léguas da costa africana, de maneira a que, no final do arrendamento, fossem descobertas quinhentas léguas da costa de África tendo como ponto de partida a Serra Leoa¹⁹.

O arquipélago de origem vulcânica situado no Golfo da Guiné, era composto inicialmente por um conjunto de ilhas e de ilhéus, nomeadamente as ilhas de São Tomé, Príncipe, Fernando Pó e Ano Bom e os ilhéus das Rolas, Cabras e Pedras Tinhosas²⁰. A ilha de Fernando Pó, a que se encontra mais próxima da costa africana distando apenas 20 milhas desta, aquando da sua descoberta pelos portugueses já se encontrava habitada dada a sua proximidade com o litoral africano, o que desde de cedo foi considerado um aspeto negativo para os portugueses que temiam ataques inesperados por parte da população oriunda do continente, contudo esta ilha passou a pertencer ao reino de Espanha²¹. Por sua vez, a ilha de São Tomé encontra-se situada próxima a linha do equador e *“o seu horizonte passa pelos dois polos ártico e antártico, tem sempre os dias iguais às noites, sem a mais pequena diferença, quer o Sol esteja em Cancro, quer em Capricórnio.”*²²

¹⁸ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.18.

¹⁹ CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, (ano?). *São Tomé e Príncipe – Olhar O Futuro*, Lisboa, SGE Mediateca, p.23.

²⁰ AGÊNCIA – GERAL DO ULTRAMAR, (1964). *S. Tomé e Príncipe Pequena Monografia* – Lisboa, p.7.

²¹ TENREIRO, Francisco, (1961). *A ilha de São Tomé*. Memórias da junta de Investigação do Ultramar, 2ª Série, nº 24, p.58.

²² BIBLIOTECA DE EXPANSÃO PORTUGUESA, (1989). *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI* – Lisboa, Publicações Alfa, S.A, p.21.

A ilha do Príncipe (mais pequena que a ilha de São Tomé), inicialmente denominada de Santo Antão (mais uma vez em honra ao santo que marca o dia do seu descobrimento)²³ e posteriormente designada de Príncipe, em honra ao na altura príncipe e futuro rei D. João II²⁴, encontra-se a 82 milhas²⁵ de São Tomé e a oeste desta última ilha encontra-se a ilha mais pequena deste conjunto de ilhas, Ano Bom, descoberta a 1 de Janeiro 1471 e que se encontrava desabitada. Contudo, deste conjunto de ilhas, hoje apenas a Ilha de São Tomé e a do Príncipe e os ilhéus das Rolas, das Cabras e das Pedras Tinhosas compõem o território de São Tomé e Príncipe²⁶.

O arquipélago foi encontrado desabitado, a ilha de São Tomé, era composta apenas por uma densa floresta “*com árvores viçosas e tão grandes que pareciam tocar no céu.*”²⁷ Esta ilha foi escolhida para iniciar o processo de colonização pelos portugueses pelas grandes vantagens que apresentava, nomeadamente o facto de encontrar-se desabitada, as suas características geológicas e a localização estratégica em relação as restantes ilhas²⁸.

A primeira colónia portuguesa que habitou a ilha de São Tomé surgiu, ao que se supõe, em 1486 em Ana Ambó (actualmente Ponta do Figo), a nordeste de São Tomé, por doação a João Paiva e os seus colonos, grande parte Judeus²⁹. Ficando estes responsáveis pela primeira etapa de povoamento no arquipélago que seria acompanhado de uma cultura lucrativa, com a plantação da cana-de-açúcar com base nas recomendações da carta de doação³⁰. Contudo, estes acabaram por não resistir ao clima tropical insalubre e às doenças, sendo o processo repetido e novamente fracassado em 1490. Só em 1493, aquando da chegada de Álvaro de Caminha, como capitão donatário e responsável pela exploração agrícola da cana-de-açúcar no arquipélago, foi possível a

²³ TENREIRO, Francisco , (1961). *A ilha de São Tomé*. Memórias da junta de Investigação do Ultramar , 2ª Série, nº 24, p.57.

²⁴ CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, (ano?). *São Tomé e Príncipe – Olhar O Futuro*, Lisboa, SGE Mediateca.

²⁵ TENREIRO, Francisco , (1961). *A ilha de São Tomé*. Memórias da junta de Investigação do Ultramar , 2ª Série, nº 24, p.13.

²⁶ AGÊNCIA – GERAL DO ULTRAMAR, (1964). *S. Tomé e Príncipe Pequena Monografia* – Lisboa, p.7.

²⁷ BIBLIOTECA DE EXPANSÃO PORTUGUESA, (1989). *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI* – Lisboa, Publicações Alfa, S.A, p.21.

²⁸ TENREIRO, Francisco , (1961). *A ilha de São Tomé*. Memórias da junta de Investigação do Ultramar , 2ª Série, nº 24, p.59.

²⁹ BIBLIOTECA DE EXPANSÃO PORTUGUESA, (1989). *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI* – Lisboa, Publicações Alfa, S.A, p.39.

³⁰ TENREIRO, Francisco , (1961). *A ilha de São Tomé*. Memórias da junta de Investigação do Ultramar , 2ª Série, nº 24, p.59.

fixação de uma colónia portuguesa composta por voluntários, degredados e judeus, tendo sido esta povoação realizada com sucesso no nordeste do país na atual baía da cidade capital, a Baía de Ana Chaves³¹, por esta apresentar uma maior extensão de terras baixas que facilitavam na produção de culturas, e a possível fixação de um porto de comércio³². Este sistema de donatarias prevaleceu em São Tomé até 1522, quando a ilha passa a ser administrada pela Coroa³³.

Já na ilha do Príncipe, o primeiro donatário surge apenas em 1500, António Carneiro, prevalecendo com esta até 1753, quando Príncipe integra-se como um bem da coroa³⁴. O processo evolutivo da ilha do Príncipe seguiu o de São Tomé.

Em 1520, com a introdução da mão-de-obra escrava proveniente do continente africano deu-se início ao primeiro período de exploração agrícola de São Tomé, com a produção do açúcar que durante o século XVI apresentou-se como a principal base da economia da ilha³⁵. O açúcar produzido, era posteriormente vendido às embarcações que lá atracavam durante o ano. Esta cultura foi explorada até aos finais do século XVI, tendo sido quebrada pelos diversos conflitos internos que se originaram nas ilhas, tais como os ataques de franceses e holandeses e pelos factores climáticos que nem sempre eram favoráveis ao bom desenvolvimento desta cultura. Outro fator que abalou um possível retorno desta indústria as ilhas foi a grande prosperidade da cultura de açúcar do nordeste brasileiro³⁶.

Em 1522, o sistema donatário é substituído pela administração sobre a direção da coroa, com a nomeação de um capitão-geral ou governador e de um feitor responsável por controlar as terras³⁷. A 19 de Maio de 1524, São Tomé foi classificado como vila e de seguida elevada a categoria

³¹ CARVALHO, Ana Margarida (2005), "São Tomé e Príncipe", In *Visão – África 30 anos depois, nº1 edição*, p.232

³² TENREIRO, Francisco, (1961). *A ilha de São Tomé*. Memórias da junta de Investigação do Ultramar, 2ª Série, nº 24, p.59.

³³ AGÊNCIA – GERAL DO ULTRAMAR, (1964). *S. Tomé e Príncipe Pequena Monografia* – Lisboa, p.22.

³⁴ AGÊNCIA – GERAL DO ULTRAMAR, (1964). *S. Tomé e Príncipe Pequena Monografia* – Lisboa, p.23.

³⁵ CARVALHO, Ana Margarida (2005), "São Tomé e Príncipe", In *Visão – África 30 anos depois, nº1 edição*, p.232.

³⁶ SILVA, Maria Teresa Marques Madeira, *Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades Insulares Atlânticas de origem Portuguesa*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1998, p.

³⁷ PAPE, Duarte, DE ANDRADE, Rodrigo Rebelo, (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Tinta-da-china, p.18.

de cidade por carta régia de D. João III, a 22 de Abril de 1535 graças ao seu crescimento significativo. A grande presença de elementos do clero na cidade determinou os primeiros assentamentos urbanos da cidade e o motivo pelo qual tenham sido na sua maioria edifícios de carácter religioso, conventos e igrejas³⁸.

Até inícios do século XIX São Tomé passou a desempenhar com exclusividade um papel de entreposto de escravos, “*um porto de escala para abastecimento de navios, com uma atividade agrícola praticamente limitada às necessidades da população.*”³⁹ Em 1586, a ilha passa a ser dirigida por governadores eleitos, que permaneciam por muito pouco tempo no poder devido a crescente mortalidade associada as febres⁴⁰. Surge assim, um novo sistema político que irá marcar os próximos séculos das ilhas.

Contudo, estas constantes fatalidades que ocorreram na ilha São Tomé, resultaram a 15 de novembro de 1753, na promoção da vila de Santo António do Príncipe a cidade⁴¹, passando a elite a se fixar na ilha do Príncipe.

Em 1799, João Batista e Silva é eleito governador e com ele vive-se um período virtuoso. Primeiro, dá-se nos anos de 1807 a abolição da escravatura nas colónias inglesas provocando uma crise internacional nas economias dependentes do tráfico de escravos (como era o caso da economia portuguesa), que irá dar origem a “*outras formas de enriquecimento e fomentando o investimento em novas culturas de plantação*”⁴²; de seguida, dá-se a introdução do café nas ilhas, cultura que irá florescer e atrair “*comerciantes europeus e investidores oriundos do Brasil*”⁴³, antiga colónia portuguesa.

³⁸ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.21.

³⁹ AGÊNCIA – GERAL DO ULTRAMAR, (1964). *S. Tomé e Príncipe Pequena Monografia* – Lisboa, p.23.

⁴⁰ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.21.

⁴¹ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.28.

⁴² PAPE, Duarte, DE ANDRADE, Rodrigo Rebelo, (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Tinta-da-china, p.19.

⁴³ Idem, p.19.

Em 1822, dá-se a introdução da última cultura rentável deste ciclo de “culturas de *plantação*” neste conjunto de ilhas; o cacaveiro, como é frequentemente conhecido, será introduzido pela primeira vez na ilha do Príncipe, na antiga roça Simalô.⁴⁴ Tendo sido esta cultura explorada até os finais do século XX.

Em 1820 o governador Batista e Silva é reeleito pelo seu bom desempenho, e propõe “a *mudança da residência do governador para São Tomé e a recuperação do posto de capitão-mor no Príncipe(...)* José Maria Marques, em 1843, no seu primeiro mandato, verificou que seria impossível remover todas as causas de insalubridade da cidade de Santo António e proibiu a construção de novas edificações (...) de modo a incentivar a construção de uma nova cidade noutra baía da mesma ilha. Em 1844, no seu segundo mandato, retomou o assunto, mas propondo a mudança da capital de volta para São Tomé”⁴⁵. Desta forma, a sede do governo irá regressar à cidade de São Tomé, provocando a perda dos poderes das elites e da Igreja⁴⁶, responsáveis pelo poder na ilha de São Tomé após a mudança do governo para a ilha do Príncipe.

Paralelamente a este cenário de mudanças e prosperidade, teremos o aumento da produção e da qualidade da cultura de cacau “*elevando a sua cotação nos mercados internacionais e ultrapassando as exportações de café no ano de 1880. O cacau produzido nas duas pequenas ilhas (...) veio revolucionar decisivamente o mercado mundial de cacau, que passou a ser dominado por padrões de qualidade.*”⁴⁷

Contudo, um cenário preocupante parecia ameaçar este crescimento económico exponencial, a falta de mão-de-obra provocada pela “*interdição do tráfico de escravos*”. Esta situação será posteriormente contornada através de introdução de mão-de-obra liberta proveniente de Angola, Cabo Verde Moçambique.

⁴⁴ Idem, p.19.

⁴⁵ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.28-30.

⁴⁶ PAPE, Duarte, DE ANDRADE, Rodrigo Rebelo, (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Tinta-da-china, p.19.

⁴⁷ PAPE, Duarte, DE ANDRADE, Rodrigo Rebelo, (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Tinta-da-china, p.19.

Em 1875 é decretada a abolição da escravatura nas colónias portuguesas, por lei publicada em 29 de abril, marcando o início de uma nova no arquipélago, *“Tal como era previsível, as grandes roças, como Água-Izé e Monte Café, que recorriam a violência e à prisão, foram abandonadas (...). Uma percentagem significativa de roças faliu. Algumas recorreram a empréstimos do Banco Nacional Ultramarino para contratarem serviços de Angola”*⁴⁸. Esta solução apresentou-se eficaz até que os trabalhadores contratados começaram a formar família e a acomodar-se a rotina das roças e a retoma dos serviços nas condições mais favoráveis aos seus proprietários. Em 1910, com a implantação da República em Portugal é regulamentada a importação de serviços⁴⁹. O que significou uma grande mudança na economia das ilhas.

A partir destes acontecimentos é possível perceber, a importância e a relevância que as roças, como são comumente conhecidas estas estruturas agrárias do café e do cacau, apresentam no arquipélago como poderosas estruturas económicas nas ilhas.

Como é evidente, *“as roças com o seu carácter autónomo funcional e espacial, remetem as cidades para um plano de dependência. Estrategicamente posicionadas, tanto em São Tomé como no Príncipe, são articuladas por espaços-canais que se assumem como elementos determinantes na organização do território.”*⁵⁰ Esta posição dominante das roças irá perdurar por longos anos até que se dá o 25 de Abril e inicia-se uma nova era com a independência.

⁴⁸ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.36

⁴⁹ Idem, p.39.

⁵⁰ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.46.

1.2. Do Estado Novo à Independência

O século XX ficou marcado pela instauração de um novo regime político em Portugal liderado pelo antigo ministro das finanças António de Oliveira Salazar, designado Estado Novo (1933-1974). Este regime era caracterizado por uma política ditatorial com princípios nacionalistas, autoritários e por objetivos como a “manutenção e desenvolvimento do Império Colonial”⁵¹ com o fim de o unificar a partir da homogeneização da paisagem construída nos territórios ultramarinos.

Esta intenção justificou uma série de investimentos nas províncias ultramarinas por parte do Estado Novo a nível de infraestruturas e equipamentos a cargo do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC).

Em São Tomé e Príncipe, esta política ficou associada ao na altura governador Carlos de Sousa Gorgulho (1945-1953), personagem que marcou o arquipélago tanto pelas obras realizadas e serviços prestados durante a sua governação no cumprimento das políticas do regime Salazarista, e também pelas atrocidades cometidas contra os nativos durante o Massacre de Batepá (1953).

Contudo, é indiscutível a importância que este apresentou na concretização das diversas obras realizadas durante o período em que serviu esta província, nomeadamente, nos anos 1946, 1947 e 1950, como é confirmado neste trecho do relatório do governo: *“a Colónia assistiu durante este espaço de tempo à modificação profunda da sua estética citadina, bem como de algumas das suas vilas, e ainda à construção de outras de grande envergadura que atestarão de futuro como padrões de esforço exercido por portugueses na colonização e desenvolvimento deste pequeno torrão.”*⁵²

Carlos Gorgulho ambicionava uma *“cidade nova, cheia de belas e largas avenidas, belos edifícios e esplêndidas moradias, distribuídas por toda a cidade e convenientemente protegidas*

⁵¹ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.200.

⁵² Idem, p.200.

contra mosquitos com redes milimétricas, jardins, pântanos aterrados, água, luz, ruas asfaltadas ou cimentadas, enfim, uma cidade urbanizada.”⁵³ É neste contexto que nascem os planos de urbanização que irão caracterizar a paisagem arquitectónica das cidades das ilhas de São Tomé e Príncipe, respetivamente, e que hoje em dia conhecemos.

Respondendo a estas intenções do governador Carlos Gorgulho, na década de 50, a cidade de São Tomé inicia um processo de expansão para além do centro histórico oitocentista, seguindo com um plano de “zonamento” do território colonial português, em direcção à nascente virado a norte, com a criação de um bairro social composto por habitações e edifícios públicos destinados a programas de carácter educacional, hospitalar e administrativo com o propósito de melhorar o funcionamento da cidade⁵⁴.

De igual modo, neste período, projetam para as províncias de São Tomé e Príncipe os arquitetos, João Aguiar, Luís Borges, Mário de Oliveira, Eurico Pinto Lopes, Lucínio Cruz, Alberto Braga de Souza e Luís Possolo⁵⁵. Deste grupo, é destaca-se pela elaboração do plano urbano de São Tomé de 1951, o arquiteto urbanista João António Aguiar, “elemento destacado enquanto autor de planos urbanos para diversas cidades metropolitanas”⁵⁶ sendo considerado como “*a segunda figura do (recém criado) Gabinete (de Urbanização Colonial)*”⁵⁷, e o responsável pelo futuro urbanístico do país⁵⁸ com a projeção de desenhos modernos e com a reestruturação da cidade colonial

⁵³ MILHEIRO, Ana Vaz, PINTO, Paulo Tormenta, (2013). *Construir em África : A Arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Departamento de Arquitectura e Urbanismo – ISCTE-IUL, Lisboa, p.79.

⁵⁴ MILHEIRO, Ana Vaz, PINTO, Paulo Tormenta, (2013). *Construir em África : A Arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Departamento de Arquitectura e Urbanismo – ISCTE-IUL, Lisboa, p.85.

⁵⁵ MILHEIRO, Ana Vaz, PINTO, Paulo Tormenta, (2013). *Construir em África : A Arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Departamento de Arquitectura e Urbanismo – ISCTE-IUL, Lisboa, p.79.

⁵⁶ Idem, p.79.

⁵⁷ Idem, p.79.

⁵⁸ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.210.

preexistente que dará origem a avenidas largas e monumentais⁵⁹, como é o caso da actual avenida da Independência.

O plano de Urbanização da cidade de São Tomé de 1951 tem como base, duas fases de desenvolvimento urbano da cidade. A primeira fase refere-se a cidade preexistente consolidada na primeira república onde se encontram os principais equipamentos públicos, nomeadamente, administrativos, religiosos, educativos, de saúde e os equipamentos privados de comércio e habitação; a segunda refere-se a uma cidade almejada pelo Estado Novo, monumentalizada fora do centro histórico composta por largas avenidas, sectorizada e equipada por equipamentos desportivos, educativos e sanitários de grande escala e de forte alusão/representação institucional⁶⁰.

Contudo, a estratégia urbana ambicionada pelo Estado Novo, sofre alterações nas décadas seguintes, e o plano realizado acaba por não ser o da autoria João Aguiar, apesar deste ter servido como base para os estudos urbanos que se seguiram, como é o caso do antepiano de 1962 desenvolvido pelo arquiteto Mário de Oliveira, o protagonista do plano desenvolvido para a cidade de São Tomé⁶¹.

Em colaboração com o Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU) que em 1951 sofre alterações com base na revisão constitucional que substitui o antigo GUC, Mário de Oliveira abandona o traçado de João Aguiar e elabora o antepiano de urbanização de São Tomé acrescentando um novo limite com a introdução de novas áreas de expansão e reconfigurando as áreas residenciais. Este é igualmente responsável pela projecção de habitações sociais destinadas aos nativos, como é o caso da habitação social na Quinta de Santo António, abordadas com base nas

⁵⁹ Idem, p.79.

⁶⁰ MILHEIRO, Ana Vaz, PINTO, Paulo Tormenta, (2013). *Construir em África : A Arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Departamento de Arquitectura e Urbanismo – ISCTE-IUL, Lisboa, p.81.

⁶¹ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.214.

questões sociais e multirraciais, transmitindo um novo ponto de vista acerca destas temáticas que já vinham sendo introduzidas pelo jovem ministro Adriano Moreira nos territórios ultramarinos⁶².

A cidade de São Tomé passou a ser caracterizada pelas diversas obras notáveis do arquiteto Mário de Oliveira presentes no plano final de 1968, como é o caso do Liceu Nacional (na época Escola Técnica Silva Cunha). É das obras que possivelmente mais marcaram os seus feitos, com uma linguagem modernista, o liceu distingue-se pela sua enorme extensão ao longo da marginal onde nasce a sua avenida e pela racionalidade construtiva presente, tendo em conta as questões de insolação e do clima tropical e húmido⁶³.

Outras obras também marcaram o trabalho deste arquitecto na cidade de São Tomé, nomeadamente: o edifício das Finanças, na altura, Repartição Central dos Serviços da Fazenda; a Escola Jardim de Infância para as Irmãs Canossianas; o Ministério da Defesa, na altura sede da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado); o edifício da Capitania; o Centro Materno-Infantil e por último o edifício para o Banco Nacional Ultramarino e o edifício para os funcionários do Banco⁶⁴.

As restantes Vilas do país, também seguirão com planos de modernização semelhantes aos da cidade de São Tomé, levados a cabo pelo Ministério do Ultramar e pela Repartição de Obras Públicas local, com apoio das verbas disponibilizadas no Plano de Fomento desta província⁶⁵.

Nos finais da década de 60, deu-se uma série de revoluções contra o estado português e que culminou nos anos seguintes com a queda do império Português, que durante 5 décadas liderou e desenvolveu nestes territórios que juntos compunham uma nação *“infraestruturas – necessárias à vida em conjunto – como sejam os abastecimentos de água, os abastecimentos de energia eléctrica, a execução de esgotos pluviais e domésticos e ainda um sem número de equipamentos sociais, que*

⁶² Idem, p.214.

⁶³ MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, caleidoscópio, p.215.

⁶⁴ Idem, p.215.

⁶⁵ MILHEIRO, Ana Vaz, (2012). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, p.87-127.

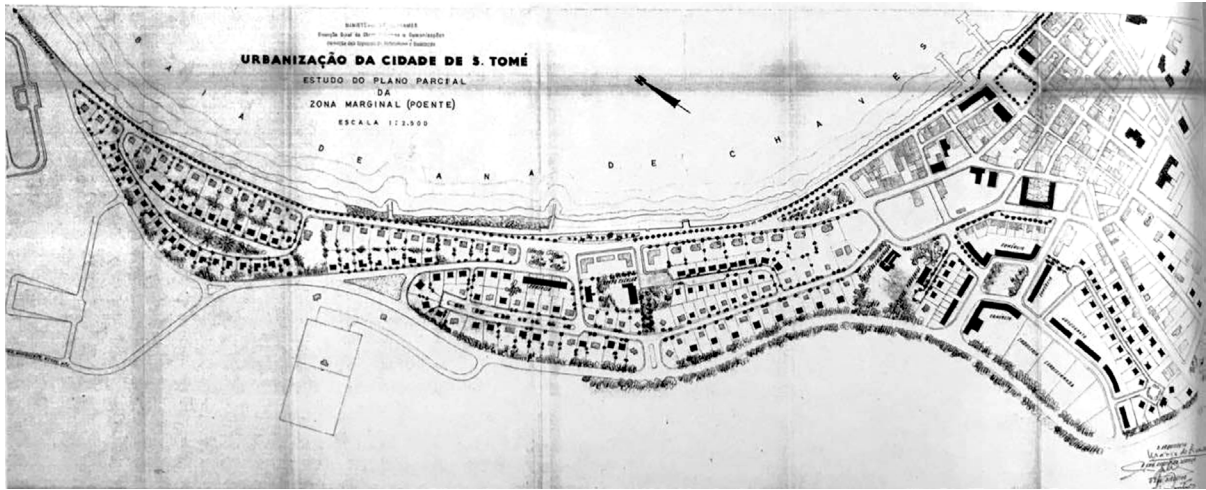
*a vida em comum implica*⁶⁶, que contribuíram para a valorização destas colónias Portuguesas de África a diversos níveis, nomeadamente, económicos, sociais e políticos⁶⁷.

Foi um período marcado também pela implementação de vários planos de carácter mais pragmáticos a nível das obras públicas, planos estes que já apresentavam uma alteração do pensamento urbanístico colonial fruto dos diversos anos de experiência neste continente. Contudo, estes planos acabaram por não ser aplicados, face ao clima que se vivia na época com as guerras coloniais (em Angola, Guiné e Moçambique) que viriam a dar origem a revolução de 25 de Abril de 1974, onde deu-se a ruptura com o sistema colonial português e a independência das antigas colónias⁶⁸.

⁶⁶ GUERRA, Fernando Meireles, (1996). *Descolonização – O império Colonial Português em África e aquilo que os portugueses programaram, projectaram, construíram e lá deixaram, depois do 25 de Abril de 1974*, Lisboa, Universitária Editora, p.129.

⁶⁷ GUERRA, Fernando Meireles, (1996). *Descolonização – O império Colonial Português em África e aquilo que os portugueses programaram, projectaram, construíram e lá deixaram, depois do 25 de Abril de 1974*, Lisboa, Universitária Editora, p.128.

⁶⁸ MILHEIRO, Ana Vaz, PINTO, Paulo Tormenta, (2013). *Construir em África : A Arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Departamento de Arquitectura e Urbanismo – ISCTE-IUL, Lisboa, p.15.



2. Plano de Urbanização da Cidade de São Tomé, Arquitecto Mário de Oliveira

2.0

O ENGENHEIRO SANTOS PAIVA



3. Engenheiro Henrique Costa dos Santos Paiva

2.1 Gabinete de Urbanização do Ultramar - GUU- (1944-1974)

Inicialmente denominado de Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), este organismo foi criado em 1944 pelo na altura ministro das colónias Marcelo Caetano, com o fim de dar vida as produções urbanísticas e arquitectónicas que dariam origem as cidades modernas e homogéneas ambicionadas pelo Estado Novo nas suas colónias, com especial notoriedade para África, passando a operar posteriormente nas províncias ultramarinas da Índia Portuguesa, Macau e Timor⁶⁹.

Este órgão comum a todas as colónias africanas, era composto nomeadamente por, engenheiros, arquitectos e por um especialista em higiene tropical e climatologia que operavam a partir de Lisboa, inicialmente na Alameda D. Afonso Henriques e posteriormente na sede do Ministério do Ultramar no Restelo⁷⁰. Com este conjunto de técnicos devidamente qualificados, Manuel Caetano não procurava apenas resolver as questões urbanísticas e arquitectónicas mas também solucionar questões como a *“da habitação nas regiões tropicais e dos edifícios hospitalares”*⁷¹ a fim de especializá-los ao máximo nas questões climatéricas particulares destes territórios.

Os projetos eram geralmente solicitados pelos governados das províncias ou diretamente pela tutela e procuravam inicialmente responder às questões ligadas a programas de promoção pública, como as habitações para funcionários públicos e equipamentos que actuassem em áreas específicas como a área da saúde⁷².

Na década seguinte, no ano 1950, o Gabinete assistiu a uma diversificação programática que marca a sua segunda fase de cultura de projeto. Passaram a ser desenvolvidas tipologias programáticas mais racionais que deram origem a uma *“arquitectura de representação”* adaptada aos trópicos, arquitectura esta que irá caracterizar a produção deste Gabinete nas décadas que se

⁶⁹ MILHEIRO, Ana Vaz, (2012). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, p.87-127.

⁷⁰ Idem, p.87-127.

⁷¹ Idem, p.87-127.

⁷² Idem, p.87-127.

seguiram⁷³, foi ainda neste período, em 1951 que deu-se a revisão constitucional e o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) passou a ser denominado de Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU).

Em São Tomé, a actividade do Gabinete começa a ser sentida em 1951 com a elaboração do plano de urbanização para a cidade de São Tomé da autoria do arquitecto João António Aguiar, os diversos projetos enviados ao longo do período em que este Gabinete esteve activo até Abril de 1974 representam a cultura urbanística e arquitectónica vivida por este organismo⁷⁴.

A década de 60 é marcada por reformas no Gabinete, nomeadamente, na alteração das suas funções, transformando-se em Direcção de Serviços e na alteração das suas normas de projeto, marcando o início da terceira fase de cultura de projeto deste órgão.

A década de 70, marcou um período mais pragmático neste Gabinete com a mudança do pensamento urbanístico colonial. Foram elaborados de diversos planos urbanos que não seriam aplicados na sequência das inúmeras revoluções que culminaram na independência destas colónias africanos⁷⁵.

⁷³ MILHEIRO, Ana Vaz, (2012). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, p.87-127.

⁷⁴ Idem, p.87-127.

⁷⁵ MILHEIRO, Ana Vaz, PINTO, Paulo Tormenta, (2013). *Construir em África : A Arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Departamento de Arquitectura e Urbanismo – ISCTE-IUL, Lisboa. (8-17;77-109)

2.2 Biografia do Engenheiro

Henrique Costa dos Santos Paiva, nasceu a 6 de Agosto de 1910, na freguesia do Socorro em Lisboa, era filho de Jaime Eduardo de Santos Paiva e Georgina Costa dos Santos Paiva. Casou-se em 1934 com Auta Lucília de Aguiar com quem teve três filhos, Eduardo Manuel (1937), Rui Jorge (1939, Capitão-de-mar-e-guerra) e Maria Teresa (1945)⁷⁶.

Durante o percurso escolar frequentou o Colégio Militar e tornou-se em 1927 1º Sargento-Cadete, frequentou também a Escola Politécnica (Faculdade de Ciências) onde fez as principais bases de Engenharia e ingressou em 1931 na Escola Militar concluindo o curso com uma média de 15,9 valores, três prémios honoríficos e um prémio monetário de 200 escudos. A sua carreira militar não ficou por aí, em 1935 foi promovido a Alferes, de seguida a Tenente (1934, antiguidade antecipada 2 anos por ter o curso de Estado-Maior) e consecutivamente a Capitão (1943), Major (1947), Tenente-Coronel (1952) e finalmente a Coronel (1958)⁷⁷.

Apesar destes títulos prestigiosos, o engenheiro Santos Paiva deu continuidade aos seus estudos, frequentou os cursos de Gases, Fumos e Lança-Chamas e no IAEM (Instituto de Altos Estudos Militares - Caxias), o curso de Estado-Maior (1940-43) ingressando em 1943 no Corpo do Estado-Maior⁷⁸.

Prestou serviço a diversas entidades, nomeadamente, no Regimento Telegrafista (1935-40), RE 2, 3ª DG/MG (1940-43), Açores (1943-45), 3ª DG/MG (1945-55) e SGDN (1955-61).

Frequentou o 6º curso do Colégio de Defesa NATO em Paris, na *École Militaire* (1954), foi convidado a fazer parte de um corpo docente mas não foi autorizado a aceitar, alguns anos mais tarde frequentou o CAC (Código Aduaneiro Comunitário - 1960/61), tendo sido nomeado para

⁷⁶ SOARES, Alberto Ribeiro (2015). *Os Generais do Exército Português – Quatro séculos de História. III Volume Tomo – De 1 de Janeiro de 1962 a 31 de Dezembro de 2000*, Lisboa, Europress – Indústria Gráfica, Lda, p.24.

⁷⁷ SOARES, Alberto Ribeiro (2015). *Os Generais do Exército Português – Quatro séculos de História. III Volume Tomo – De 1 de Janeiro de 1962 a 31 de Dezembro de 2000*, Lisboa, Europress – Indústria Gráfica, Lda, p.25.

⁷⁸ Idem, p.25.

comissão militar em Angola, no Comando Operacional 2, com trabalhos nos sectores do Uíge (Negage e Carmona) e em Ambrizete (1961-63) e posteriormente promovido a Brigadeiro a 3 de Abril de 1962⁷⁹.

Deu prosseguimento a sua carreira militar sendo promovido a 16 de Abril de 1966 a General. Durante este período foi Representante Permanente de Portugal na Comissão Militar da Nato em Washington e depois em Bruxelas (1966-70), Quartel Mestre General (1970-71) e de seguida Vice-Chefe do EME (Estado Maior do Exército - 1971-72), serviço prestado até passar a reserva em 1972⁸⁰.

Como Projetista trabalhou na Câmara Municipal de Lisboa, tendo possivelmente colaborado na projecção de algumas zonas do Bairro de Alvalade⁸¹. De seguida, prestou serviços para a província e de São Tomé e Príncipe, com a elaboração de planos urbanos para os dez aglomerados populacionais da mesma província (1955-60)⁸².

Ocupou diversos cargos, nomeadamente 2 de Ministro, 1 de General CEMGFA (Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas), 4 de General CEME (Chefe do Estado Maior do Exército) e 6 de General. A 6 de Agosto de 1980 passou a reforma e faleceu aos 95 anos de idade a 18 de Dezembro de 2005⁸³.

⁷⁹ SOARES, Alberto Ribeiro (2015). *Os Generais do Exército Português – Quatro séculos de História. III Volume Tomo – De 1 de Janeiro de 1962 a 31 de Dezembro de 2000*, Lisboa, Europress – Indústria Gráfica, Lda, p.25.

⁸⁰ Idem, p.25.

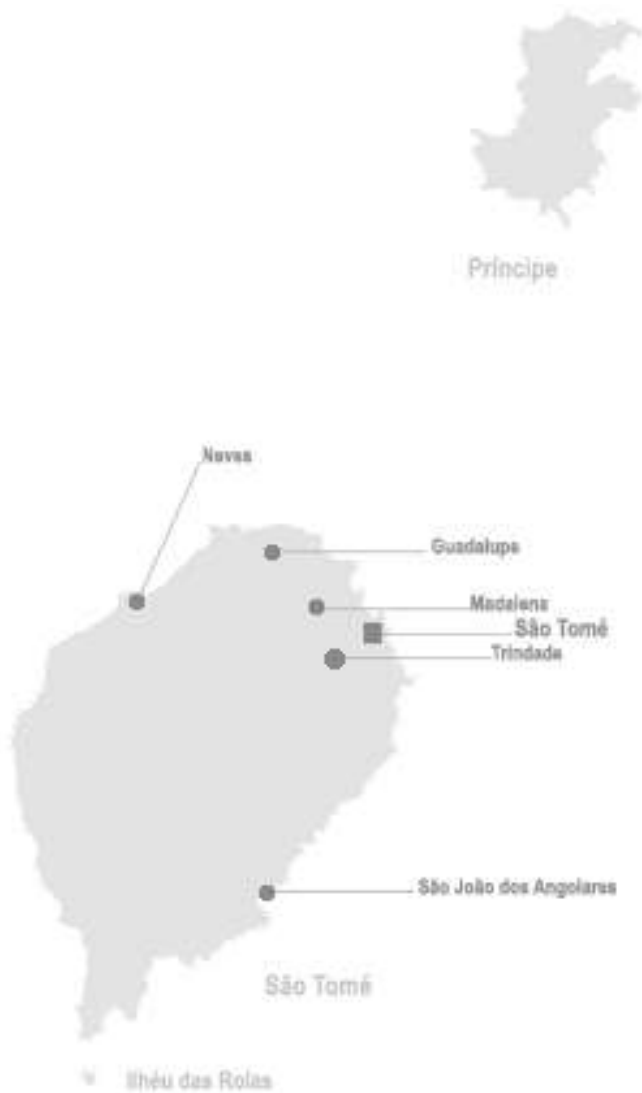
⁸¹ Remete para a entrevista em Anexo (Anexo 3)

⁸² Idem, p.25.

⁸³ Idem, p.25.

3.0

CASOS DE ESTUDO (O PLANO DAS 5 VILAS DE SÃO TOMÉ) DO PLANO À ACTUALIZADE



4. São Tomé e Príncipe – Localização dos Planos Urbanos das 5 vilas do Engenheiro Santos Paiva

Do Plano à actualidade

Na década de 50, mais precisamente no ano de 1955 foram encomendados para as Vilas de São Tomé e Príncipe diversos planos urbanos no âmbito da expansão e modernização territorial do império português levado a cabo pelo Estado Novo. Elaborados pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU) com a colaboração do Engenheiro Henrique Costa dos Santos Paiva e de acordo com as directivas dadas pelo na altura Governador da Província, Senhor Coronel Pires Barata⁸⁴, foram desenvolvidos dez projetos-tipo para as respectivas vilas do arquipélago, nomeadamente, Vila da Trindade, Neves, Angolares, Guadalupe, Madalena, Bombom, Santo António do Príncipe, Santana, Santo Amaro e Pantufo, com o fim de equipar e controlar a disseminação de construções informais nestes aglomerados⁸⁵.

No contrato celebrado a 1 de Maio de 1956 e publicado no “*Diário do Governo*” a 25 de Julho de 1956 entre o Engenheiro Henrique Costa dos Santos Paiva e o Estado Português, o Engenheiro Santos Paiva compromete-se a servir a província de São Tomé e Príncipe nas seguintes condições:

*“Cláusula I. – Com vista à valorização de dez agregados populacionais da referida província, o segundo outorgante obriga-se a apresentar o plano das obras a executar com as verbas do Plano de Fomento, o qual, para cada um dos referidos agregados, constará de: plano geral de urbanização; planta de expropriações; projetos de arruamentos e saneamento; projeto dos edifícios públicos a construir de novo; projetos de adaptação e beneficiação dos edifícios públicos aproveitáveis; projeto de captação e distribuição de águas; projeto da rede de distribuição de energia eléctrica; regulamento das condições de urbanização.”*⁸⁶

⁸⁴ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

⁸⁵ MILHEIRO, Ana Vaz, (2017). *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa, RELÓGIO D'ÁGUA EDITORES, p.59.

⁸⁶ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

Estes planos, elaborados exclusivamente sob a direcção do Engenheiro Santos Paiva, como consta no contrato, referem também a necessidade do Ministério do Ultramar fornecer “*todos os elementos de campo necessários para a elaboração dos projetos*”⁸⁷” como os levantamentos topográficos dos territórios a urbanizar, e do existente, os quais segundo constam provavelmente terão ficado sob a responsabilidade do Engenheiro Geógrafo Leopoldo do Vale.

Os planos gerais de urbanização propostos pelo Engenheiro eram compostos por diversos equipamentos-tipo que se disseminavam a partir de áreas com um povoação já fixada e organizavam-se mediante as vias de atravessamento com um traçado ortogonal que se repetia de Vila para Vila, destes equipamentos faziam parte, escolas, casas do Povo, mercados, postos sanitários, estações de camionagem, moradias isoladas, blocos residenciais, e postos de seccionamento que forneciam energia eléctrica⁸⁸.

Estes planos procuravam “reagrupar a população”⁸⁹ que vivia isolada, tirando partido dos centros populacionais já existentes e urbanizando-os de forma a integrar as populações que se iam fixando, procuravam de igual modo, a partir dos núcleos populacionais propostos, criar nos nativos novos hábitos e necessidades de ordem higiénica associadas à vida na civilização, que consequentemente os levariam a procura de meios de subsistência que satisfizessem estas novas necessidades, orientando-os no sentido da obtenção de trabalho, o que nos pode mostrar a importância da arquitectura na concepção de novos hábitos sociais e culturais. Outros métodos foram adoptados pelo engenheiro como forma de reestruturar a vida na sociedade, entre estes a impossibilidade de possuir uma extensão de terras dentro do núcleo urbano, impedindo a fácil aquisição de alimentos gerando mais uma vez um ciclo de necessidades que seriam saciadas na

⁸⁷ Idem, (AHU IPAD/06604)

⁸⁸ MILHEIRO, Ana Vaz, (2017). *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa, RELÓGIO D’ÁGUA EDITORES, p.61.

⁸⁹ Idem, p.61.

conquista de um meio de sustento, por fim, a criação de centros sociais em torno dos quais as vilas se expandiam com o fim de perturbar no mínimo possível a vida em sociedade,⁹⁰.

Como havia sido referido nos parágrafos anteriores, o contrato compreendia à valorização de dez aglomerados populacionais, contudo, o custo da realização das obras para estes aglomerados ultrapassavam 80.000 contos, tendo sido apenas disponibilizados para este fim na 1ª Fase do Plano de Fomento desta província 40.000 contos. Por este motivo, optou-se pela solução mais razoável que consistia em “*Complementar integralmente as Vilas que for possível até ao limite da verba, nada se fazendo nas restantes.*”⁹¹ Desta maneira estabeleceu-se “*uma ordem de prioridades*”⁹² onde constavam as vilas da Trindade, das Neves, dos Angolares, de Guadalupe e de Madalena, razão pela qual serão apenas estas vilas abordadas neste capítulo.

Também a ordem com que os equipamentos nestas vilas foram sendo construídos, foram justificados na seguinte afirmação, “*determinar-se-ão rigorosamente as obras que podem ser executadas até o fim de 1958 e só estas serão empreendidas*”, esta afirmação justifica possivelmente o facto de dos planos projetados só alguns equipamentos terem sido de facto construídos, pois havia necessidade de se fazer cumprir prazos, de salientar que este plano havia sido encomendado em 1956 com intenção de durar apenas oito meses após a data da entrega dos documentos fornecidos pelas identidades oficiais⁹³ mas esta intenção acabou por não se cumprir, pois os primeiros planos só estariam concluídos em julho de 1957.

O projeto definitivo das restantes vilas seguiria na seguinte fase do Plano de Fomento, a 2ª Fase, e teria a duração de quinze meses após a data da entrega dos documentos fornecidos pelas identidades oficiais, como consta no contrato, contudo, posteriormente o Governador Pires Barata concluiu que se fosse possível todas as vilas teriam acesso a estes equipamentos básicos,

⁹⁰ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

⁹¹ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

⁹² Idem, (AHU IPAD/06604)

⁹³ Idem, (AHU IPAD/06604)

nomeadamente, rede de águas, escolas e postos sanitários como se sucedeu na implementação das obras da primeira fase do Plano de Fomento⁹⁴.

Não foram apenas as áreas que compunham as vilas que ganharam um novo traçado mas também as vias que as circundavam sofreram diversas alterações ao longo da sua extensão resultantes da implantação dos planos de urbanização, como foi o caso da “estrada de cintura”⁹⁵ que até a actualidade liga estes aglomerados a cidade de São Tomé.

Em meados 1957 algumas das peças do projeto da primeira fase do Plano de Fomento já se encontravam concluídas, e em quintuplicados como requeria o contrato, para que de seguida desse-se início ao concurso público das empreitadas, foram entregues ao Director Geral das obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar as seguintes peças:

“1º Volume – Apresentação e Considerações Gerais

2º Volume – Trindade, contendo os projetos referentes a Plano de Urbanização, Arruamentos e Esgotos, Edifício dos Serviços Públicos, Escola, Mercado, Posto Sanitário e Moradias e Residências.

3º Volume – Neves, contendo os projetos das obras correspondentes as indicadas para a Trindade.

4º Volume – Stª Cruz dos Angolares, idem, mas sem incluir o Posto Sanitário.”⁹⁶

As peças para as vilas de Guadalupe e Madalena seriam entregues dias depois e de igual modo seriam entregues também os projetos de eletricidade e os projetos de água. Contudo, da totalidade das peças exigidas no contrato só uma parte uma parte havia sido entregue, o engenheiro ficara de receber pelos seus serviços a importância de 928.000 contos que lhe seriam pagos em

⁹⁴ Idem, (AHU IPAD/06604)

⁹⁵ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

⁹⁶ Idem, (AHU IPAD/06604)

prestações após o cumprimento das cláusulas presentes no contrato de 1 de Maio de 1956, como consta no seguinte excerto:

“1ª - Após a publicação do presente contrato no Diário do Governo, na importância de 300.000.

2ª - Após a apresentação dos seguintes projetos definitivos:

- a) – Planos de Urbanização dos dez agregados populacionais;*
- b) – Projetos dos edifícios para os serviços públicos;*
- c) - Projeto das escolas;*
- d) - Projeto das Casas do Povo;*
- e) – Projeto dos mercados*
- f) – Projeto dos postos sanitários;*
- g) – Projeto das estações de camionagem;*
- h) – Projeto das moradias isoladas;*
- i) – Projetos dos blocos de residências;*
- j) – Projeto dos arruamentos e saneamento;*
- k) – Projeto de águas;*
- l) – Projeto de electricidade;*

na importância de 450.000 contos.

3ª Após a apresentação dos projetos definitivos referente às igrejas e campos desportivos, na importância restante de 178.000 contos.”⁹⁷

Contudo, esta situação não veio a verificar-se, pois as restantes peças só foram entregues nos finais da década de 50.

⁹⁷ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

Neste trabalho, é de destacar que o engenheiro Santos Paiva era apenas responsável pela produção urbanística, cálculos, cadernos de encargos, medições preços e orçamentos, ficando a parte arquitectónica inteiramente atribuída a Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação do Ministério do Ultramar (D.S.U.H) com a colaboração do engenheiro quando esta fosse indispensável, como é o caso dos edifícios para as novas Igrejas nas Vilas da Trindade, Neves, Angolares, St^a Filomena, Santana e St^o Amaro.

Após cinco anos de trabalho árduo a 27 de Outubro de 1960, o engenheiro deu por terminado o serviço prestado para a elaboração do estudo para os dez aglomerados populacionais da província de São Tomé e Príncipe, com a entrega de todos os projectos requeridos no contrato de 1 de Maio de 1956. Contou com a grande colaboração do extinto Gabinete de Urbanização do Ultramar e de ilustres figuras como o Arquitecto João Aguiar, Lucínio Cruz e R. Viola e o Engenheiro Romão de Figueiredo, como o próprio afirma “com as suas valiosas intervenções técnicas, o interesse, a amizade e cortesia que me dispensaram se tornaram credores da minha maior gratidão.”⁹⁸

De seguida, serão apresentados os cinco casos de estudos que marcam a primeira fase do processo de urbanização desenvolvidos por este engenheiro, que compreendem nomeadamente as Vilas da Trindade, das Neves, dos Angolares, da Madalena e Guadalupe.

Estes casos de estudo têm como o principal objetivo mostrar a evolução que se assistiu nestes territórios rurais recorrendo ao método de sobreposição cartográfica dos Planos de Urbanização das vilas à mapas atuais, pretende-se também analisar em isolado os equipamentos propostos e concluir quais destes chegaram a ser de facto construídos e em que condições se encontram actualmente.

⁹⁸ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

3.1 Vila da Trindade



5. Igreja de Nossa de Nazaré, Trindade, © Dídida Rita, 2016

A vila da Trindade foi erguida pelo governador João Manuel de Azambuja no ano de 1779, próxima ao monte onde se implantou a igreja paroquial. Situada a nordeste de São Tomé é hoje a segunda cidade mais importante do país a seguir a cidade capital, sendo a actual capital do distrito de Mé-zóchi, considerado um dos distritos mais populosos deste conjunto de ilhas. Esta vila é também muito conhecida pela presença de uma das maiores e mais antigas estruturas agrícolas do arquipélago, a roça Monte Café⁹⁹.

Pela sua proximidade com a cidade de São Tomé e pela importância que já possuía na época colonial, Trindade já apresentava “*uma estrutura urbana mais complexa, com praças, largos e miradouros, e um maior número de equipamentos*”¹⁰⁰ na altura em que foram elaborados os planos, dos quais faziam parte a estação de correios (de expressão Deco), o hospital Associação de Socorro Mútuo (desativado e em ruína) as igrejas e os edifícios religiosos próximos desta que são actualmente a sede dos Missionários Claretianos. Apesar do crescimento informal, foi das poucas vilas onde manteve-se a estrutura urbana original presente no plano de urbanização da autoria do engenheiro Santos Paiva, responsável pelos estudos dos aglomerados populacionais para as vilas de São Tomé e Príncipe na década de 50, um facto que se dá possivelmente pela forte presença de uma rede viária pré-existente neste território.

Trindade era descrita pelo engenheiro como “*uma região topograficamente esplêndida para ser urbanizada*”¹⁰¹, já possuía arruamentos com passeios e faixas de rodagem que se mantiveram no plano sofrendo apenas pequenas alterações, apresentava também uma estrada de ligação a roça Monte Café que constituía uma via principal e que sofreu igualmente algumas alterações no seu perfil durante o saneamento do plano¹⁰².

⁹⁹ SANTOS, Carlos Espírito (2001). *Enciclopédia Fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Gráfica 99, p.563.

¹⁰⁰ MILHEIRO, Ana Vaz, (2012). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, p.103.

¹⁰¹ PAIVA, Santos (195-). Vila da Trindade (AHSTP/1-46-5-10)

¹⁰² Idem, (AHSTP/1-46-5-10)



6. Hospital Associação de Socorro Mútuo, © Dídía Rita, 2016

Numa rápida observação ao plano de urbanização de 1956 desta vila podemos realçar os seguintes aspectos, a presença de uma rede viária pré-existente muito marcada que até os dias de hoje serve esta urbanização onde assentavam-se os equipamentos organizados seguindo um traçado ortogonal.

Na primeira fase urbanização da vila da Trindade seriam instalados os seguintes equipamentos:

- 1 Moradias e 2 Residências Geminadas;
- Escola;
- Mercado;
- Edifícios do Serviços Públicos;
- Posto Sanitário;

Grande parte destes equipamentos eram projetos-tipo que eram reproduzidos em todas as vilas, apesar da totalidade do plano não ser construído. No caso específico da vila da Trindade apenas foram construídos alguns equipamentos, nomeadamente, a escola que atualmente não se encontra implantada onde havia sido inicialmente proposto e o mercado que seguiu com a implantação inicialmente indicada no plano. Os restantes equipamentos não chegaram a ser aplicados, nomeadamente, a estação de camionagem, o posto sanitário e os serviços públicos.

Outro aspecto importante a realçar destes planos é que numa rápida leitura não se distingue a primeira os equipamentos anteriores ao plano urbano e os posteriores sem recorrer a leitura dos documentos oficiais, contudo a partir de uma análise mais detalhada é possível constatar que os equipamentos a cinza claro correspondem a edifícios pré-existentes e os mais carregados aos edifícios propostos, é também possível observar que os primeiros equipamentos a serem erguidos após a elaboração dos planos na década de 60 são os que se situam mais ao centro da vila respeitando a ordem e o traçado original do plano, como é o caso do mercado.

A Casa do Povo e o Campo Desportivo que aparecem no plano acabaram por não ser construídos em nenhuma das vilas, pois segundo o Governador Pires Barata estes seriam indispensáveis nesta fase, sendo “considerados de 2ª urgência”¹⁰³.

Dos equipamentos construídos como é o caso da escola “o edifício de maior investimento plástico e modernidade”¹⁰⁴, é possível concluir este processo de reprodução de equipamentos nas diversas vilas levado a cabo pelas Obras Públicas locais. A escola da Trindade e das Neves por exemplo correspondem a dois módulos com quatro salas no total, enquanto que a escola em Guadalupe e em São João dos Angolares correspondem a apenas um módulo com duas salas de aulas, todas estas semelhantes elevadas sobre pilotis e acessíveis através de rampas¹⁰⁵.

¹⁰³ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

¹⁰⁴ MILHEIRO, Ana Vaz, PINTO, Paulo Tormenta, (2013). *Construir em África : A Arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Departamento de Arquitectura e Urbanismo – ISCTE-IUL, Lisboa. (8-17;77-109)

¹⁰⁵ Idem, p.87-127.



7. Escola Primária Professor Trindade Sousa Pontes, Trindade © Dídia Rita, 2016

Plano Urbano Vila da Trindade, Eng. Santos Paiva, déc.1960

Sobreposição à actualidade



1. Escola Primária
2. Mercado
3. Serviços Públicos
4. Casa do Povo
5. Posto Sanitário
6. Estação de Camionagem

Mapa actual



1. Escola Primária
2. Mercado

3.2 Vila das Neves



8. Ribeira Funda, Neves © Dídia Rita, 2016

A cidade de Neves, actual Capital do distrito de Lembá, encontra-se situada a noroeste de São Tomé numa zona costeira muito plana por onde passa o rio Provás¹⁰⁶, desconhece-se o seu primeiro registo de assentamento urbano mas sabe-se que a sua população é composta maioritariamente por angolares. É também actualmente o berço de diversas estruturas industriais, nomeadamente ENCO (Emprese Nacional de Combustíveis e Óleo), Rosema e Siplane e a sua extensão é marcada pela presença de grandes roças como Santa Catarina, Diogo Vaz, Ponta Figo, Bom Sucesso, Espraíinha, Ribeira Palma Praia, Rosema, Rio Leça, Monte Forte entre outras¹⁰⁷.

Na altura em que se realizavam os estudos relativos a valorização dos agregados populacionais da Província de São Tomé, dos quais fazia parte a vila de Neves, esta já possuía três núcleos “diferenciados e distantes uns dos outros”¹⁰⁸ dos quais faziam parte:

“-Um bairro para pescadores nativos, construído pelo Estado, na zona onde está projetada a nova vila;

-Um aglomerado de casas, construído ao modo regional;

-Um centro cívico, constituído por um edifício onde funciona a regedoria, o posto sanitário e os CTT, por uma maternidade e pela Igreja, com escola anexa.”¹⁰⁹

Contudo, o plano urbano para a vila das Neves apesar de abranger uma pequena área ao contrário do que sucede na maioria das Vilas apresentava apenas três soluções viáveis para a sua implantação: “ou estender a vila ao longo duma faixa costeira, com o centro cívico a meio, na região do Provás, ou aproveitar a região entre o Provás e a Roça Ponta Figo, entrando mais para o interior, ou aproveitar a zona entre o Provás e a Companhia da Baleia penetrando para o interior até à Roça Bom Sucesso (terreiro).”¹¹⁰

¹⁰⁶ SANTOS, Carlos Espírito (2001). *Enciclopédia Fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Gráfica 99, p.380.

¹⁰⁷ PAPE, Duarte, DE ANDRADE, Rodrigo Rebelo, (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Tinta-da-china, p.197.

¹⁰⁸ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

¹⁰⁹ Idem, (AHU IPAD/06604)

¹¹⁰ PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

A duas primeiras soluções iriam dar origem a expropriações complicadas, pois atingiam as zonas mais povoadas da vila e resultariam num enquadramento anômalo dos edificios públicos existentes, a solução mais plausível adoptada pelo Governador desta província foi a última, onde se iria aproveitar a zona entre o rio Provás e Companhia da Baleira para o assentamento desta Vila, sendo possível nestas condições instalar o centro cívico ao centro desta área onde na altura não existiam construcções. A solução urbanística apresentada para esta vila organizava-a em dois lados delimitados por uma via de passagem com cerca de 900 metros paralela a linha costeira de onde se tinha grandes vistas sobre o mar que marcava a entrada e a saída da vila, também as moradias seriam organizadas seguindo esta disposição¹¹¹.

Na primeira fase urbanização da vila das Neves seriam instalados os seguintes equipamentos, igualmente comuns as outras vilas:

- 2 Moradias e 2 Residências;
- Escola;
- Mercado;
- Edificios dos serviços públicos;
- Posto sanitário.

¹¹¹ PAIVA, Santos (195-). Vila das Neves (AHSTP/1-56-5-13)



9. Mercado, Neves © Dídía Rita, 2016

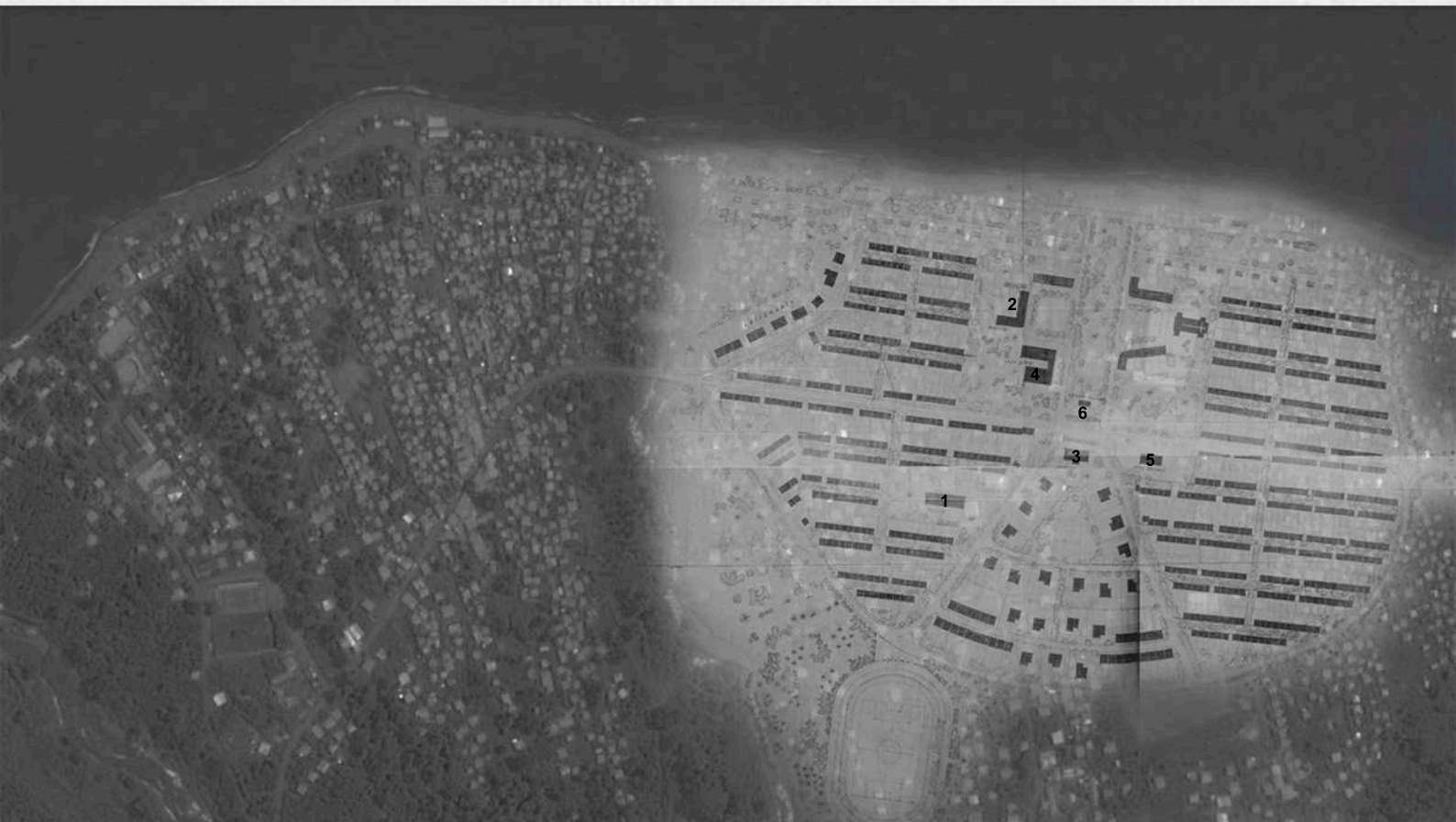
Deste grupo de equipamentos, foram apenas construídos nomeadamente, o edifício da escola e do mercado seguindo uma nova implantação próxima a via principal que marca início e o fim desta povoação, o Posto sanitário proposto não chegou a ser construído possivelmente pela presença do Hospital da Roça Diogo Vaz nas suas proximidades. Posteriormente, após o 25 de Abril houve um grande processo de expansão urbana para o outro lado do rio Provás que marcava o limite desta vila, não seguindo em nada o traçado inicial apresentado no plano, foi igualmente erguido um Posto Sanitário próximo a escola.



10. Escola Básica de Neves, Neves © Dídia Rita, 2016

Plano Urbano Vila das Neves, Eng. Santos Paiva, déc.1960

Sobreposição à actualidade



1. Escola Primária
2. Mercado
3. Serviços Públicos
4. Casa do Povo
5. Posto Sanitário
6. Estação de Camionagem

Mapa actual



1. Escola Primária
2. Mercado

3.3 Vila dos Angolares



11. Roça Ribeira Peixe, Distrito de Caué © Dídía Rita, 2016

São João dos Angolares, frequentemente chamada de Angolares é uma pequena cidade localizada na zona sul da ilha, no distrito de Caué, povoada sobretudo pelo grupo étnico Angolar que se dedica a actividade piscatória¹¹², tem nas suas proximidades grandes roças como Ribeira Peixe, também conhecida por roça Perseverança¹¹³.

Na década de 50 esta vila foi também alvo de estudos relativos a valorização do seu aglomerado populacional da autoria do engenheiro Santos Paiva, procedendo a substituição dos assentamentos informais por bairros organizados segundo uma malha mais ortogonal¹¹⁴.

Esta vila é composta por um eixo viário sobre o qual o plano se assentam e se organizam os equipamentos públicos e privados. Na sua primeira fase urbanização seriam instalados os seguintes equipamentos:

- 1 Moradias e 2 Residências;
- Escola;
- Edifícios dos serviços públicos;
- Posto sanitário

Do que foi proposto foram construídos nomeadamente o edifício das escola, seguindo a implantação original e o Posto Sanitário que actualmente foi ampliado. Algumas marcações de loteamento presentes no plano de urbanização também mantiveram-se, apesar de não se ter erguido grande partes dos equipamentos. Nesta vila, ao contrário do que acontece com as Vilas da Trindade, Guadalupe e Neves, não se construiu um mercado como o proposto originalmente no plano.

¹¹² SANTOS, Carlos Espírito (2001). *Enciclopédia Fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Gráfica 99, p.49.

¹¹³ PAPE, Duarte, DE ANDRADE, Rodrigo Rebelo, (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Tinta-da-china, p.224.

¹¹⁴ MILHEIRO, Ana Vaz, (2012). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, p.103.



12. Escola Primária São João dos Angolares © Dídia Rita, 2016



13. Escola Primária São João dos Angolares © Dídia Rita, 2016

Plano Urbano Vila São João dos Angolares, Eng. Santos Paiva, déc.1960

Sobreposição à actualidade



1. Escola Primária
2. Mercado
3. Serviços Públicos
4. Moradia
5. Residência

Mapa actual



1. Escola Primária

3.4 Vila de Guadalupe



14. Hospital Agostinho Neto, Guadalupe © Dídía Rita, 2016

A vila de Guadalupe cresce nas proximidades da roça que marca o primeiro assentamento formal nesta zona, a roça Rio do Ouro denominada de Agostinho Neto após a independência. Localizada na zona norte da ilha de São Tomé no distrito de Lobata, esta vila está situada próxima a um monte elevado, num terreno plano sombrio e pedregoso¹¹⁵ e está *delimitada “por dois cursos de água de caudal permanente, embora fracos, o Água Tras e o Água Polino”*¹¹⁶.

A vila de Guadalupe, foi também projetada pelo engenheiro Santos Paiva no âmbito dos estudos para os aglomerados populacionais da Província de São Tomé e Príncipe. Tal como se observou nas outras vilas, esta nasceu tendo como ponto de partida um eixo viário onde se assentaram os diversos equipamentos dispostos ortogonalmente. Na altura em que se realizavam os estudos para elaboração do plano de urbanização, esta vila já possuía alguns edifícios, nomeadamente uma Igreja edificada em 1940 e em torno da qual assentavam-se algumas construções em alvenaria desordenadamente, duas escolas, uma pertencente ao Estado e outra a Missões Católicas¹¹⁷.

A solução urbanística apresentada para esta vila organizava o centro cívico a poucos metros da Igreja numa área sem edifícios e próxima a estrada principal que seria transformada no arruamento principal da vila. Com a intenção de valorizar a Igreja criou-se em frente ao seu edifício uma pequena avenida na qual seriam instalados os melhores equipamentos particulares, e a partir da qual iriam nascer os restantes arruamentos da vila¹¹⁸.

Na sua primeira fase urbanização seriam instalados os seguintes equipamentos:

- 1 Moradias e 2 Residências;
- Escola;
- Mercado;
- Edifícios dos serviços públicos;

¹¹⁵ SANTOS, Carlos Espírito (2001). *Enciclopédia Fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Gráfica 99, p.243.

¹¹⁶ PAIVA, Santos (195-). Vila de Guadalupe (AHSTP/1-46-6-36)

¹¹⁷ Idem, (AHSTP/1-46-6-36)

¹¹⁸ Idem, (AHSTP/1-46-6-36)

-Posto sanitário.

Deste grupo de equipamentos, foram apenas construídos nomeadamente, o edifício da escola com apenas duas salas, seguindo uma organização semelhante a escola de Angolares, e o mercado com planta em L que reproduz uma tipologia semelhante as que estão presentes nas vilas das Neves e Trindade¹¹⁹, nenhum dos dois edifícios foi implantado na local onde havia sido inicialmente proposto.



15. Escola Básica Venâncio Pires, Guadalupe © Dídia Rita, 2016

¹¹⁹ MILHEIRO, Ana Vaz, PINTO, Paulo Tormenta, (2013). *Construir em África : A Arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Departamento de Arquitectura e Urbanismo – ISCTE-IUL, Lisboa. (8-17;77-109)



16. Escola Básica Venâncio Pires, Guadalupe © Dídia Rita, 2016



17. Mercado, Guadalupe © Dídía Rita, 2016



18. Mercado, Guadalupe © Didia Rita, 2016

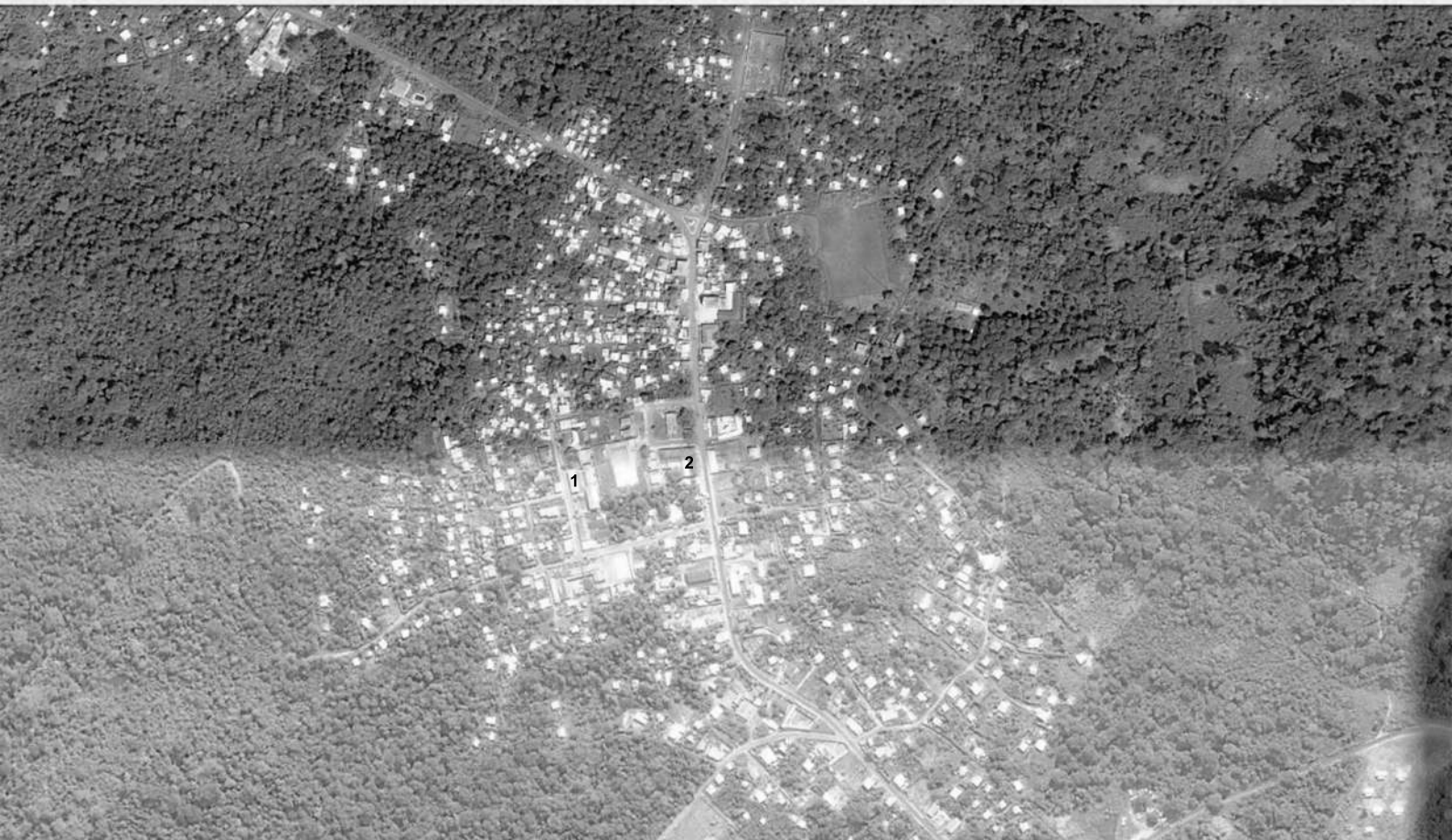
Plano Urbano Vila de Guadalupe, Eng. Santos Paiva, déc.1960

Sobreposição à actualidade



1. Escola Primária
2. Mercado
3. Serviços Públicos
4. Casa do Povo
5. Posto Sanitário
6. Estação de Camionagem

Mapa actual



1. Escola Primária
2. Mercado

3.5 Vila da Madalena



19. Igreja, Madalena © Dícia Rita, 2016

Situada no distrito de Mé-Zóchi a apenas 10 minutos da cidade de Trindade encontra-se a vila da Madalena, localizada nas proximidades de uma zona montanhosa e das roças de Santa Margarida e Prado, numa área muito acidentada *“rodeada de muito boas plantações de cacau, que têm impedido a sua expansão”*¹²⁰.

Já era composta por um número limitado de estruturas urbanas antes da implementação do plano urbano, que são descritas no seguinte excerto pelo engenheiro:

*“A parte existente é constituída por vários arruamentos com faixas pavimentadas e passeios revestidos de argamassa de cimento, com bordadura de betão. Dispõe presentemente duma Igreja, duma escola (que em parte é aproveitada para as instalações do posto sanitário e da Regedoria), dum pequeno edifício dos CTT, de uns seis prédios particulares, dos quais um ou dois são aproveitáveis, e de pouco mais de meia dúzia de barracas de madeira, habitadas por umas escassas dezenas de nativos”*¹²¹.



20. Antigo edifício dos CTT, actual loja da Unitel © Dídia Rita, 2016

¹²⁰ PAIVA, Santos (195-). Vila da Madalena (AHSTP/1-46-6-11)

¹²¹ Idem, (AHSTP/1-46-6-11)

A solução urbanística adoptada pelo engenheiro, teve como ponto de partida o aproveitamento das estruturas urbanas pré-existentes como os arruamentos e os edifícios públicos, nomeadamente, a Igreja e a escola em torno das quais a vila viria expandir-se.

Na sua primeira fase urbanização seriam instalados os seguintes equipamentos:

- 1 Moradias;
- Mercado;
- Edifícios dos serviços públicos;
- Posto sanitário.

Contudo, a nível de equipamentos projetados a vila da madalena foi a mais precária, não tendo sido nenhum dos equipamentos propostos construídos no âmbito do processo de valorização dos aglomerados populacionais desta província.

Actualmente a Vila possui uma escola (que já existia na época de em que se projetou os planos, passou a ter o seu uso normal), uma igreja (anterior ao plano) um posto sanitário do lado oposto a Igreja e um edifício antigo onde está instalada a Câmara distrital de Mé-Zóchi.



21. Escola Primária Albertina Matos, Madalena © Dídía Rita, 2016

Plano Urbano Vila de Madalena, Eng. Santos Paiva, déc.1960

Sobreposição à actualidade



1. Escola Primária
2. Mercado
3. Serviços Públicos
4. Casa do Povo
5. Posto Sanitário
6. Estação de Camionagem

Mapa actual



1. Escola Primária (pré-existente)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Actualmente, ao percorrer-se o arquipélago ainda é possível observar as “pegadas” deixadas pelos portugueses. Não só a nível social e cultural, mas também a nível de grandes infraestruturas agrícolas como as roças e a nível de equipamentos públicos como hospitais, escolas, mercados, e outros elementos que compõem estes aglomerados populacionais grande parte em ruína, mas ainda assim compondo um grande património.

Uma das conclusões a que se chega, é que a presença destas grandes estruturas agrícolas neste território gerou dois processos a nível do crescimento urbano, primeiro assistimos um processo de expansão que visava dar nomes a estes aglomerados próximos as roças e conseqüentemente tirar o monopólio destes universos de domínio privado. O segundo já foi numa fase posterior a implementação destes planos, quando na impossibilidade de obtenção de maiores verbas nesta província estes projetos não puderam ser implementados, levando mais uma vez a valorização dos equipamentos presentes nas roças, nomeadamente os seus hospitais, e alguns serviços que serviam as povoações mais próximas, como era o caso do hospital de Diogo Vaz em Neves, pertencente a roça Diogo Vaz que acabava por servir não só a povoação destas estruturas agrícolas mas também a população oriunda da Vila e de outros territórios mais próximos, não havendo assim uma grande urgência de se instalar um posto sanitário nesta urbanização.

Pouco se tem a dizer sobre o que foi feito após a revolução 25 de Abril aquando da saída dos portugueses responsáveis pela governação deste conjunto de ilhas. Ao nível dos trabalhos levados a cabo pelas obras públicas locais, nomeadamente os planos de expansão, com a implantação da república independente a 12 de Julho de 1975 estes não foram mais concretizados.

Seguiu-se um novo rumo nas diversas áreas, particularmente, para as área das obras públicas foram elaborados alguns planos. Segundo o actual Director do Cadastro nas Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, o Arquitecto Neco Bragança, foram apenas

elaborados planos de loteamento para habitação unifamiliares que não tiveram em conta os planos projetados no período colonial¹²².

Com o passar dos anos verificou-se um retrocesso e um cenário de carência nas infraestruturas a nível nacional, infelizmente as estruturas deixadas são as que melhor nos relatam as histórias dos altos e baixos assistidos neste pequeno arquipélago. As grandes estruturas rurais que caracterizavam as actividades económicas destas ilhas desde o seu primeiro povoamento vêm se degradando com o passar do tempo, grande parte delas foram nacionalizadas com a independência e são hoje de domínio privado, as que ainda são facilmente acessíveis constituem hoje ruínas habitadas pela população menos favorecida, muitas delas antigos trabalhadores das roças. Onde antes podíamos ver o ilustre hospital da roça Rio do Ouro, hoje vê-se uma estrutura em resquícios com um sistema construtivo eficaz que ainda a sustenta, e esta história repete-se nos diversos pontos das ilhas.

A nível urbanístico, as cidades e Vilas Estado Novistas ainda caracterizam grande parte da paisagem santomense apesar da enchente onda de construções informais que a nenhum plano e ordem respondem. As potencialidades lá se encontram, mas contudo, a gestão ineficaz dos recursos e do património deixado impossibilitam o crescimento positivo do arquipélago.

¹²² Remete para a Entrevista em Anexo (Anexo 2)

BIBLIOGRAFIA

- AGÊNCIA – GERAL DO ULTRAMAR, (1964). *S. Tomé e Príncipe Pequena Monografia* – Lisboa
- BIBLIOTECA DE EXPANSÃO PORTUGUESA, (1989). *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI* – Lisboa, Publicações Alfa, S.A.
- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, (ano?). *São Tomé e Príncipe – Olhar O Futuro*, Lisboa, SGE Mediateca.
- CARVALHO, Ana Margarida (2005), “São Tomé e Príncipe”, In *Visão – África 30 anos depois, nº1 edição*.
- FORJAZ, Jorge, (ano?). *Genealogias de São Tomé e Príncipe – Subsídios*, Lisboa, Dislivro Histórica.
- GUERRA, Fernando Meireles, (1996). *Descolonização – O império Colonial Português em África e aquilo que os portugueses programaram, projectaram, construíram e lá deixaram, depois do 25 de Abril de 1974*, Lisboa, Universitária Editora.
- MILHEIRO, Ana Vaz, (2012). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 87-127.
- MILHEIRO, Ana Vaz, FIÚZA, Filipa, (2013). *En los Trópicos sin Le Corbusier*. CIUDADES 100, 15.
- MILHEIRO, Ana Vaz, PINTO, Paulo Tormenta, (2013). *Construir em África : A Arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944-1974*, Departamento de Arquitectura e Urbanismo – ISCTE-IUL, Lisboa. (8-17;77-109)
- MILHEIRO, Ana Vaz, (2017). *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”*, Lisboa, RELÓGIO D’ÁGUA EDITORES.
- MORAIS, João Sousa, MALHEIRO, Joana Bastos, (2013). *São Tomé e Príncipe – As Cidades Património Arquitectónico*, Lisboa, Caleidoscópio.
- PAIVA, Santos (195-). *Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais*. (AHU IPAD/06604)

PAIVA, Santos (195-). Vila da Trindade (AHSTP/1-46-5-10)

PAIVA, Santos (195-). Vila das Neves (AHSTP/1-56-5-13)

PAIVA, Santos (195-). Vila de Guadalupe (AHSTP/1-46-6-36)

PAPE, Duarte, DE ANDRADE, Rodrigo Rebelo, (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Tinta-da-china.

ROQUE, Ana Cristina, SEIBERT, Gerhard, MARQUES, Vítor Rosado, (2012). *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, Lisboa, ISCTE-IUL, CEA-IUL.

SANTOS, Carlos Espírito (2001). *Enciclopédia Fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Gráfica 99.

SILVA, Maria Teresa Marques Madeira, *Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades Insulares Atlânticas de origem Portuguesa*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1998.

SOARES, Alberto Ribeiro (2015). *Os Generais do Exército Português – Quatro séculos de História. III Volume Tomo – De 1 de Janeiro de 1962 a 31 de Dezembro de 2000*, Lisboa, Europress – Indústria Gráfica, Lda.

TENREIRO, Francisco , (1961). *A ilha de São Tomé*. Memórias da junta de Investigação do Ultramar , 2ª Série, nº 24

ANEXOS

ANEXO 1 – BREVE COMPARAÇÃO ENTRE OS ARQUIVOS VISITADOS

ANEXO 2 – ENTREVISTA ARQUITECTO NECO BRAGANÇA

ANEXO 3 – ENTREVISTA ENGENHEIRO EDUARDO SANTOS PAIVA

ANEXO 1 - BREVE COMPARAÇÃO ENTRE OS ARQUIVOS VISITADOS

Durante os últimos meses de investigação, tive o êxito de ter tido acesso a ótimas bases de informação que continham os documentos essenciais para que fosse possível elaborar este trabalho. Nomeadamente, o Arquivos Históricos de São e Príncipe, o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo Histórico Militar e por último a Biblioteca do Exército.

Os Arquivos Históricos de São e Príncipe e o de Lisboa (AHU), continham o mesmo tipo de documentação remetente ao período colonial. Nestes, pude consultar os diversos Planos Urbanos da autoria do Engenheiro Santos Paiva, e as respectivas memórias descritivas. Contudo, foram visíveis algumas diferenças quanto ao estado em que se encontram os documentos e no processo de pesquisa.

Enquanto que no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa a informação se encontra toda armazenada online, no Arquivo Histórico de São Tomé a informação ainda se encontra registada manualmente, o que prolonga o processo de investigação, de igual modo os documentos presentes no Arquivo de Lisboa se encontram em melhores condições, o que infelizmente não se verifica em grande parte dos documentos que tive a possibilidade de consultar no Arquivo Histórico de São Tomé, estando muitos destes em vias de se tornarem imperceptíveis. Apesar destas pequenas irregularidades, é de realçar a quantidade significativa de documentos importantes nestes arquivos.

No que diz respeito ao serviço prestado nestes dois arquivos, devo sublinhar como outro aspecto positivo os funcionários que me auxiliaram, sempre muito prestáveis e atenciosos.

Por último, quero destacar a importância que o Arquivo Histórico Militar e a Biblioteca do Exército respectivamente tiveram na conclusão deste trabalho, por terem-me apoiado na pesquisa sobre a identidade do Engenheiro Santos Paiva do qual só se sabia o apelido, e por terem-me colocado em contacto com os filhos Rui Santos Paiva e Eduardo Manuel dos Santos Paiva.

Sem estes, não teria sido possível reunir e construir a biografia do Engenheiro Henrique Costa dos Santos Paiva.

ANEXO 2 - ENTREVISTA ARQUITECTO NECO BRANGANÇA

1. Após a independência qual foi o aproveitamento feito dos planos urbanos elaborados pelos urbanistas do Estado Novo?

R: Os planos elaborados foram quase todos ignorados e pouco se fez para a sua implementação.

2. Para a vila de Trindade do que foi projetado no plano de 1956 da autoria do Engenheiro Santos Paiva, houve alguma alteração dos equipamentos projetados? E existe alguma possibilidade de darem continuidade a construção dos restantes equipamentos propostos?

R: Infelizmente quase nada foi feito. Actualmente os espaços foram ocupados com construções precárias e será quase impossível a sua implementação devido aos poucos recursos do estado para indemnizar as pessoas.

3. Para a vila de Neves do que foi projetado no plano de 1956 da autoria do Engenheiro Santos Paiva, houve alguma alteração dos equipamentos projetados? E existe alguma possibilidade de darem continuidade a construção dos restantes equipamentos propostos?

R: Idem.

4. Para a vila de Madalena do que foi projetado no plano de 1956 da autoria do Engenheiro Santos Paiva, houve alguma alteração dos equipamentos projetados? E existe alguma possibilidade de darem continuidade a construção dos restantes equipamentos propostos?

R: Idem.

5. Para a vila de Angolares do que foi projetado no plano de 1956 da autoria do Engenheiro Santos Paiva, houve alguma alteração dos equipamentos projetados? E existe alguma possibilidade de darem continuidade a construção dos restantes equipamentos propostos?

R: Idem.

6. Para a vila de Guadalupe do que foi projetado no plano de 1956 da autoria do Engenheiro Santos Paiva, houve alguma alteração dos equipamentos projetados? Existe alguma possibilidade de darem continuidade a construção dos restantes equipamentos propostos?

R: Idem.

7. Houve algum plano de expansão novo?

Foram efectuados planos de loteamento para Habitações Unifamiliares, mas com a falta de fiscalização constante o plano não foi cumprido.

8. Se houve, ao serem planeados, tiveram em consideração os planos elaborados no período colonial para as vilas de São Tomé e Príncipe, mais precisamente, durante o Estado Novo?

Infelizmente não se teve em conta os planos elaborados naquela altura.

ANEXO 3 - ENTREVISTA ENGENHEIRO EDUARDO SANTOS PAIVA

1. Sabemos que o engenheiro trabalhou para o Gabinete de Urbanização do Ultramar na elaboração destes planos urbanos, como é que foi feita a contratação, houve algum concurso?

R: Não, o meu pai era Engenheiro da Câmara de Lisboa na altura da contratação, portanto não sei como é que o meu pai fez este contrato sei apenas que foi feito por contactos que tinha.

2. Consegue confirmar esta afirmação baseada num dos excertos presentes no relatório para a Urbanização de 10 Aglomerados Populacionais na província de São Tomé e Príncipe?

“É de destacar que o engenheiro Santos Paiva era apenas responsável pela produção urbanística, cálculos, cadernos de encargos, medições preços e orçamentos, ficando a parte arquitectónica inteiramente atribuída a Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação do Ministério do Ultramar (D.S.U.H) com a colaboração do engenheiro quando esta fosse indispensável, como é o caso dos edifícios para as novas Igrejas nas Vilas da Trindade, Neves, Angolares, St^a Filomena, Santana e St^o Amaro.”

O seu pai ficou apenas responsável pela produção urbanística, em nenhum momento interferiu na parte arquitectónica?

R: Não, o meu pai também trabalhou na parte arquitectónica das igrejas, embora com a colaboração de um arquiteto de lá.

3. Na altura em que projetou os planos o Engenheiro Santos Paiva viajou para São Tomé?

R: Sim, ele e o Engenheiro Leopoldo. Ele conheceu muito bem São Tomé, visitou muitas roças e gostava imenso de lá ir, gostava de ver as paisagens e as praias.

4. A nível de Projeto Urbano este foi o primeiro trabalho do Engenheiro ou este já havia trabalhado noutros projetos desta dimensão?

R: Não, como havia dito, o meu pai trabalhou como Engenheiro projetista na Câmara de Lisboa, e enquanto lá esteve projetou para o bairro de alvalade, mais precisamente a Avenida Guerra Junqueira, e daí passou para São Tomé.

5. A nível das Colónias Africanas, o engenheiro prestou serviços apenas para a antiga província de São Tomé e Príncipe?

R: Sim.

6. Após a conclusão dos planos e da implantação de alguns equipamentos o engenheiro teve a possibilidade de visitá-los?

R: O meu pai foi lá varias vezes mesmo após a conclusão dos planos, agora não lhe sei dizer o que ele teve a possibilidade de ver.

7. O seu pai, num dos seus últimos relatórios após a conclusão do plano, agradece o apoio a nível técnico e não dos architectos João de Aguiar, Lucínio Cruz, e R.Viola e do Engenheiro Romão de Figueiredo, teve a possibilidade de presenciar a relação entre estas ilustres figuras?

R: Não, após estes anos todos já não me lembro.



Com o Engenheiro Eduardo Manuel dos Santos Paiva, o filho mais velho do Engenheiro Santos Paiva



PAISAGEM E INFRA-ESTRUTURA NO EIXO CARREGADO-ALENQUER:
BIBLIOTECA E HABITAÇÃO NO CARREGADO

Vertente Prática

Didia Paulina Tiny Rita
ISCTE-IUL | 2017



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Tecnologias e Arquitectura

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Mestrado Integrado em Arquitectura

Dídia Paulina Tiny Rita

Trabalho prático submetido como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Vertente Prática

**PAISAGEM E INFRA-ESTRUTURA NO EIXO CARREGADO-ALENQUER:
BIBLIOTECA E HABITAÇÃO NO CARREGADO**

Tutor:

Doutor, Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Lisboa, Outubro 2017

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	112
ENUNCIADO DA VERTENTE PRÁTICA	113
1. TRABALHO DE GRUPO	118
1.1 Eixo Carregado – Alenquer	118
1.2 Carregado	120
2. TRABALHO INDIVIDUAL	128
2.1 O lugar	128
2.2 O conceito	130
2.3 Programa	132
2.4 Desenhos Técnicos	146

INTRODUÇÃO

Nesta parte do caderno é apresentada a vertente prática do Projeto Final de Arquitectura (PFA) do Mestrado Integrado em Arquitectura, desenvolvido no ano lectivo 2016/2017.

O trabalho proposto é desenvolvido entre o Eixo Carregado - Alenquer , e tem como objectivo uma análise urbana ao longo deste eixo seguida de estratégias de requalificação que darão origem a propostas pontuais. O exercício foi dividido em duas fases, tendo sido a primeira dedicada a análise de grupo e a segunda ao trabalho individual.

ENUNCIADO DA VERTENTE PRÁTICA

O trabalho do arquitecto consiste em projectar relações formais
Fernando Távora

O objectivo da investigação é transformar o inexplicável em previsível e o projecto de arquitectura é exactamente transformar o previsível em inexplicável
Mário Kruger

1. Âmbito e Tema

Este documento apresenta o Programa Preliminar da Vertente Prática (VP) Unidade Curricular (UC) de Projecto Final de Arquitectura (PFA) do 2o ciclo do MIA para o ano lectivo 2016/2017.

A vertente prática consistirá num trabalho de Projecto que será desenvolvido em local a determinar em Programa Específico a apresentar no inicio do ano lectivo, local este que será, em princípio, partilhado em conjunto com as outras duas turmas de PFA. De igual modo, o programa detalhado da intervenção será discriminado no Programa Específico atrás mencionado.

Não obstante e sem prejuízo do local de intervenção e do programa específico a serem apresentados, o Tema de Trabalho da VP de PFA para esta turma será em traços largos o da ARQUITECTURA COMO “LUGAR-FORMA”, conforme o conceito proposto por Kenneth Frampton em Seven points.

Neste manifesto Frampton afirmava que com a queda do projecto Socialista no final do século XX, ao qual a arquitectura moderna estava tão “intimamente ligada”, a profissão teria que procurar novas formas profícuas de envolvimento com a sociedade. Uma das possibilidades seria encarar a sociedade no seu todo como um cliente, e para tal, dizia que a educação de base em “design ambiental” de toda a sociedade seria um factor determinante para a melhorar o entendimento dos próprios clientes, da sociedade, uma vez que a qualidade em Arquitectura é impraticável sem

bons encomendadores. Ao mesmo tempo e em complemento, a própria profissão teria que rever os seus objectivos pedagógicos, equilibrando o treino profissional com uma responsabilidade ética e cultural, que seria proporcionada por uma formação mais abrangente dos futuros arquitectos.

Frampton argumentava que a globalização, a tomada de consciência dos limites e da fragilidade do ambiente e dos recursos naturais, soçobrara o tecno-otimismo do século XX, cuja excessiva preponderância técnico-científica conduzira a uma disrupção entre civilização e cultura, levando ao crescimento desmesurado e desequilibrado dos aglomerados urbanos, com enormes implicações ambientais, ao ponto de se extinguir a própria capacidade de regeneração do ambiente construído pela edificação, surgindo agora a intervenção na estrutura ecológica e na paisagem, como estratégia redentora e como factor mais premente do que a edificação enquanto “objecto isolado”.

Consequentemente, mais do que uma Arquitectura como acontecimento singularmente expressivo, o novo milénio necessitaria uma Arquitectura simultaneamente “contexto de cultura” e “expressão cultural em si mesma”, pelo que uma abordagem acriticamente expressiva seria um ato redutor do “carácter sociocultural” da Arquitectura, que deverá antes ser, num contexto de crise política, económica e social, orientado não como um “produto-forma” mas cada vez mais como um “lugar-forma”, circunstância participante de um processo continuo de regeneração dos lugares.

Estas ideias, de lugar-forma e de exaustão ideológica, económica e edificada, patente nos países do Ocidente capitalista e industrializado, seriam acentuadas pela Grande Depressão de 2008. Em paralelo, aspectos como a humanização da tecnologia, a utilização dos recursos da informatização para a participação social, vêm prometer novos modelos de planeamento e de edificação, onde o projecto de arquitectura será porventura mais discutido e as decisões de programa e projecto mais participadas.

No conjunto, estes temas transversais da contemporaneidade estarão presentes ao longo da VP de PFA. Temas estes que não revelam necessariamente uma menorização dos aspectos espaciais, formais e expressivos da arquitectura, fruto de um eventual realismo exacerbado que apagaria a sua presença simbólica e material. Antes revelam uma maior complexidade das circunstâncias que envolvem o acto do Projecto, correspondente a um enriquecimento que amplia e funda as soluções de projecto e a própria representatividade disciplinar, conferindo à metodologia de projecto uma matriz investigatória e de interesse político e social.

Deste modo, recordando que o trabalho a desenvolver nesta VP será o de uma simulação crítica de um projecto de arquitectura, todos os actos de pesquisa e interpretação das condições dos locais, dos programas e demais circunstâncias exploradas terão sempre como objectivo final o máximo desenvolvimento possível de uma proposta de materialização arquitectónica, que representará uma proposta global e humanizada de transformação de espaços edificados.

[o desenho] é o instrumento através do qual a arquitectura acede à existência

Edward Robbins

Poetry is at the heart of architecture

Steven Holl

2. Programa e Metodologia

Sublinhamos que se aceitarmos que a reestruturação do território e a própria arquitectura são construções sociais e económicas, procura-se em PFA que o trabalho de projecto tenha uma dimensão crítica, cultural e material destes factores estruturantes - as lógicas produtivas de

transformação do território e da arquitectura. Seja para as subverter ou seduzir, seja reduzindo-as ou ampliando-as selectivamente, seja com uma outra estratégia e um outro grau de relação crítica, o projecto terá como objectivo construir uma hipótese de futuro por que valha a pena trabalhar, entendendo-se o Projecto como uma proposta concreta de reconstrução de um lugar, cuja condição material reúne múltiplas dimensões (urbanísticas, paisagísticas, tecnológicas, culturais, etc.).

Deste modo, o programa desta VP de PFA englobará varias escalas de intervenção: a escala urbana, ao nível do Projecto Urbano; a escala espaço público, ao nível do Projecto de Espaço Público; a escala do edificado, ao nível do Projecto de Arquitectura. As intervenções serão efectuadas sobre tecidos urbanos existentes, incluindo espaços públicos e edifícios também pré-existentes, havendo desde modo como que uma reabilitação de espaços edificados. Não obstante, o programa específico irá prever igualmente edificação nova.

Em todas as escalas e em todos os programas é pretendido um posicionamento individual crítico perante o próprio processo do projecto, que relacione metodologias de elaboração e produção com resultado produzido, valorizando o recurso a meios próprios de pesquisa e de comunicação, onde as ferramentas de representação são entendidas como instrumentos simultâneos de concentração de dados analíticos e de experimentação de uma nova ordem material proposta.

Conforme o disposto na FUC de PFA o trabalho será anual, alicerçado num único exercício de fundo, organizado em fases sequenciais de projecto, estas fases articulam momentos e escalas diversas do projecto, que corresponderão igualmente a momentos de trabalho em grupo e momentos de trabalho individual. Na realidade, privilegiar-se-à um sistema de trabalho simultaneamente em grupo e individual.

Realizado por Pedro Luz Pinto, Maio 2016

1. TRABALHO DE GRUPO

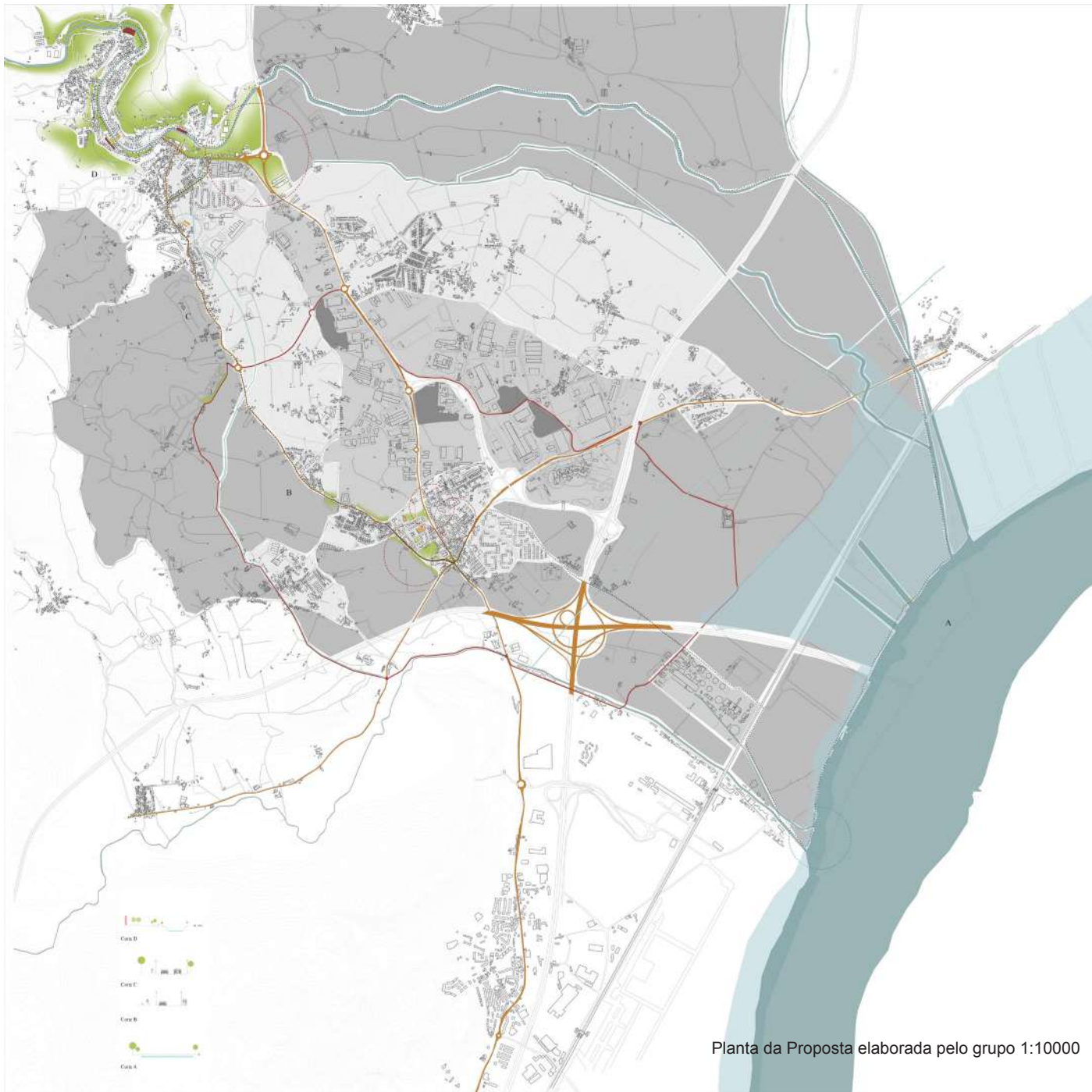
1.1 Eixo Carregado – Alenquer

Derivados da N1, as vilas de Alenquer e Carregado assumem-se como dois núcleos que se influenciam, embora distintos geograficamente e a nível de escala urbanística.

A vila de Alenquer estende-se paralelamente às margens do rio - a espinha dorsal de um território caracterizado por uma dispersão suburbana e ausência de atratividade, enquanto a vila do Carregado se revela um núcleo habitacional concentrado.

Após uma análise à escala territorial, o grupo dividiu-se pelos dois polos do eixo rodoviário que marcam este território. A estratégia de grupo tem como principal objetivo acentuar e favorecer a ligação entre estes dois núcleos através das vias N1 e Rua Principal, alterando consequentemente o carácter e a vivência nos espaços circundantes.

Propomos igualmente reorganizar os pontos que considerámos mais importantes - em Alenquer a reestruturação da entrada da vila e no Carregado a reestruturação dos eixos rodoviários de grande intensidade e a requalificação dos espaços públicos.



Planta da Proposta elaborada pelo grupo 1:10000

1.2 Carregado

Lendo o território actual urbano do Carregado destacamos uma clara desconectividade e heterogeneidade entre os diversos bairros, situação que é fortemente acentuada pela presença interna de eixos rodoviários de atravessamento supra-local, com um fortíssimo impacto, estigmatizante, no ambiente urbano do Carregado.

A atenuação destas barreiras e destes desequilíbrios passará por um conjunto de acções concertadas e complementares, das quais destacamos: (i) a atenuação das vias de atravessamento (com alternativas, com reperfilamentos e repavimentações); (ii) a melhoria do espaço público (criando espaços de estadia, promovendo continuidades pedonais e clicáveis); (iii) a melhoria dos canais rodoviários (organizando o estacionamento, arborizando, criando ligações); (iv) a redistribuição de equipamentos colectivos.

Propomos 3 acções imediatas de redistribuição de equipamentos:

- A transformação da antiga fábrica MCG num edifício espaço-público: o Centro de Ciência Viva Manuel da Conceição Graça. Este edifício poderia funcionar agora como um edifício de carácter simultaneamente público e privado, constituindo um grande espaço público coberto e construindo a memória industrial do Carregado.
- A realocização e ampliação da Biblioteca do Carregado para um local expectante na articulação da zona antiga com o novo Carregado. Dada a sua implantação o empreendimento poderá incorporar programas de habitação e serviços, combinando investimentos e expectativas públicas e privadas.
- A realocização e ampliação do Mercado do Carregado para a zona do actual Campo Desportivo. A realocização do Campo Desportivo permitiria criar um espaço público excepcional, a Praça Central. Também aqui a operação urbanística irá conter programas complementares de habitação e serviços, viabilizando economicamente a operação.



Planta Estratégia geral de grupo 1:1000



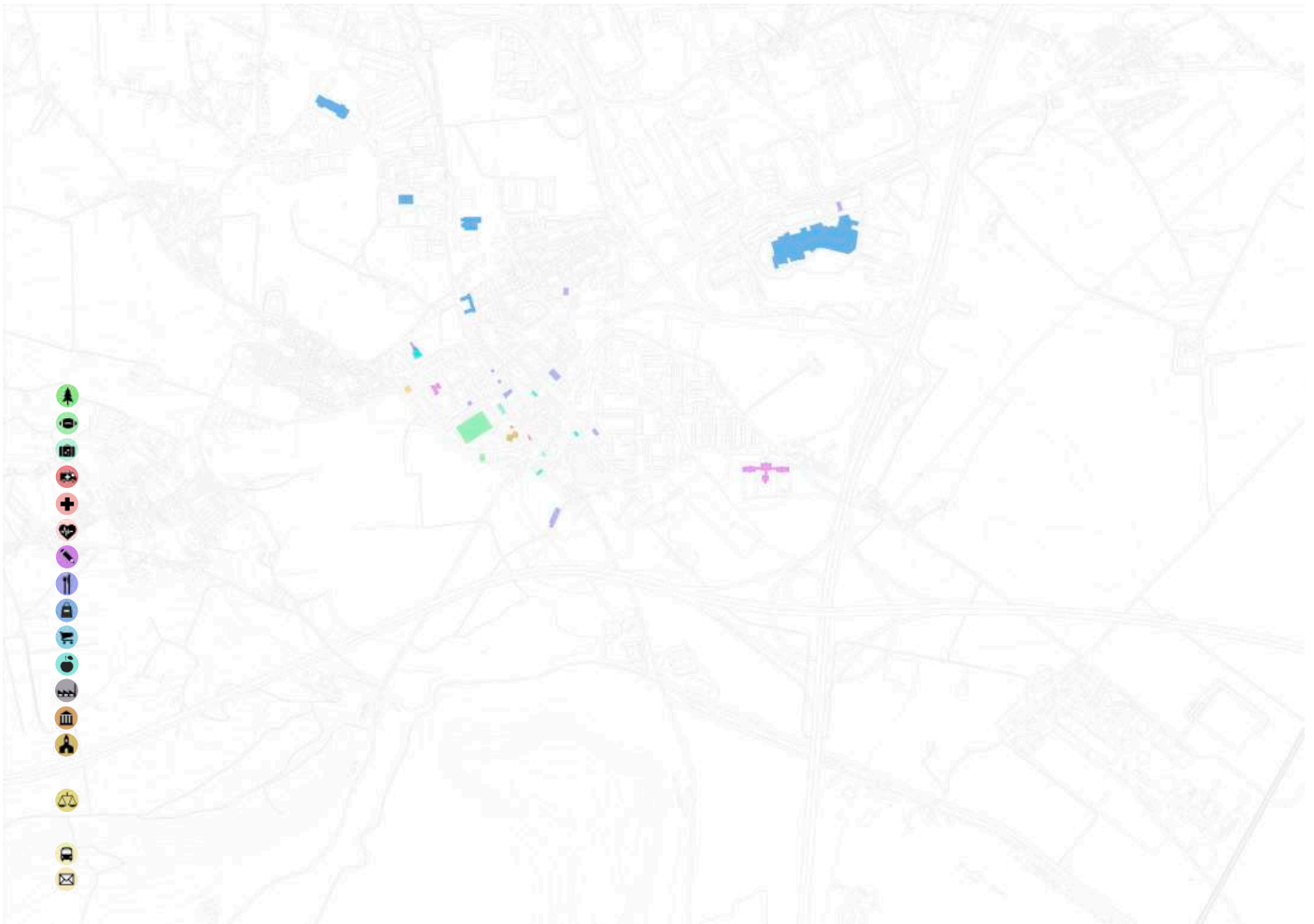
Planta de Análise de Vias elaborada pelo grupo 1:1000



Planta de Proposta de novas Vias elaborada pelo grupo 1:1000



Planta de Análise de Verdes elaborada pelo grupo 1:1000



Planta de Análise de serviços elaborada pelo grupo 1:5000

Como exercício propomos pensar que os equipamentos desportivos sejam articulados com o sistema de espaços públicos e com os limites urbanos do Carregado, redesenhando o perímetro urbano, evidenciando valores paisagísticos e ambientais, contrariando a presença próxima das grandes infraestruturas que servem a AML e, contribuindo assim para uma melhor imagem, valor fundiário e qualidade de vida real.



2. TRABALHO INDIVIDUAL

2.1 O lugar

O projecto da Biblioteca implanta-se no núcleo mais recente do Carregado composto maioritariamente por habitações, numa praceta localizada entre as ruas D. Pedro V e Rua Castelo Melhor.

Actualmente esta terreno encontra-se subaproveitado, sendo o local usado grande parte do tempo como parque de estacionamento.

Contudo, é de destacar os diversos aspectos positivos deste local que o tornaram ideal para integrar o programa da Biblioteca , (i) a praceta encontra-se próxima a uma zona de comércio (Rua D. Pedro V onde concentra-se grande parte do comércio da vila), (ii) a praceta é facilmente acessível tanto a pedestres como a veículos (encontra-se próxima de grandes redes viárias como é o caso da Nacional 1), (iii) a implantação do programa da Biblioteca irá resgatar a vivência nesta área do Carregado que se encontra esquecida.



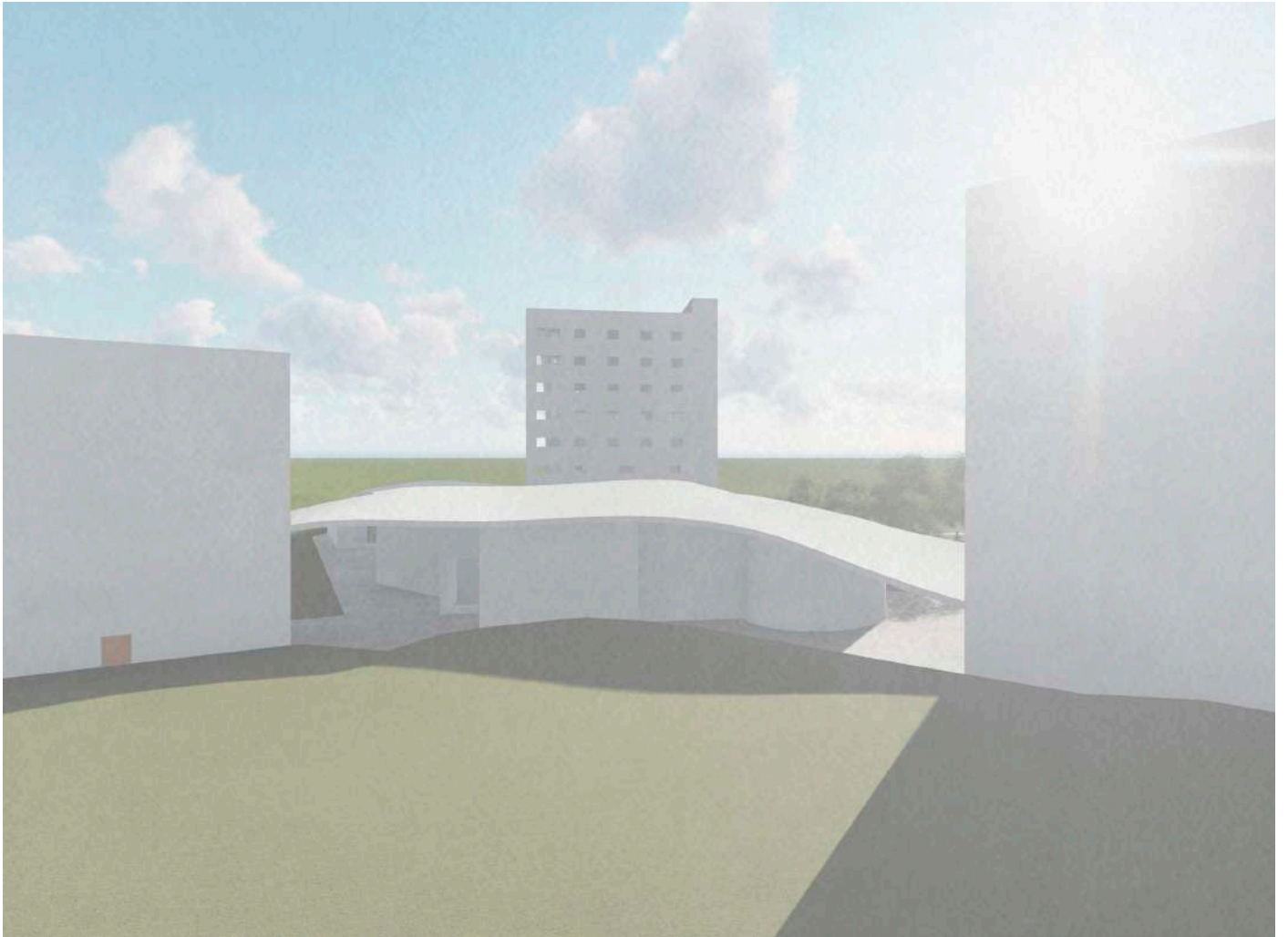
Terreno Baldio, Rua D. Pedro V

2.1 O conceito

Este projecto nasce da interpretação dos novos conceitos de Biblioteca que surgem hoje em dia, onde a biblioteca não aparece apenas o como um espaço de investigação e leitura mas também como um espaço de atração pública, lazer e socialização.

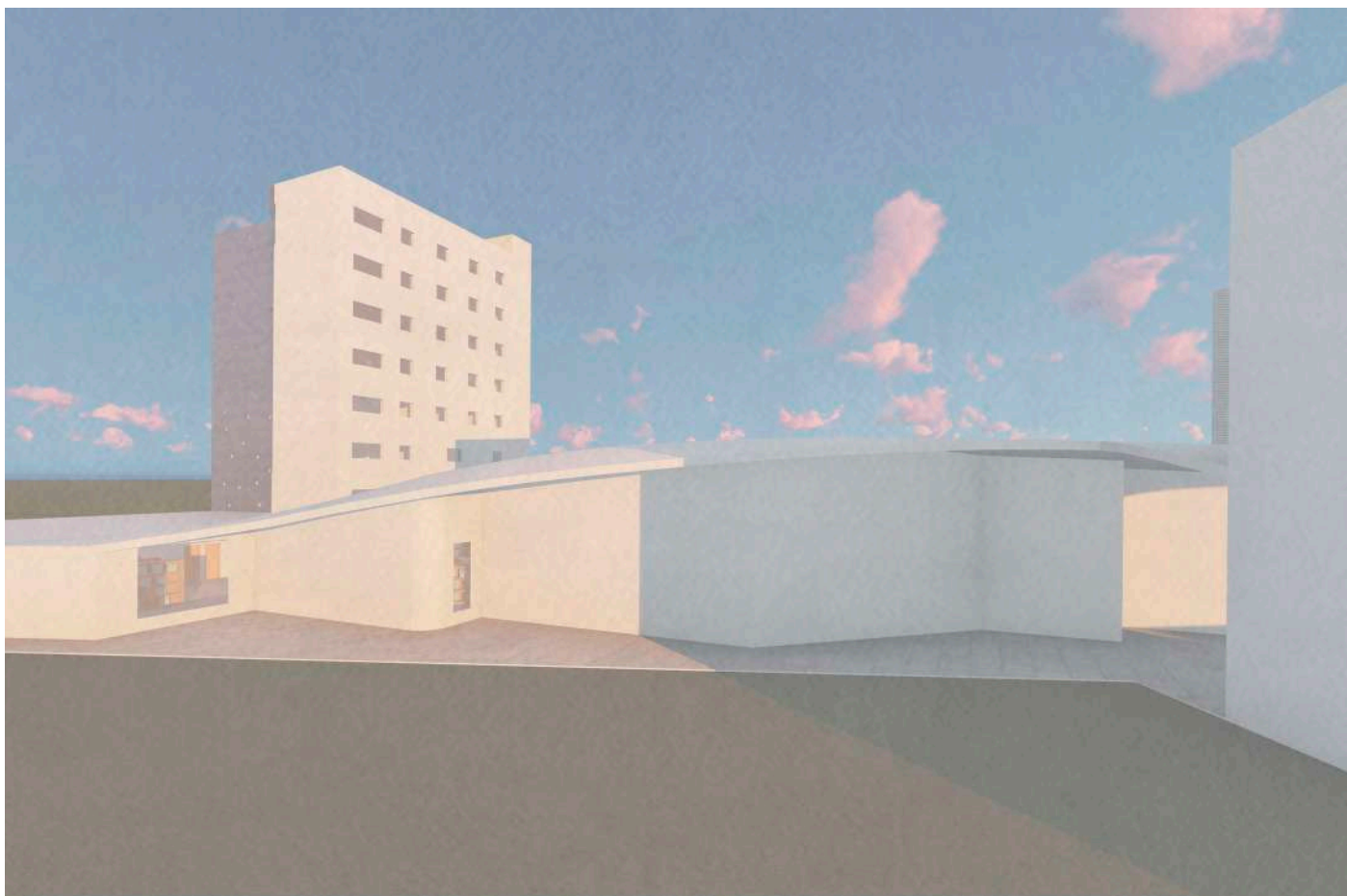
“Para ter êxito hoje em dia, as bibliotecas devem abranger muitos papéis diferentes, alguns tradicionalmente relacionados às bibliotecas e outros nem tanto.”

O projecto da Biblioteca ergue-se como um programa multifacetado onde não é apenas desenvolvido um programa tipo. É também aberta a possibilidade de recriação e adaptação de novos programas, é com base nesta premissa e na sua localização que são incluídos neste projeto os programas de serviço e habitação, distribuídos por três blocos em torno da biblioteca que formam com esta uma parcela mais pequena onde irá se instalar um espaço público qualificado.



2.2 Programa

Como havia sido referido, este projeto irá incorporar três programas distintos que acabam por se interligar fisicamente, um primeiro bloco que nasce sobre a Biblioteca, com os dois primeiros destinados a instalação de escritórios e os cinco restantes pisos a habitação, formando uma torre de 7 pisos. Adjacente ao programa da biblioteca nascem dois blocos de habitação com o piso térreo destinado a instalação de serviços. Da relação entre estes espaços nasce uma praça que irá dar origem a um espaço público qualificado. Além deste espaço, estes quatro programas têm em comum o parque de estacionamento subterrâneo, que procura responder a falta de locais apropriados para o estacionamento na vila, com capacidade para 158 lugares e acessível a partir da Rua Castelo Maior.



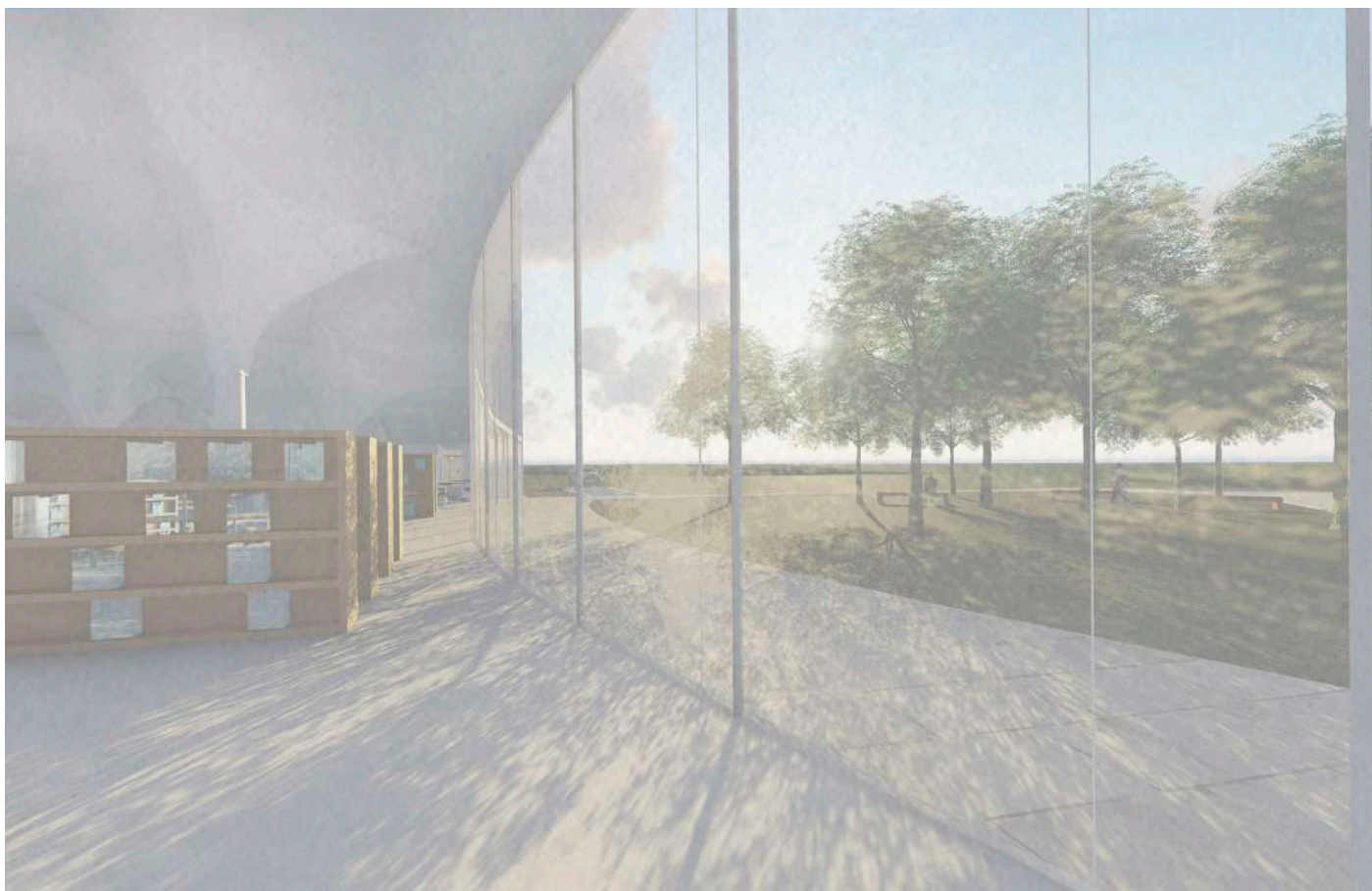
Biblioteca

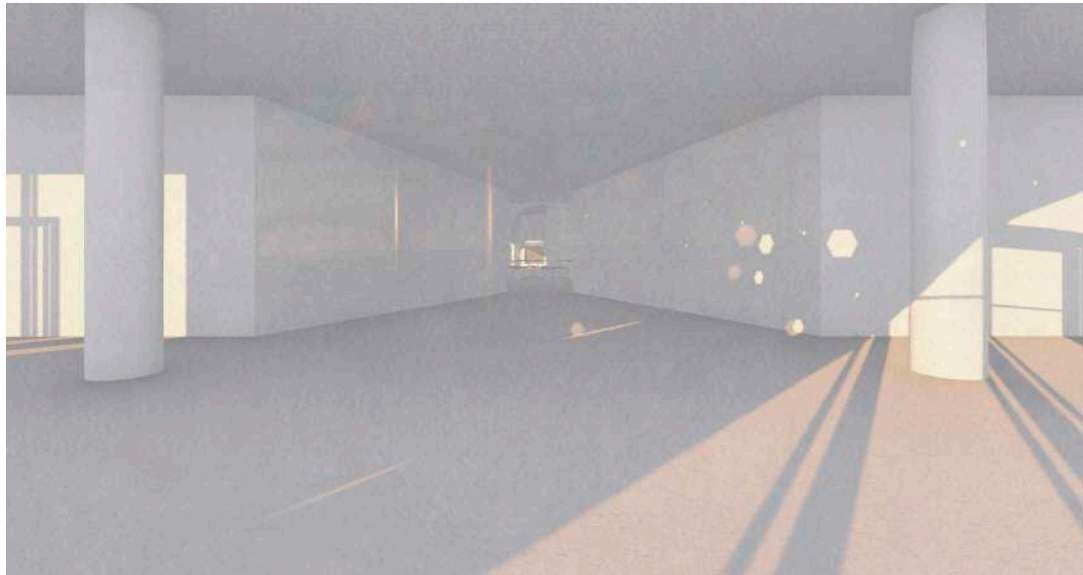
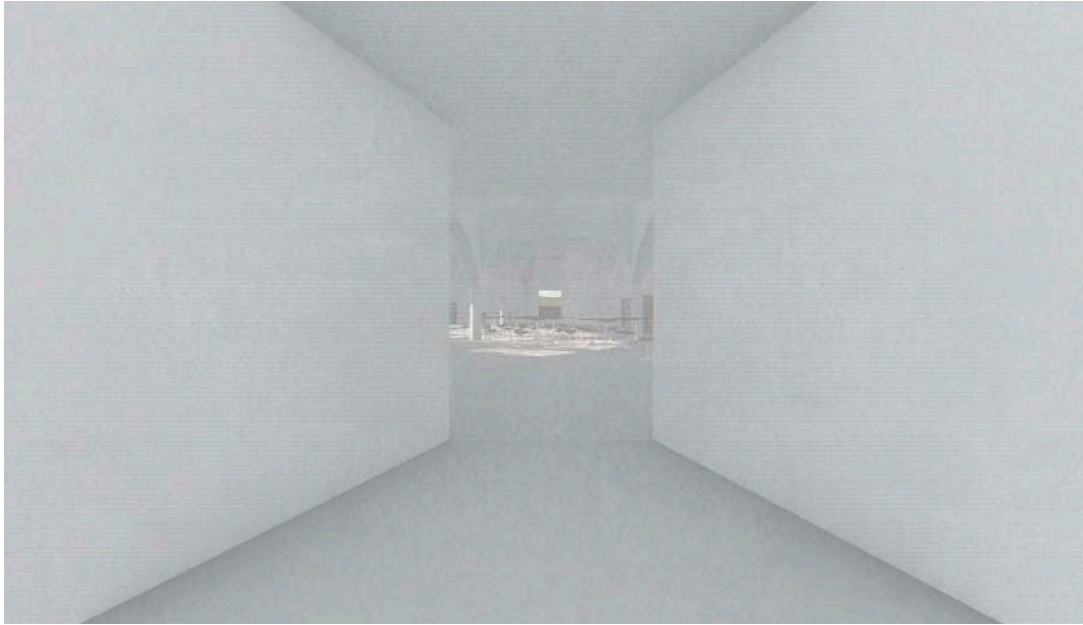
A biblioteca é o espaço de maior destaque, é poético. Possui uma sala de leitura com 1600 m² de área e um pé-direito variável nos diversos pontos da sala sendo o mais alto 7m e o mais baixo 3m, dando resposta a intenção de criar no leitor uma sensação de “multi-espacialidade”, situação conseguida com a projecção de uma cobertura ondulada apoiada em diversos arcos que descarregam nos pilares que “limitam visualmente” este espaço. A sua fachada principal em vidro encontra-se virada a norte e para praça central que desenha o seu vão e marca mais uma vez este espaço dando a sensação de estar dentro e fora.

A biblioteca por se encontrar no coração do novo núcleo urbano do Carregado, é facilmente acessível aos moradores. Esta possui dois acessos directos a partir do estacionamento, e dois acessos directos no piso térreo, um acesso secundário que liga a Rua D. Pedro V e um acesso principal na Rua Castelo Melhor. É igualmente possível aceder a biblioteca a partir do café que se encontra instalado na Rua Castelo Melhor.

A entrada da biblioteca é marcada pela presença dos serviços internos (Balcão de Atendimento, Área de depósitos e Manutenção), já o interior desta é composto pela grande sala e por salas polivalentes.







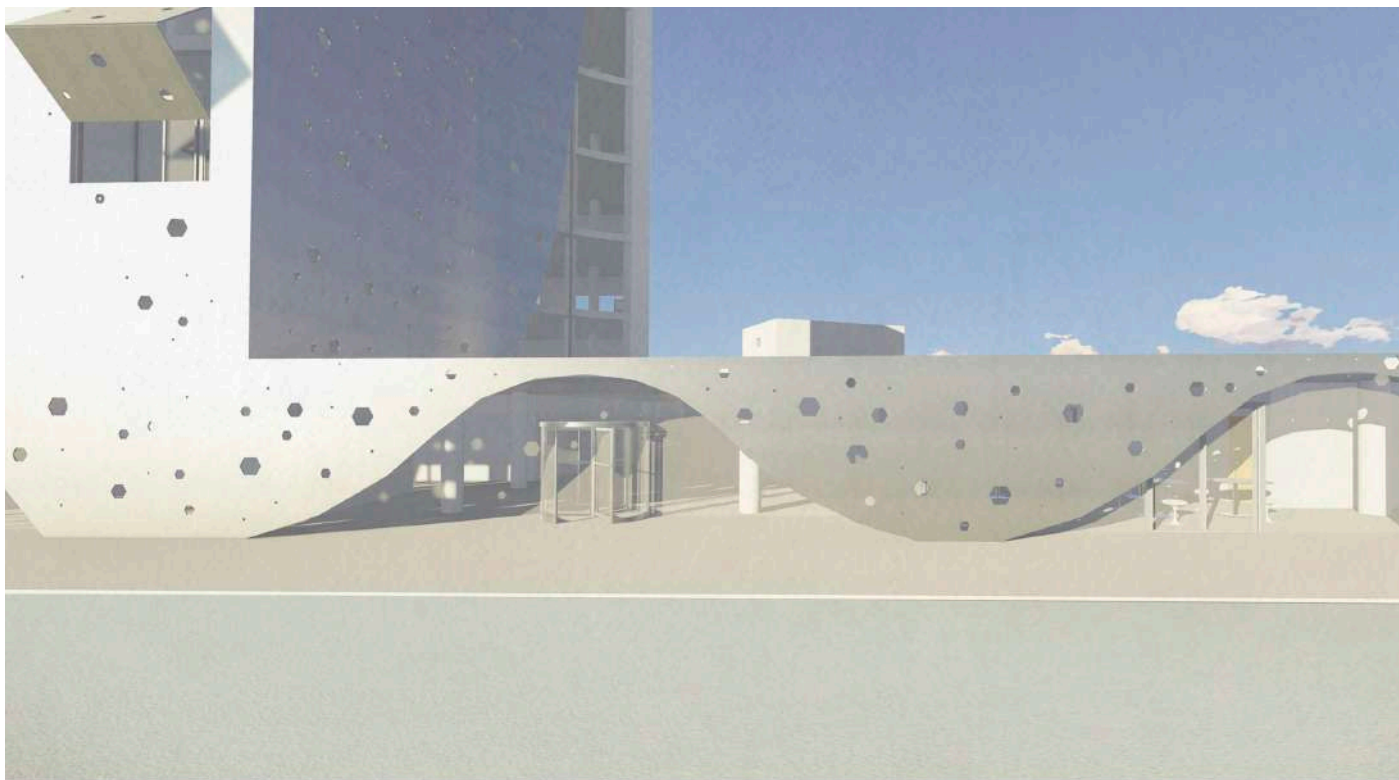
Bloco 1 – Habitação e Escritórios

O bloco 1, é o edifício mais alto e o mais importante deste conjunto de blocos. Possui ao todo 7 pisos, e os seus primeiros dois pisos estão destinados a escritórios e os cinco restantes a habitação. Os pisos de habitação por sua vez encontram-se divididos em três tipologias, dois T3 e um T1.

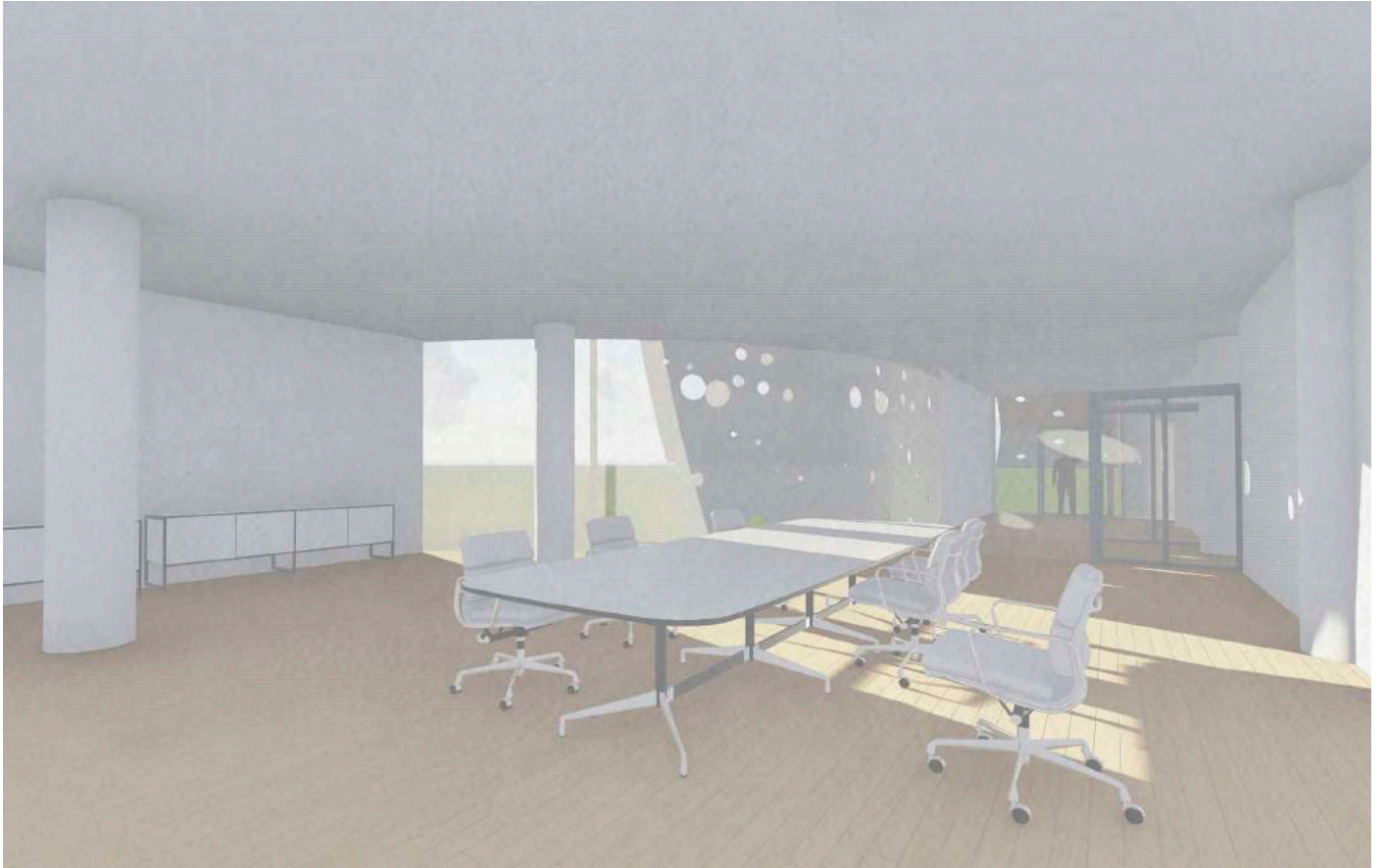
Esta torre encontra-se incorporada na biblioteca e os seus pisos são acessíveis de maneiras distintas. Os piso de habitação e os de escritórios têm acessos diferentes a partir do estacionamento, possuindo cada um uma caixa de escadas que impede a comunicação entre os dois espaços. Um segundo acesso é feito a partir do exterior do piso da Biblioteca pelas caixas de escadas que vêm do estacionamento. Ainda é possível aceder aos escritórios a partir do interior da biblioteca, não acontecendo o mesmo com os pisos de habitação.

Este bloco, em betão armado pintado de branco, possui uma fachada envidraçada virada a nascente, situação esta que se deve não só ao facto de ter pouca luz mas também ao facto deste edifício marcar a presença de um programa público de grande destaque. Para contornar esta questão da privacidade e igualmente a questão do conforto térmico nos dias mais quentes, é projetada uma fachada ventilada em aço inoxidável, com painéis perfurados facilmente acessíveis em todos os pisos.

A fachada encontra-se fixada a uma parede de betão e possui um sistema de abertura independente que se encontra fixado em perfis tubulares que por sua vês se ligam as vigas metálicas (IPE 120,140) que se ligam a laje de betão. Esta estrutura metálica vai da cobertura ao piso térreo.







Bloco 2 – Habitação

O bloco 2 orientado a nascente - poente, irá ocupar uma área onde actualmente encontra-se uma vivenda em ruínas com dois pisos. O projecto para este bloco inclui possui 3 pisos destinados a habitação com duas tipologias distintas, T1 e T2, acessíveis a partir da Rua D. Pedro V e com acesso directo ao estacionamento, e um piso térreo dedicado ao comércio. O edifício em betão armado pintado de branco, partilha com a biblioteca a sua cobertura e a nova praça.



Bloco 3 – Habitação

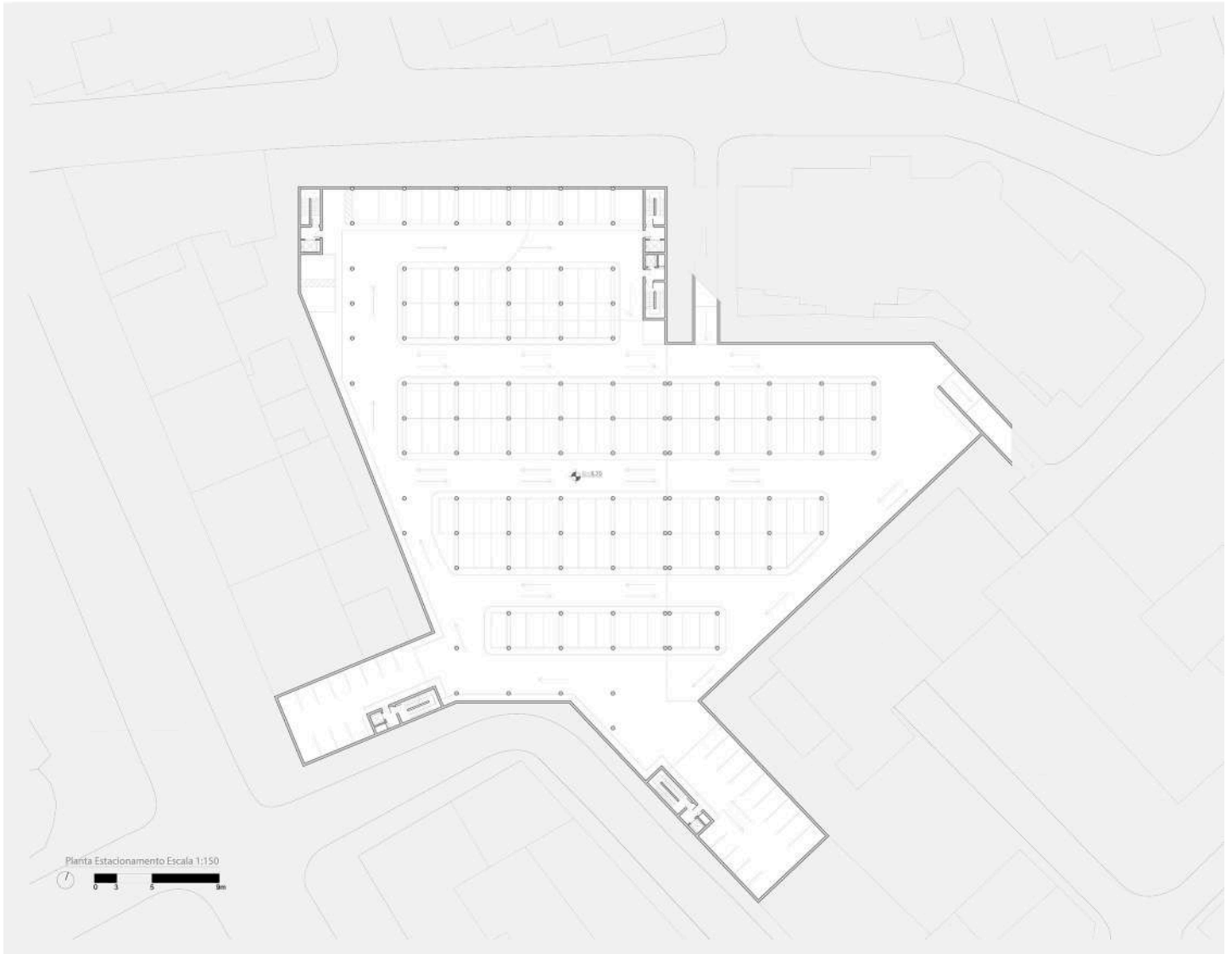
O bloco 3, está assentado no limite da Rua D. Pedro V, virada a nascente, numa área do terreno inclinada que é usada actualmente para estacionamento. O projecto para este bloco inclui 4 pisos destinados a habitação com duas tipologias distintas, T1 e T3 e um piso térreo dedicado ao comércio. O edifício igualmente em betão armado pintado de branco, é acessível a partir da praça da Biblioteca e partilha com esta a cobertura, possui igualmente uma ligação directa ao estacionamento.

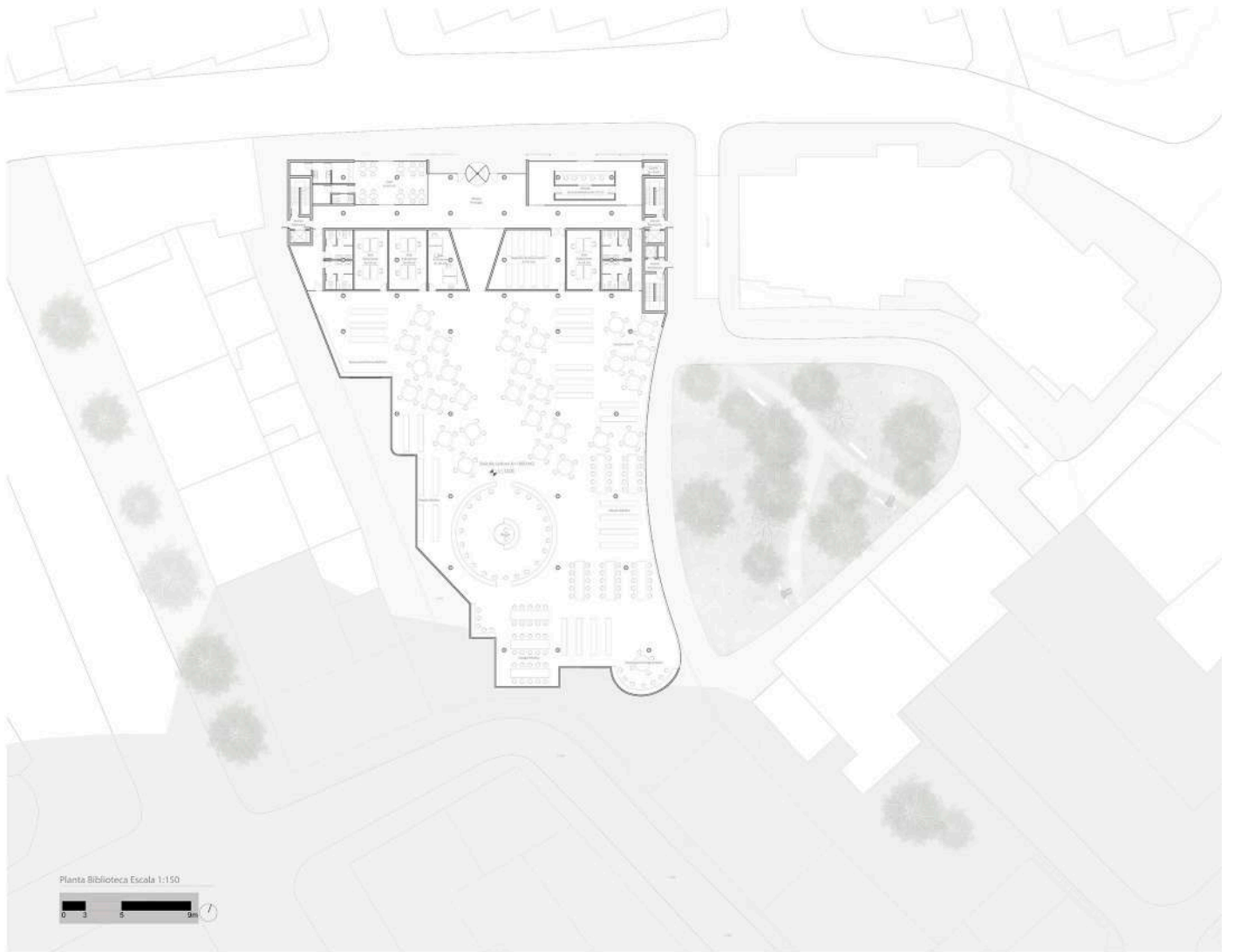


2.3 Desenhos Técnicos

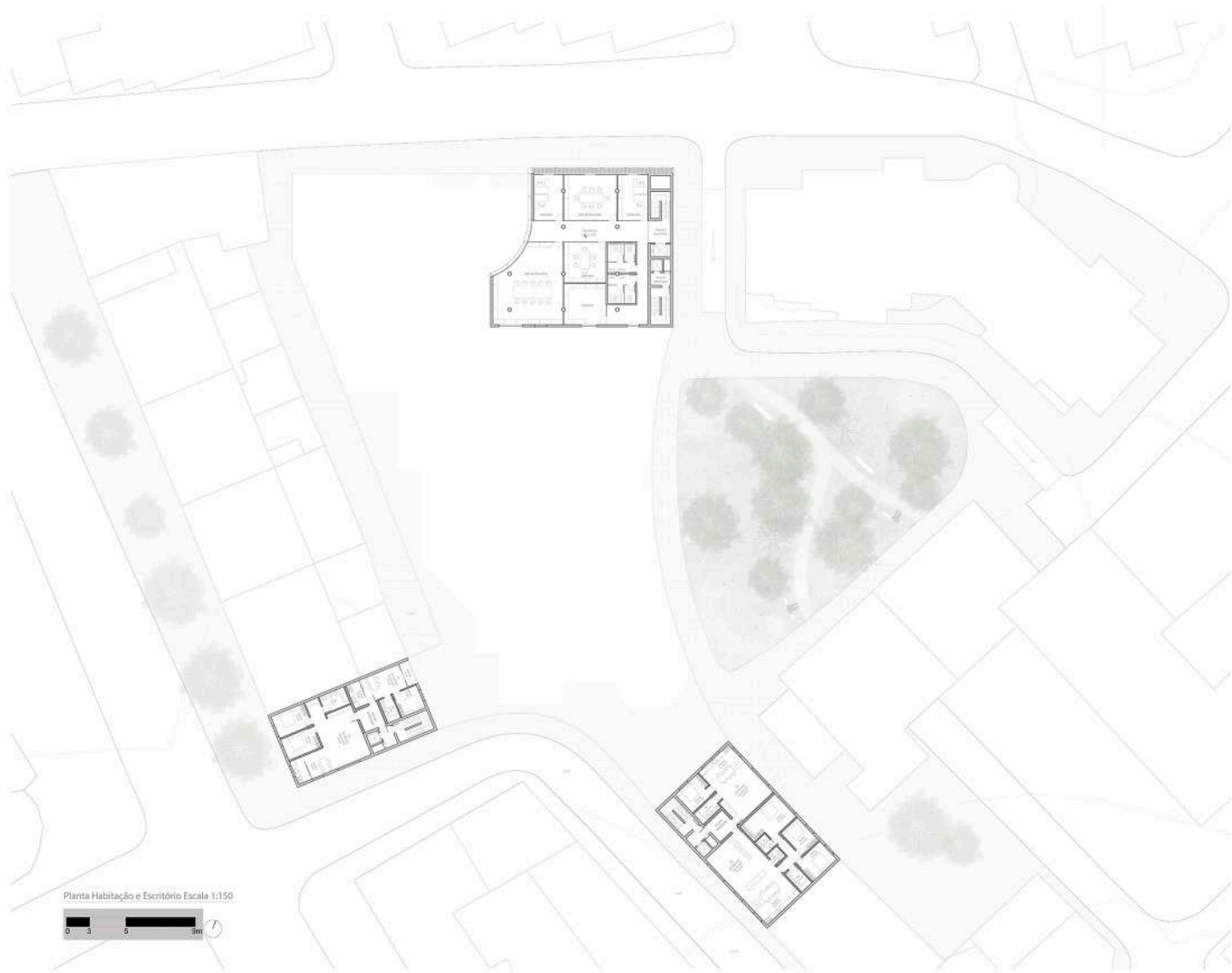


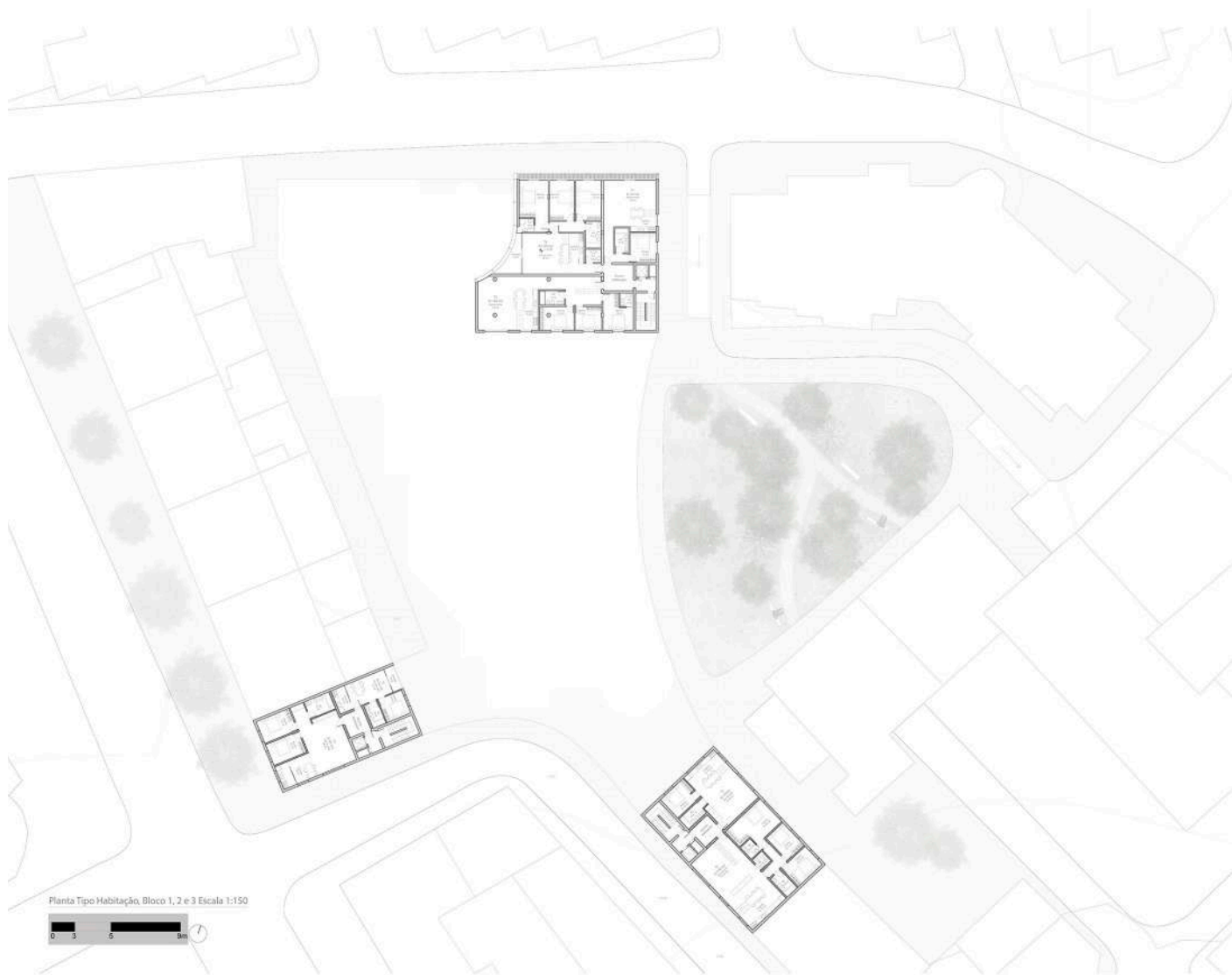
Planta de Implatação 1:500





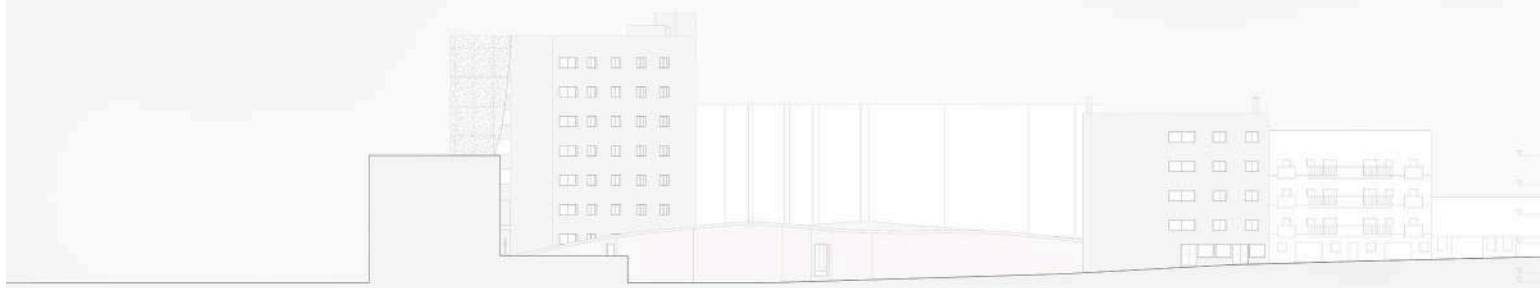
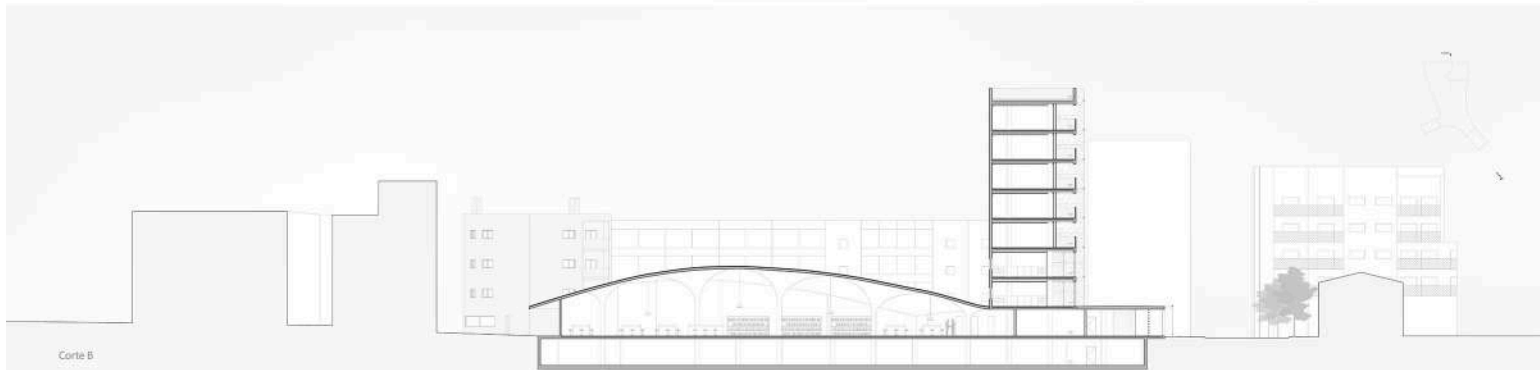




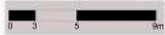


Planta Tipo Habitação, Bloco 1, 2 e 3 Escala 1:150





Corte B | Alçado B | Escala 1:150





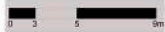


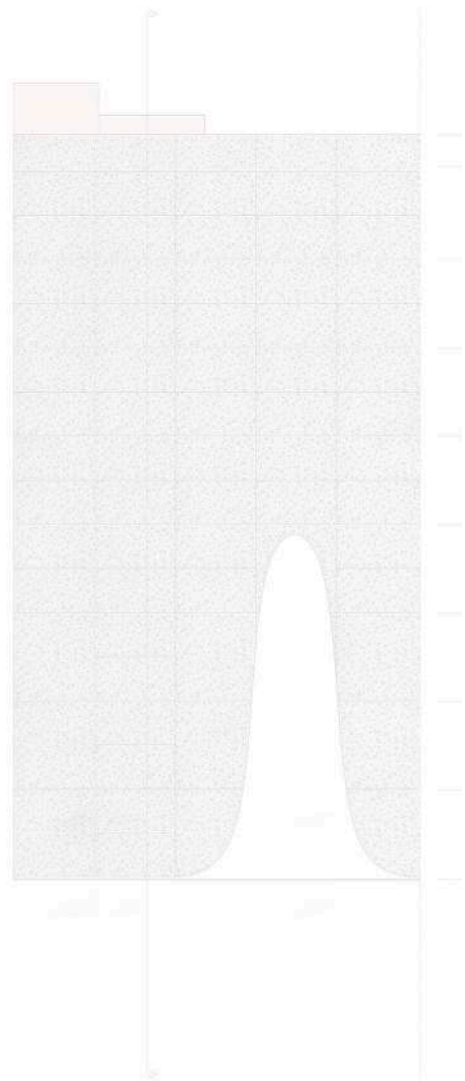
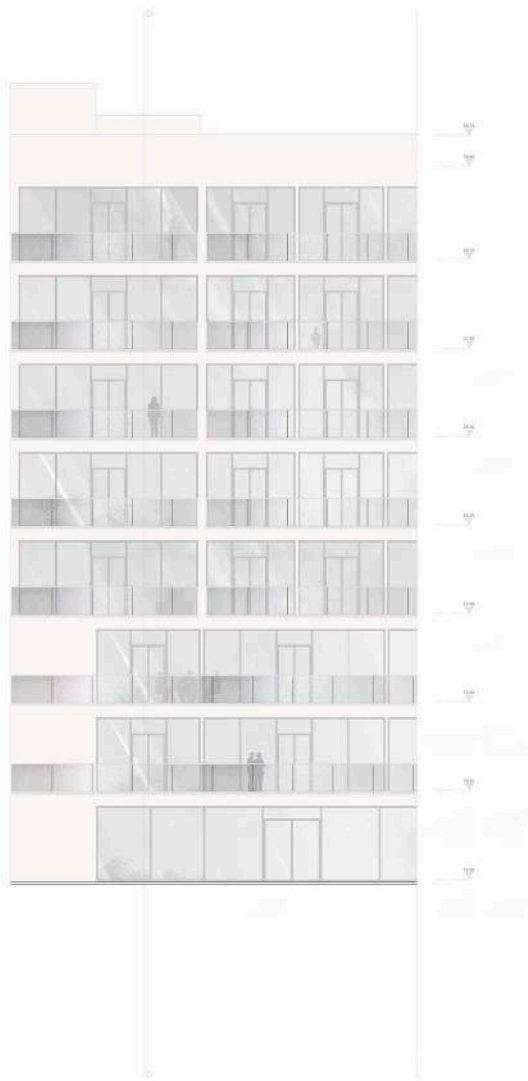
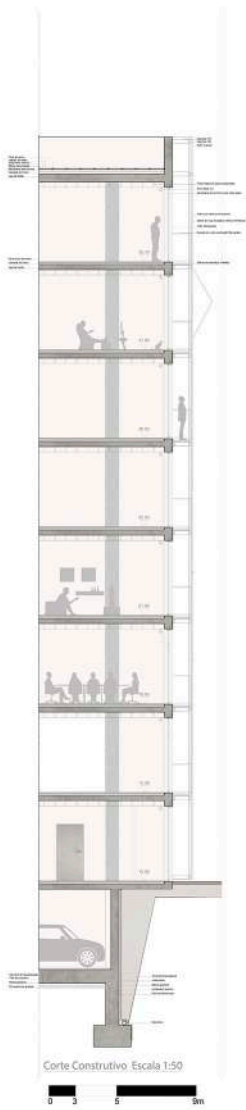
Corte A.

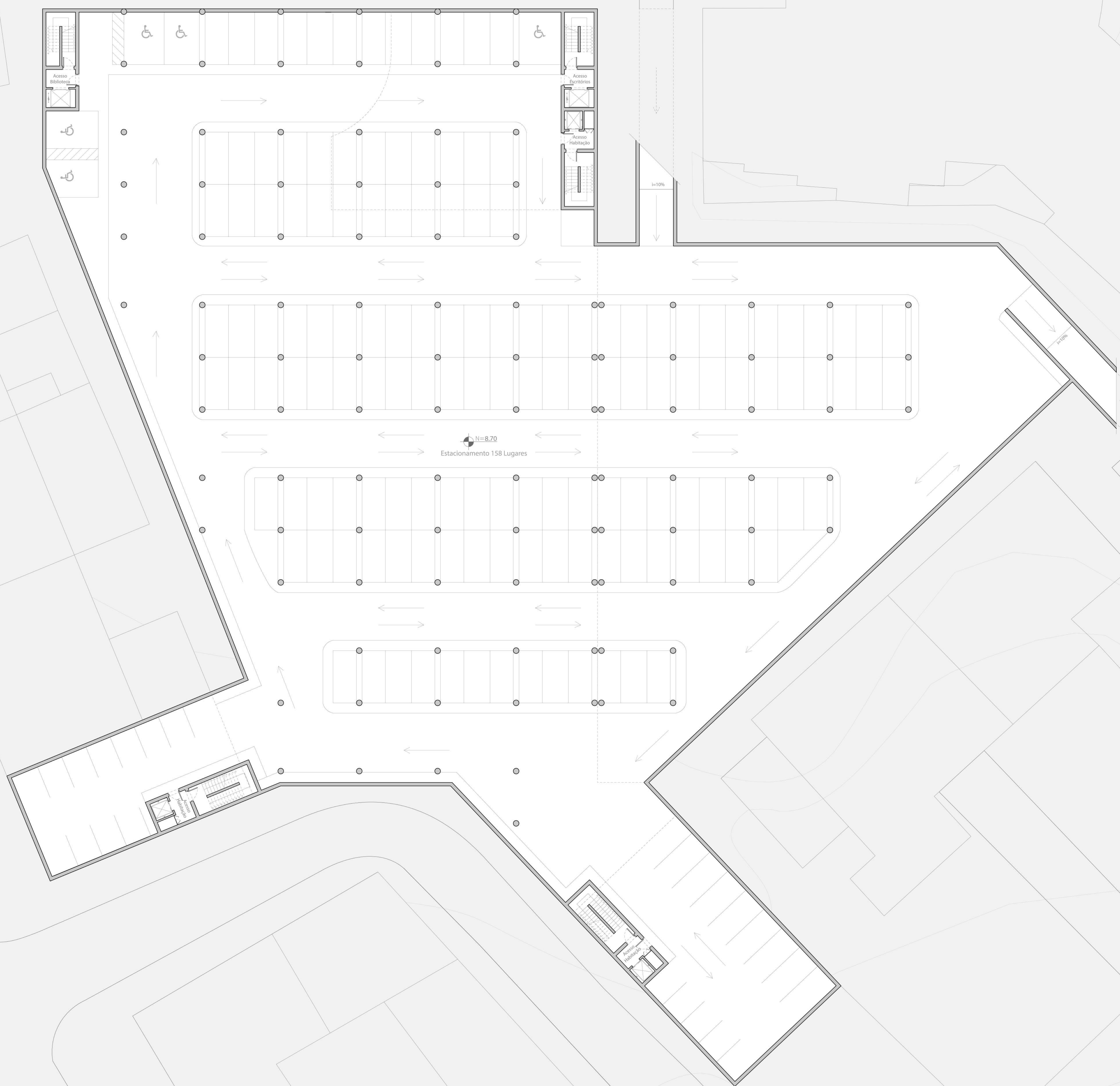


Alçado A

Corte A | Alçado A | Escala 1:150



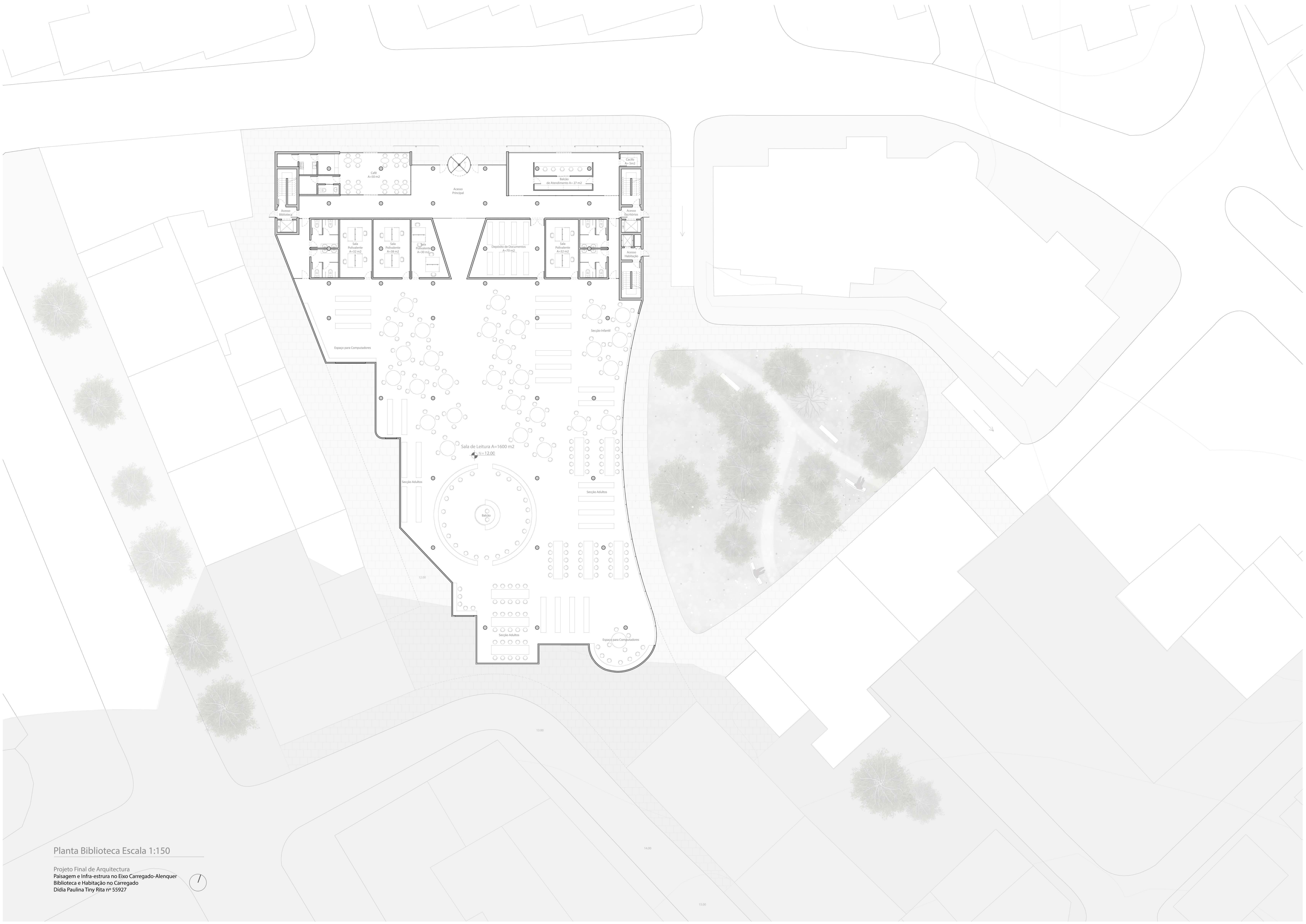




Planta Estacionamento Escala 1:150

Projeto Final de Arquitectura
Paisagem e Infra-estrutura no Eixo Carregado-Alenquer
Biblioteca e Habitação no Carregado
Didia Paulina Tiny Rita nº 55927





Planta Biblioteca Escala 1:150

Projeto Final de Arquitectura
Paisagem e Infra-estrutura no Eixo Carregado-Alenquer
Biblioteca e Habitação no Carregado
Dídia Paulina Tiny Rita nº 55927



14.00

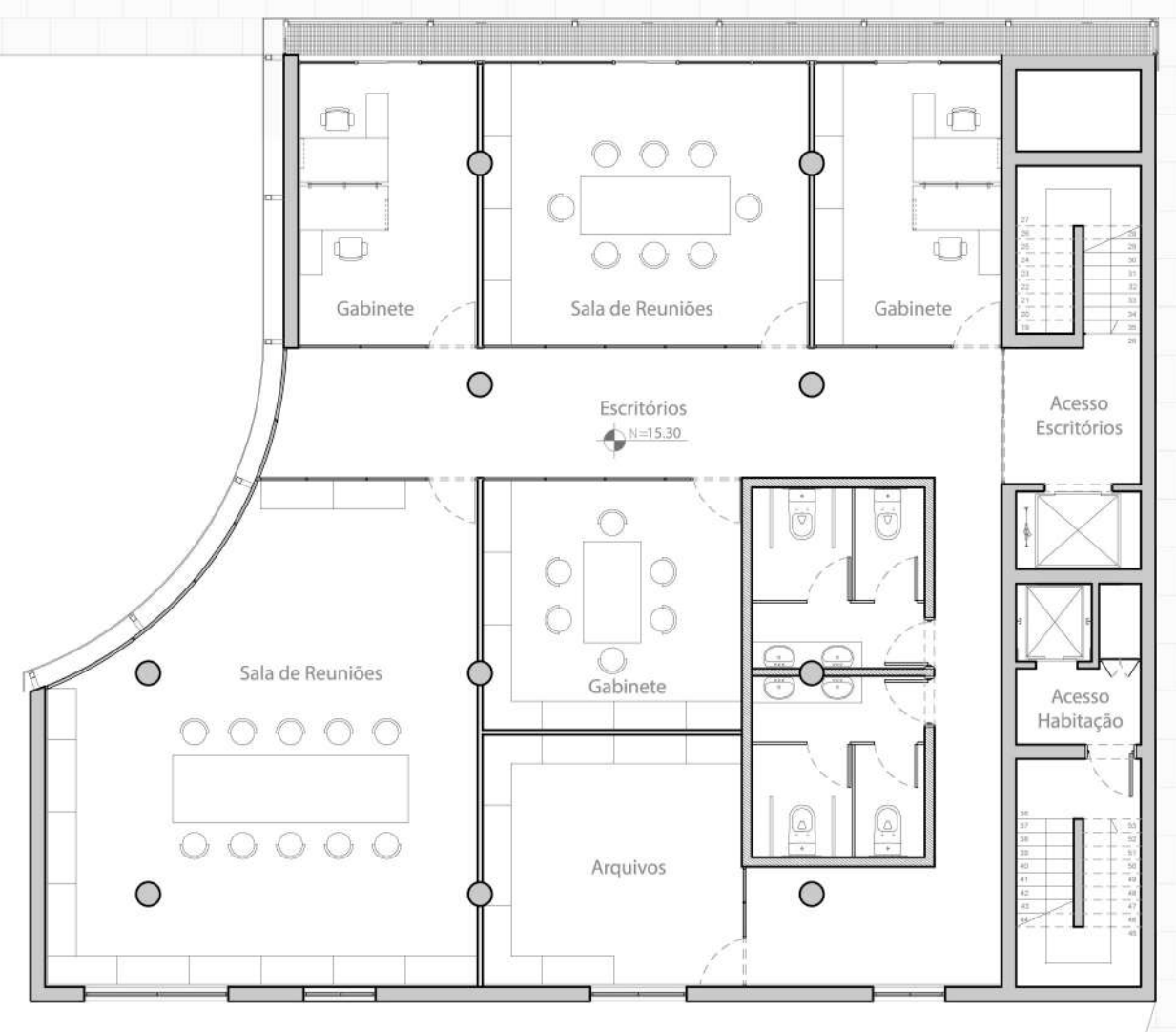
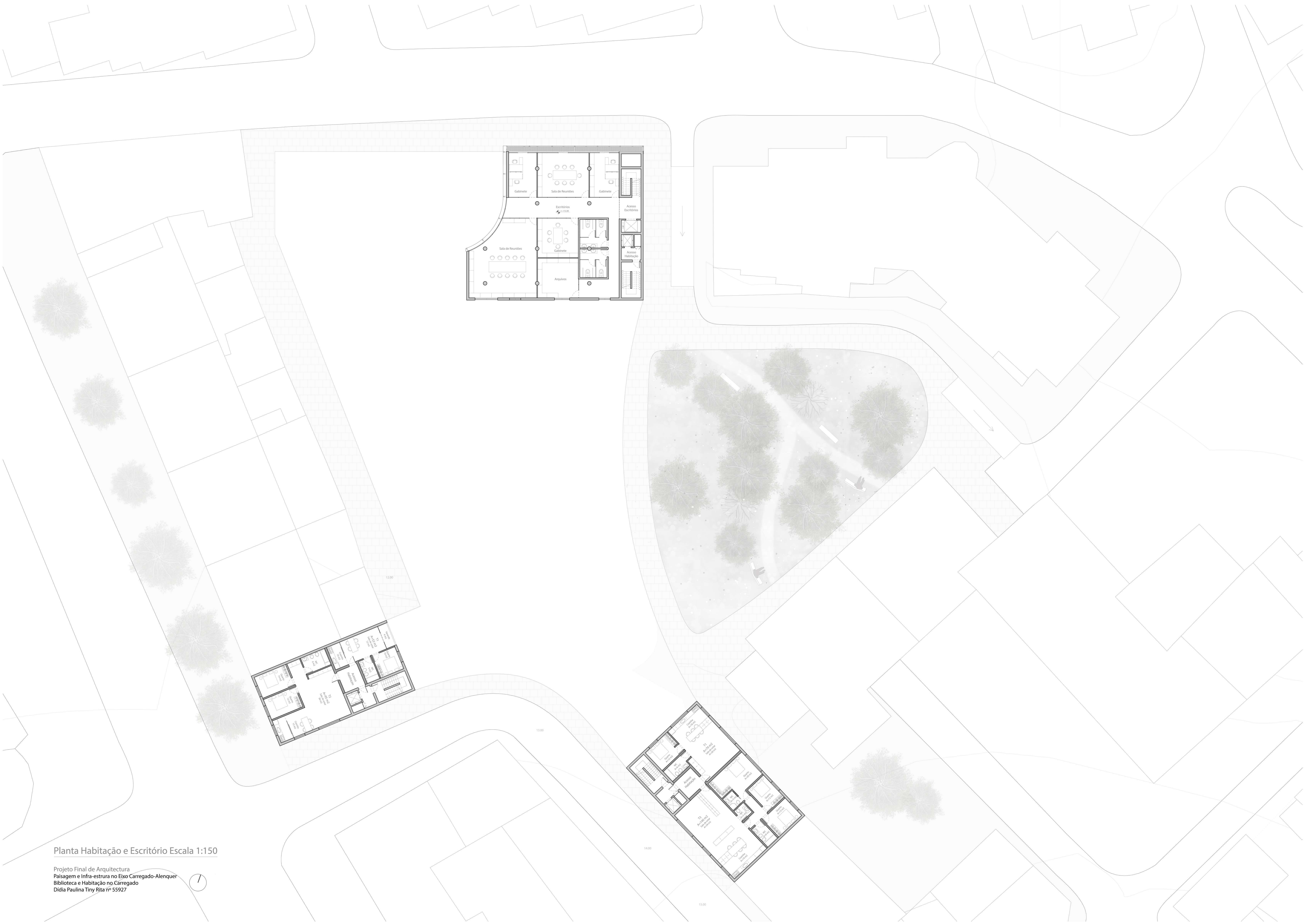
15.00



Planta Lojas Bloco 2 e 3 Escala 1:150

Projeto Final de Arquitectura
Paisagem e Infra-estrutura no Eixo Carregado-Alenquer
Biblioteca e Habitação no Carregado
Dida Paulina Tiny Rita nº 55927

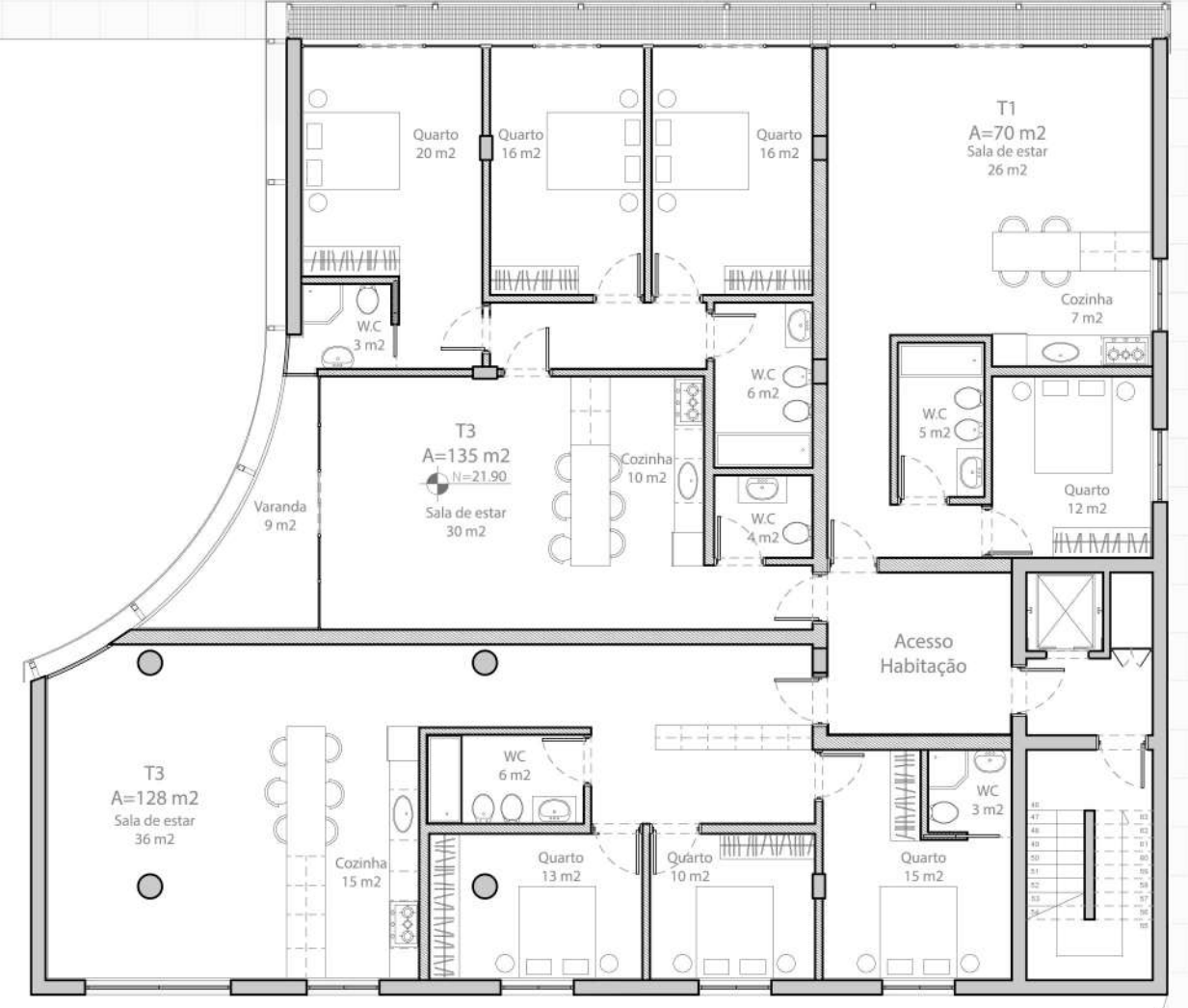
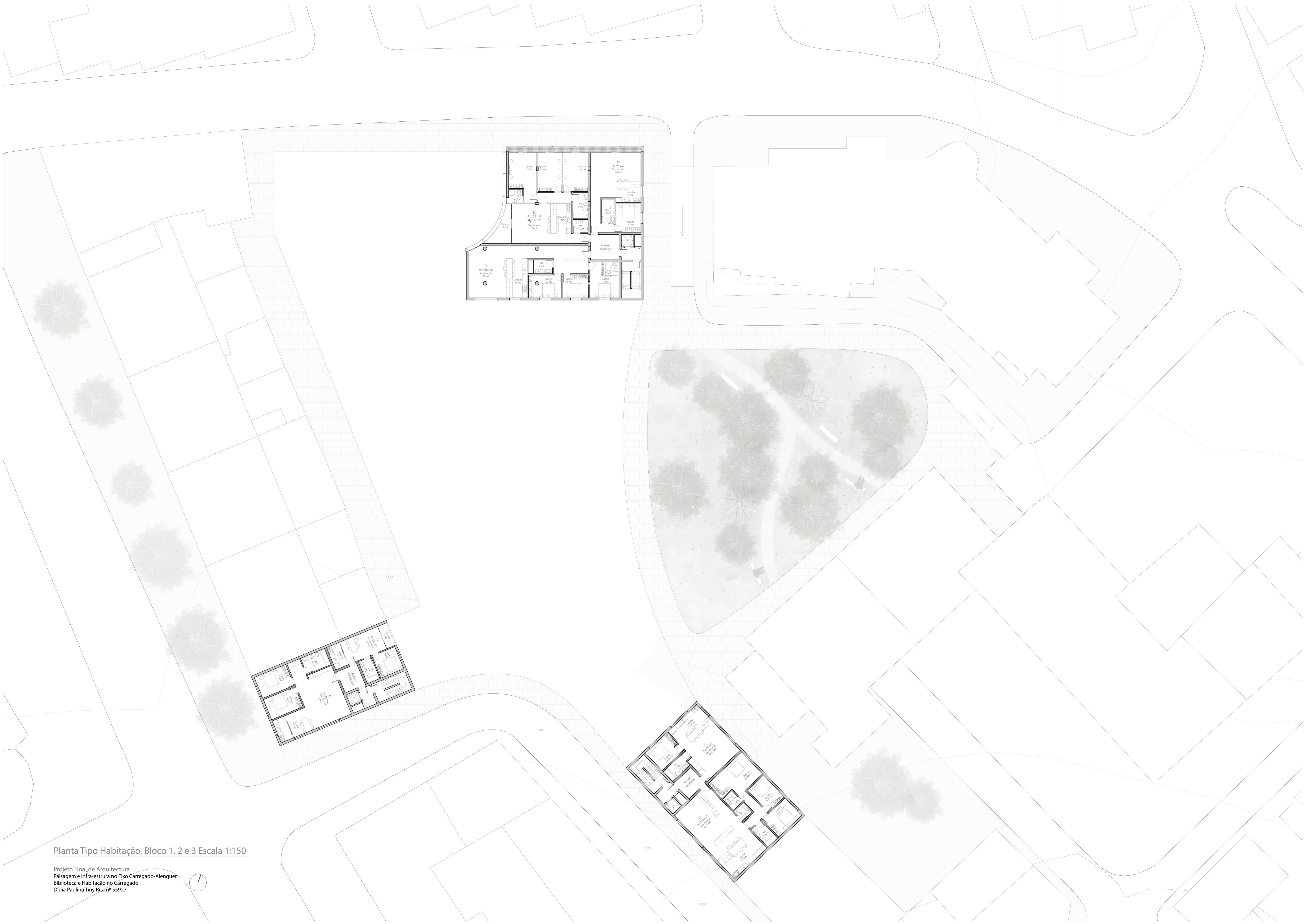




Planta Habitação e Escritório Escala 1:150

Projeto Final de Arquitectura
Paisagem e Infra-estrutura no Eixo Carregado-Alenquer
Biblioteca e Habitação no Carregado
Dida Paulina Tiny Rita nº 55927

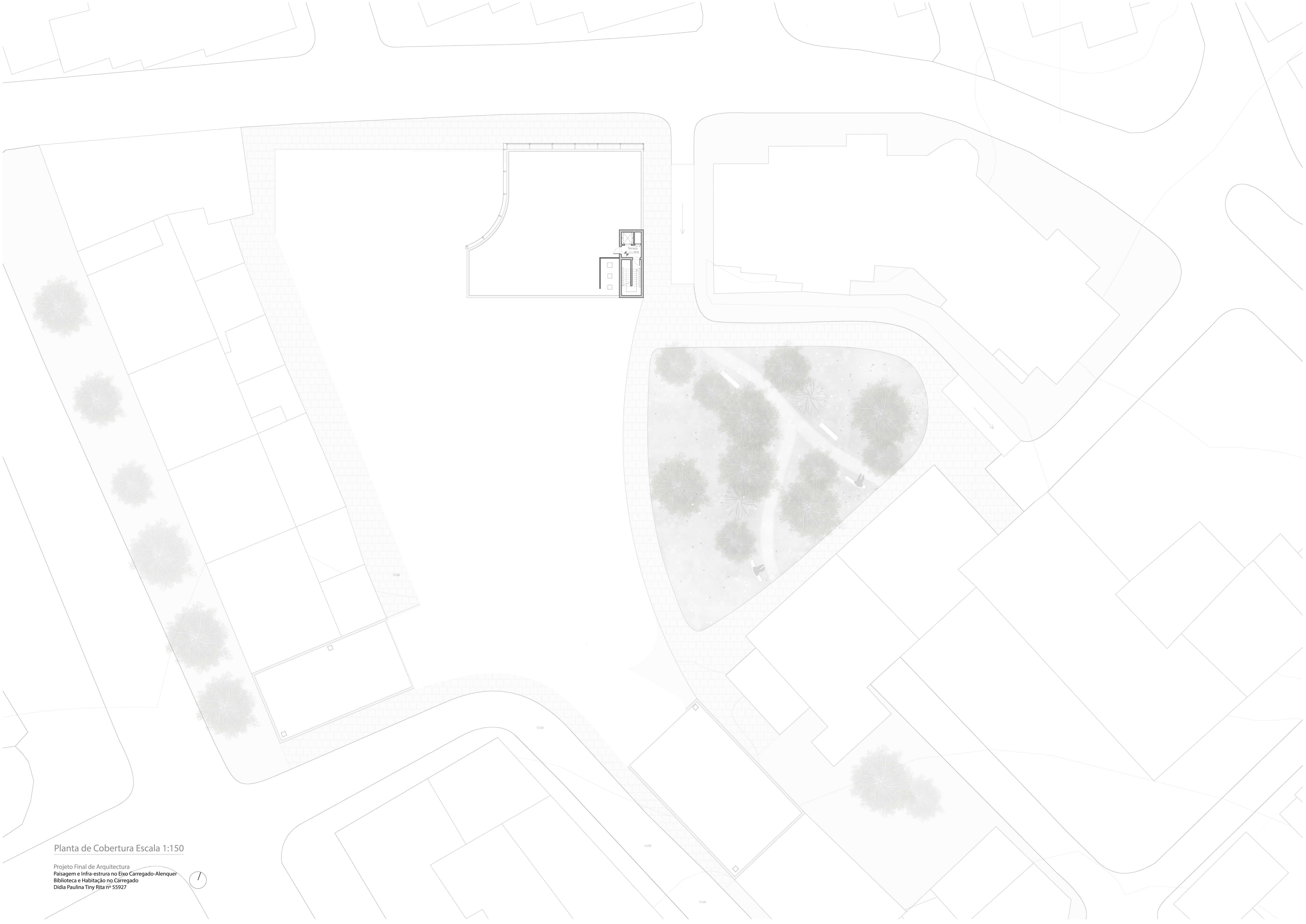




Planta Tipo Habitação, Bloco 1, 2 e 3 Escala 1:150

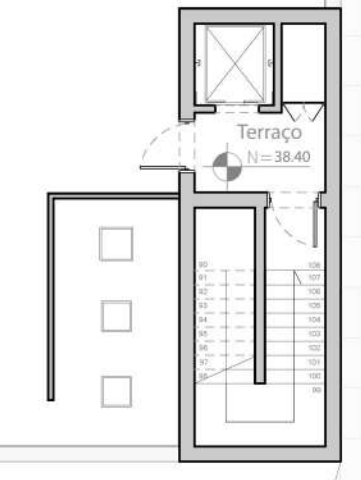
Projeto Final de Arquitectura
Paisagem e Infra-estrutura no Eixo Carregado-Alenquer
Biblioteca e Habitação no Carregado
Dídia Paulina Tiny Rita nº 55927





Planta de Cobertura Escala 1:150

Projeto Final de Arquitectura
Paisagem e Infra-estrutura no Eixo Carregado-Alenquer
Biblioteca e Habitação no Carregado
Dídia Paulina Tiny Rita nº 55927

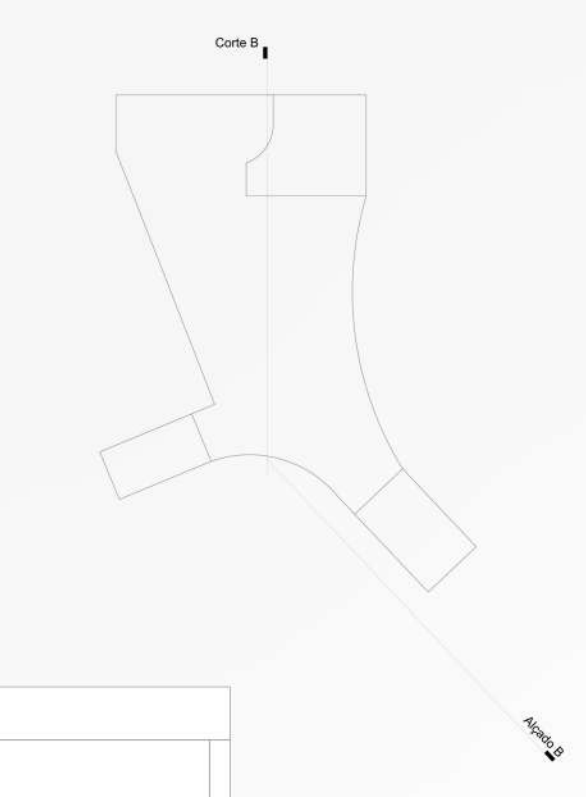


12.00

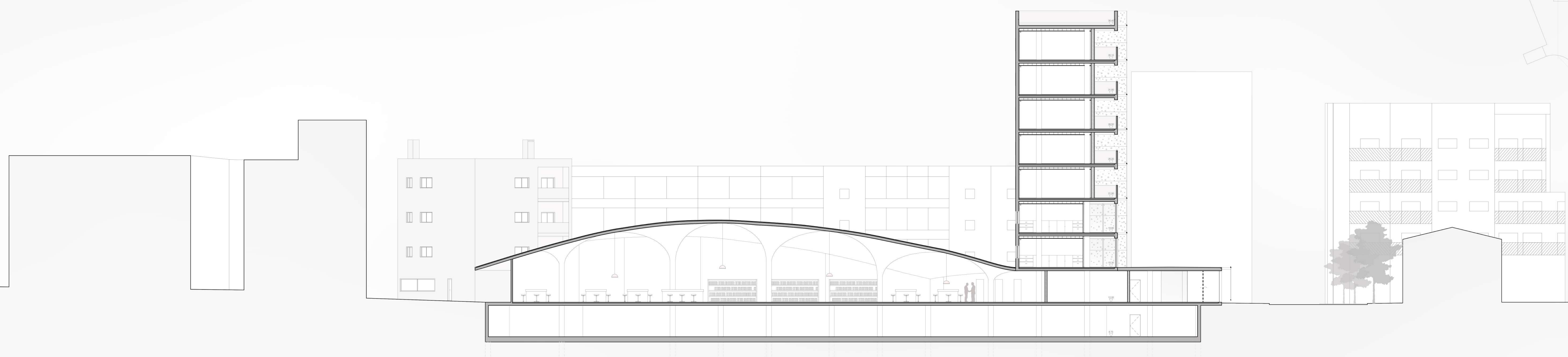
13.00

14.00

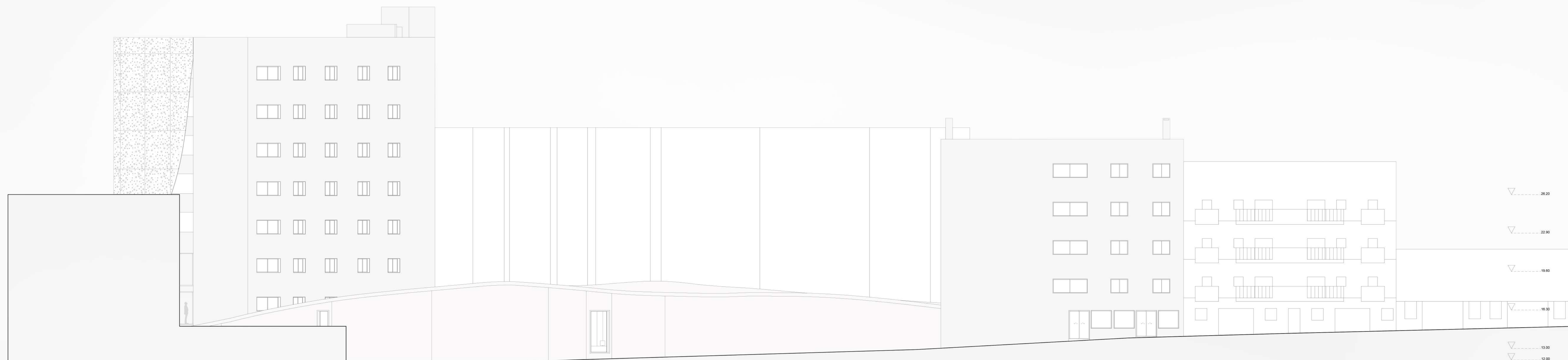
15.00



Corte B



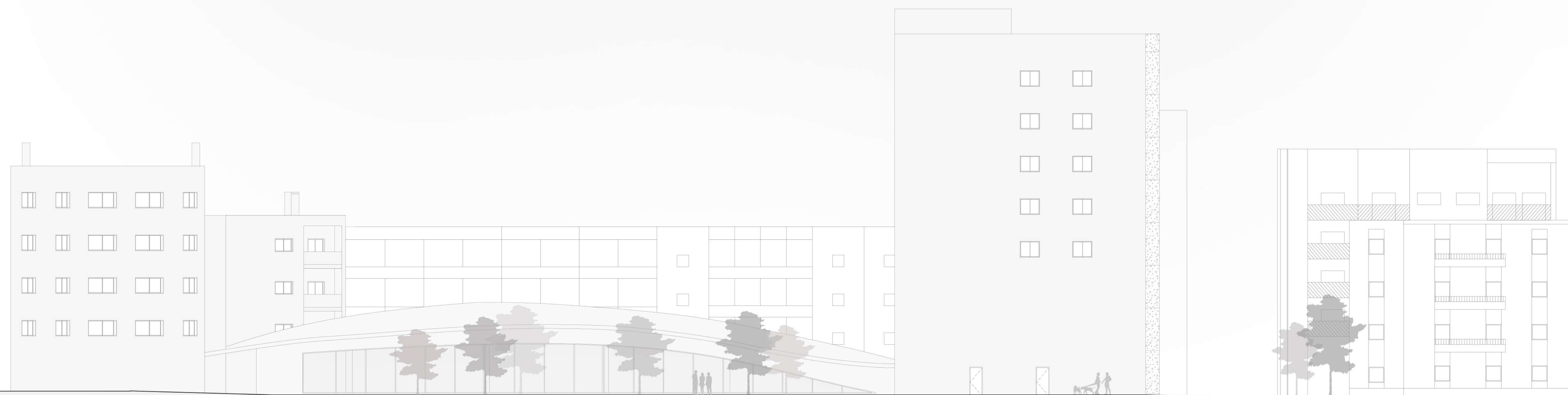
Alçado B



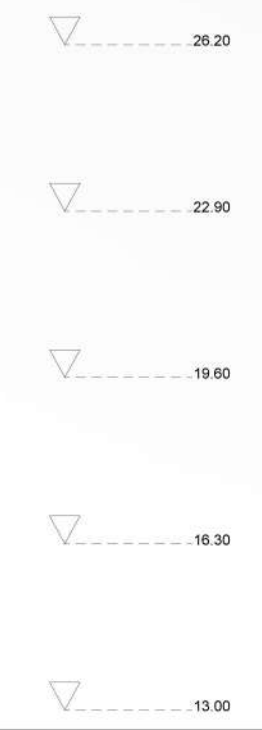
▽..... 20.00
▽..... 23.00
▽..... 19.00
▽..... 15.00
▽..... 12.00

Corte B | Alçado B | Escala 1:150

Projeto Final de Arquitectura
Paisagem e Infra-estrutura no Eixo Carregado-Alenquer
Biblioteca e Habitação no Carregado
Dida Paulina Tiny Rita nº 55927



Alçado D

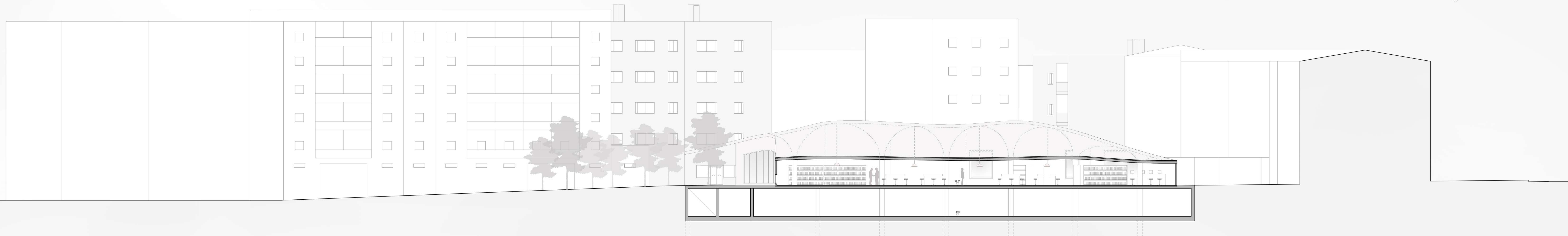
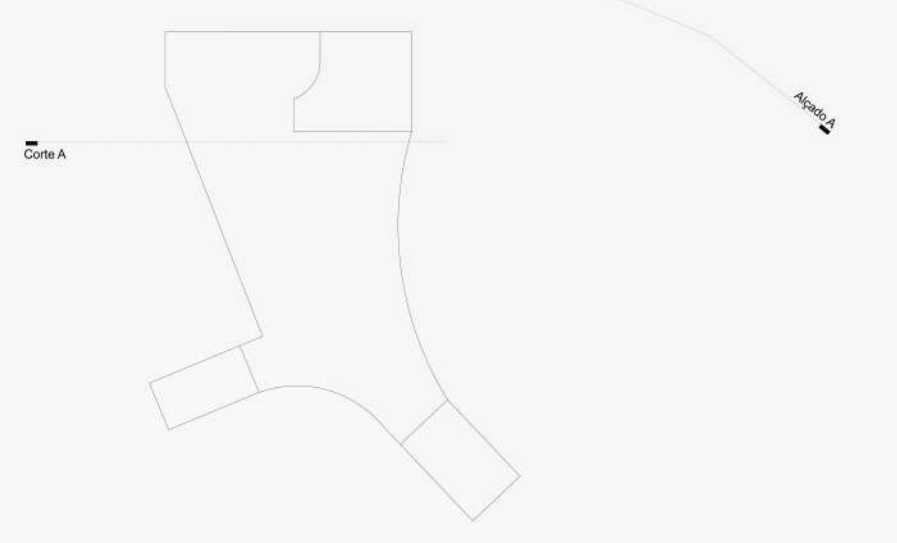


Alçado C

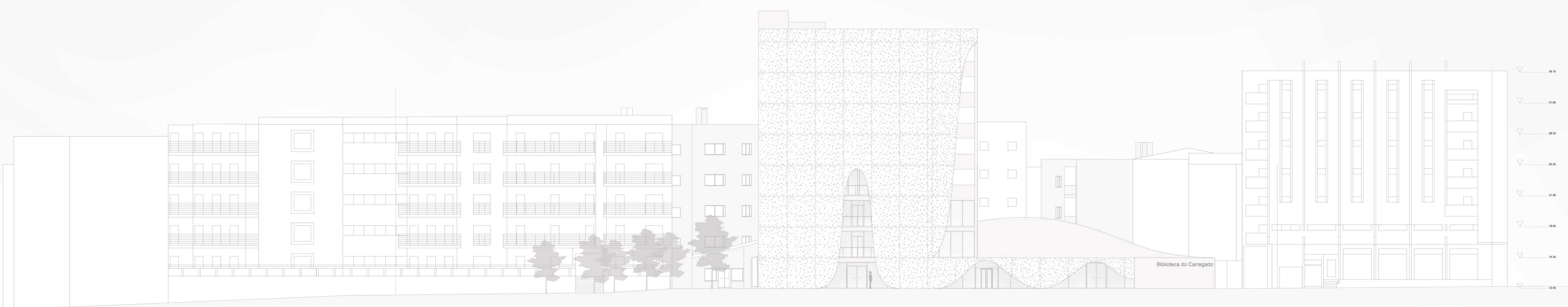


Alçado D | Alçado C | Escala 1:150

Projeto Final de Arquitectura
 Paisagem e Infra-estrutura no Eixo Carregado-Alenquer
 Biblioteca e Habitação no Carregado
 Dida Paulina Tiny Rita nº 55927



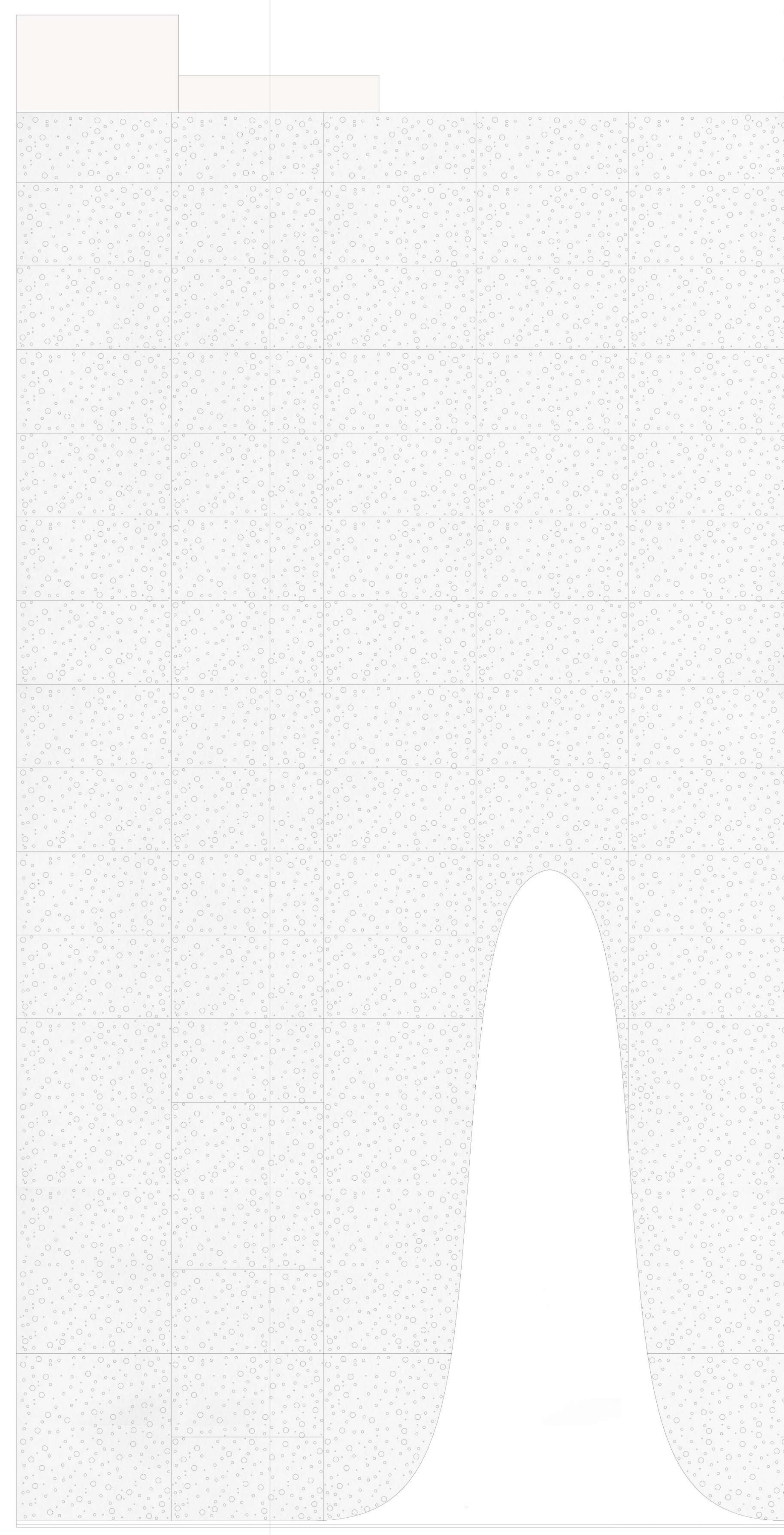
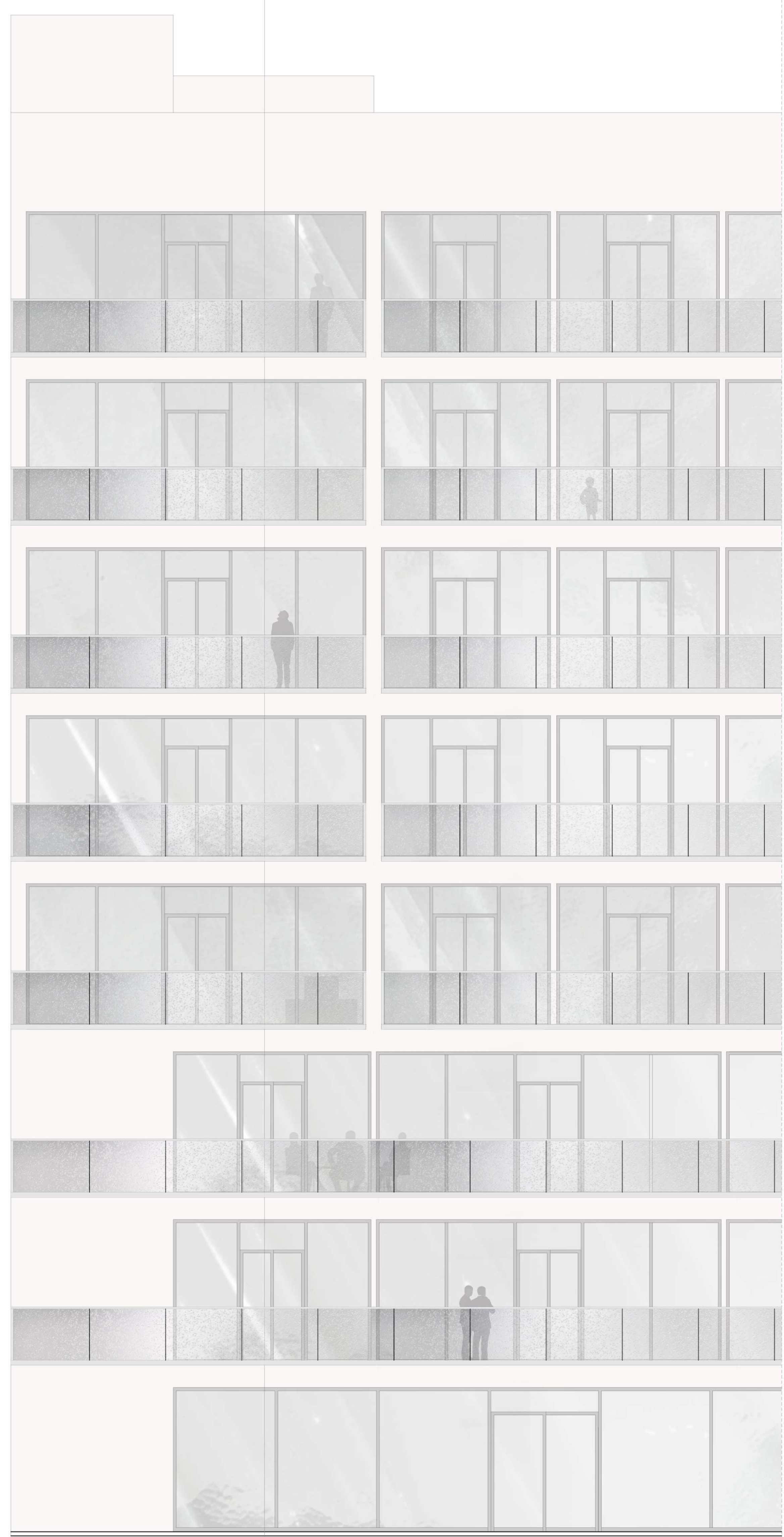
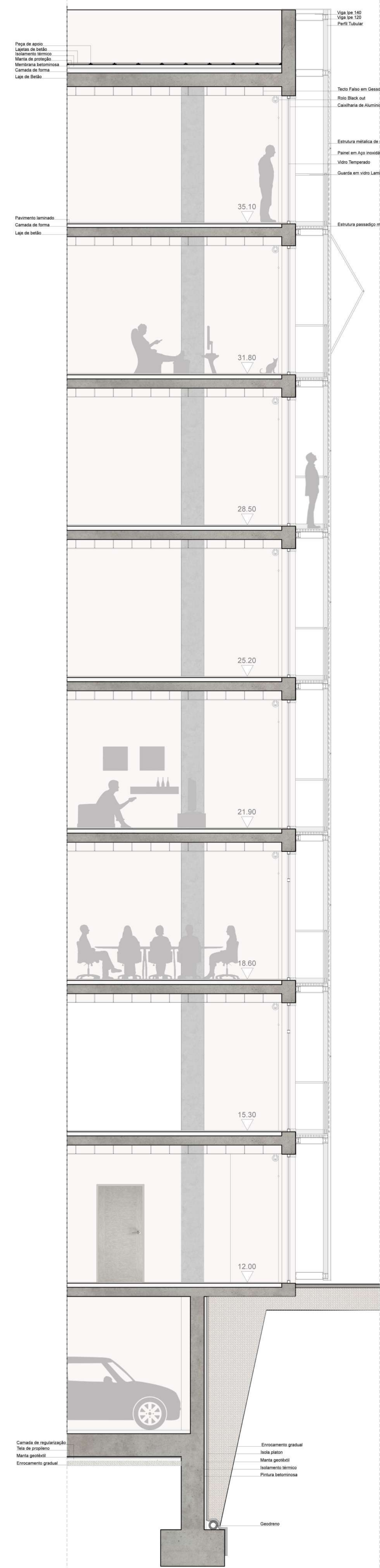
Corte A



Alçado A

Corte A | Alçado A | Escala 1:150

Projeto Final de Arquitectura
Paisagem e Infra-estrutura no Eixo Carregado-Alenquer
Biblioteca e Habitação no Carregado
Dida Paulina Tiny Rita nº 55927



Corte Construtivo Escala 1:50

Projeto Final de Arquitectura
 Paisagem e Infra-estrutura no Eixo Carregado-Alenquer
 Biblioteca e Habitação no Carregado
 Dida Paulina Tiny Rita nº 55927